

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

JOSE MIGUEL DOS SANTOS

ACÇÕES DE RESGATE DA CIDADANIA DOS DEPENDENTES QUÍMICOS  
PROMOVIDAS PELA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA: PROJETO  
CRISTOLÂNDIA

PPGCR  
Faculdade Unida de Vitória

JOSE MIGUEL DOS SANTOS

ações de resgate da cidadania dos dependentes químicos  
promovidas pela convenção Batista Brasileira: Projeto  
Cristolândia



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Pesquisa: Religião e Espaço Público.

Orientador: Dr. Valdir Stephanini

VITÓRIA-ES

2020

Santos, Jose Miguel dos

Ações de resgate da cidadania dos dependentes químicos promovidas pela  
Convenção Batista brasileira / Projeto Cristolândia / Jose Miguel dos Santos. --  
Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

vi, 124 f. ; 31 cm.

Orientador: Valdir Stephanini

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

Referências bibliográficas: f. 111-124

1. Ciência da religião. 2. Religião e espaço público. 3. Cidadania.
  4. Projeto Cristolândia. 5. Vulnerabilidade social. 6. Convenção Batista Brasileira.
- Tese. I. Jose Miguel dos Santos. II. Faculdade Unida de Vitória, 2021. III. Título.

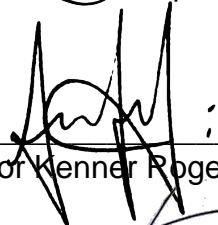
JOSÉ MIGUEL DOS SANTOS

ações de resgate da cidadania dos dependentes químicos promovidas pela convenção Batista Brasileira: Projeto Cristolândia

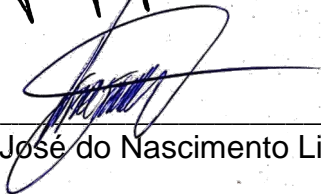
Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.



Doutor Valdir Stephanini – UNIDA (presidente)



Doutor Kenner Roger Cazotto Terra – UNIDA



Doutor José do Nascimento Lira Junior – FABRA

## RESUMO

Este trabalho, de natureza bibliográfica e documental, tem como tema a instituição de acolhimento, cuidado e tratamento de dependentes químicos Cracolândia, projeto vinculado à denominação religiosa protestante dos batistas, organizado com apoio da Convenção Batista Brasileira e da Junta de Missões Nacionais a fim de circunscrever horizonte e objeto de trabalho com limites mais precisos, trabalhar-se-á especificamente com a Cracolândia Paulistana, traçando seu histórico de formação e suas características mais importantes, pois não só ela é a primeira cena pública de uso e venda de *crack* do Brasil a receber a alcunha de Cracolândia, mas também fornece o contexto do qual nasce o projeto Cristolândia. A pergunta-problema desta pesquisa é: de que modo o programa de tratamento da Cristolândia aborda a readaptação social e a reinserção do dependente químico visando a recuperação dos dependentes químicos? Sustenta-se aqui que as ações promovidas pelo projeto ao longo do programa de recuperação dos dependentes químicos não só buscam tratar a saúde corporal e física desses indivíduos, mas também resgatar as condições de exercício de sua cidadania e regenerar sua pessoa social, oferecendo suportes sociais imprescindíveis para a definição do status de cidadão, como o direito ao estudo, à moradia, à relações sociais enriquecedoras e ao trabalho. O objetivo principal é o de oferecer uma análise das ações do projeto Cristolândia segundo os conceitos de *estigma, cidadania e pessoa social*, a partir dos trabalhos de Robert Castel, Irving Goffman, Thomas H. Marshall, Roberto Dutra e Brand Arenari. A conclusão aponta para a importância do papel da *esperança* e das *possibilidades de futuro* trazidas pelo Projeto Cristolândia aos usuários de *drogas* na região da Cracolândia Paulistana como elemento fundamental para o resgate da cidadania.

Palavras-chave: Cidadania, vulnerabilidade, Cracolândia, Convenção Batista Brasileira, Cristolândia.

## ABSTRACT

*This dissertation, of both bibliographical and documental approach, is about the caring, sheltering and treatment institution for drug addicts called Cristolândia. This institution is bonded to the baptist religious denomination, and organized with the support of Brazilian Baptist Convention and National Missions Board. Our approach is limited specifically to the Cracolândia of São Paulo, outlining its origin history and its most importante traces, since it not only is the first Cracolândia to ever exist in Brazil, but also is the place in which the Projeto Cristolândia was created. The question to be answered is: how does Cristolândia treatment program approach social readaptation and the reinsertion of drug addicts, aiming their retrieval? It's defended here that the actions promoted along the retrieval program not only seek to treat physical health but also recover the conditions for citizenship exercise and regenerate the social person, offering fundamental rights for the definition of a citizen himself, as the right to study, living, social relationships and work. The main objective is to offer an analysis of Projeto Cristolândia's actions through the concepts of stigma, hope and social person, as used by Robert Castel, Erving Goffman, Thomas H. Marshall, Roberto Dutra and Brand Arenari. The conclusion shows the role of hope and future possibilities brought by Projeto Cristolândia to drug addicts in the region of Cracolândia as fundamental elements to the rescue of citizenship.*

**Keywords:** *Citizenship, vulnerability, Cracolândia, Brazilian Baptist Convention, Cristolândia.*



## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO.....                                                                                                                                        | 7   |
| 1 A CRACOLÂNDIA PAULISTANA: ESPAÇO CONDENSADOR DE VULNERABILIDADES .....                                                                               | 12  |
| 1.1 Breve caracterização da Cracolândia Paulista .....                                                                                                 | 12  |
| 1.2 Estigma, vulnerabilidade e desfiliação nos dependentes químicos da Cracolândia .....                                                               | 26  |
| 1.3 Cidadania da “pessoa social”: o direito à esperança de futuro .....                                                                                | 33  |
| 2 POLÍTICAS E AÇÕES PARA A RECUPERAÇÃO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS DA CRACOLÂNDIA PAULISTANA: RECUPERAÇÃO DA DEPENDÊNCIA E RECUPERAÇÃO DA CIDADANIA ..... | 38  |
| 2.1 As Políticas Públicas na Cracolândia: da “Operação Dignidade” ao Programa “De braços Abertos” .....                                                | 38  |
| 2.2 As ações do Terceiro Setor na Cracolândia Paulista: as instituições religiosas .....                                                               | 58  |
| 2.3 Ressocialização e inclusão como meios de recuperação dos dependentes químicos: medidas de resgate da saúde e da cidadania .....                    | 64  |
| 3 A CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA E O PROJETO CRISTOLÂNDIA.....                                                                                         | 70  |
| 3.1 O protestantismo e os Batistas: um breve perfil histórico e doutrinário .....                                                                      | 70  |
| 3.2 Projeto Cristolândia: análise de sua história, programa e discurso institucional .....                                                             | 76  |
| 3.2.1 A história do projeto Cristolândia: suas origens, constituição, abordagem e objetivos ..                                                         | 77  |
| 3.2.2 Análise do programa terapêutico do projeto Cristolândia: métodos, etapas e valores ....                                                          | 86  |
| 3.2.3 Análise do discurso institucional da Cristolândia: a questão das Comunidades Terapêuticas.....                                                   | 98  |
| CONCLUSÃO.....                                                                                                                                         | 106 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                                                      | 111 |

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, vários autores vêm se debruçando em compreender o fenômeno de crescimento, expansão e manutenção das Cracolândias pelo Brasil. Mesmo o termo tendo primeiramente surgido para descrever zonas de preparação e venda do *crack*<sup>1</sup>, ele começou a ser usado para se referir a espaços públicos de aglomeração de usuários e traficantes no centro da cidade de São Paulo, particularmente no bairro Luz, por volta do final dos anos 1990. Ao longo dos anos o termo se expandiu e extrapolou tais limites, acompanhando o fenômeno de surgimento de territorialidades similares em outras regiões do país<sup>2</sup>.

O *crack*, droga derivada da pasta base de cocaína, surgiu nos Estados Unidos da América na década de 1980, e de acordo com alguns registros jornalísticos, entra no Brasil ao final dos anos 80, inicialmente na forma de “mesclado”, composto que mistura a maconha com as pedras de *crack*, na região de garimpo na Amazônia, e depois em sua forma “pura” principalmente pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro<sup>3</sup>.

Segundo Raupp e Adorno<sup>4</sup>, em 1991 já havia uma intensa procura pela droga na capital paulista, especialmente em sua região central, de modo que rapidamente se tornou uma das drogas ilícitas mais consumidas naquele local. Em um artigo de 2009, Raupp e Adorno fazem um balanço interessante sobre a formação da Cracolândia paulistana:

Passados vinte anos do surgimento do *crack* no mercado ilegal brasileiro, constata-se que sua presença trouxe maior complexidade e dificuldades adicionais a vários segmentos que, direta ou indiretamente, são afetados pela disseminação do seu uso. De questões de planejamento urbano e segurança pública aos programas de atenção, pesquisa e políticas voltadas a tal público, as particularidades dos contextos, significados e formas de uso de *crack* trouxeram desafios ainda à espera de respostas capazes de fornecer orientações mais efetivas que a simples repressão.<sup>5</sup>

Esta pesquisa parte desta compreensão do problema da Cracolândia enquanto uma questão multifatorial, que clama por soluções de longo prazo à altura de sua complexidade, e não somente políticas emergenciais, repressivas ou transitórias, como têm sido o caso das

<sup>1</sup> UCHOA, Marco A. *Crack: o caminho das pedras*. São Paulo: Ática, 1996. p. 73.

<sup>2</sup> Hoje matérias jornalísticas chegam a contabilizar 45 dessas territorialidades em apenas uma cidade, como foi recentemente apontado quanto ao Rio de Janeiro. RODRIGUES, Renan. Rio já tem 45 cracolândias, com mais de mil dependentes químicos. O GLOBO. *O globo Rio*. 03 out. 2017. [n. p.]. [online].

<sup>3</sup> Sobre a presença do crack já em 1986 no norte do país, cf. SANTOS, Ednan Silva. *Metamorfosendo o ‘nóia’*: formas de poder-saber, controle e sujeição em torno da figura do ‘usuário de crack’ em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2019. p. 23.

<sup>4</sup> RAUPP, Luciane.; ADORNO, Rubens C.F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5, p. 2613-2622, 2011.

<sup>5</sup> RAUPP; ADORNO, 2011, p. 2614.



políticas públicas para a Cracolândia Paulista, às quais serão tratadas no segundo capítulo desta dissertação. Formada dentro da área central da cidade de São Paulo, popularmente denominada “centro velho”, no bairro da Luz, tal territorialidade é a primeira Cracolândia do país, quase tão velha quanto a entrada da droga no Brasil. Circunscrever-se-á este estudo a esse local<sup>6</sup> em particular não só devido a sua importância histórica para esse campo, mas também porque é em seu contexto que nasce a Cracolândia, projeto da Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, iniciado em 2009 e oficializado em 2010, a qual constitui aqui objeto de investigação. Desse modo, levando em consideração as tensões, insuficiências e impasses das políticas públicas dedicadas à região, far-se-á uma incursão no campo das iniciativas do Terceiro Setor, tomando o caso do projeto Cracolândia como objeto de estudo.

Muitas igrejas protestantes assumem junto à sua comunidade a responsabilidade de sanar necessidades de sobrevivência daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, é interessante apontar para o pacto de Lausanne, firmado em 1974 na Suíça, no Congresso Internacional de Evangelização Mundial que reuniu mais de 2700 líderes de igrejas evangélicas, de mais de 150 países, no qual ficou determinado que as igrejas evangélicas deveriam dar uma maior atenção à área de assistência social.<sup>7</sup> Tal evento é uma marco para as ações beneficentes das igrejas evangélicas, que já eram práticas comuns em seu cotidiano, mas que ao serem discutidas em um evento de tais proporções, simboliza o intuito dessas instituições em se colocarem como promotoras dos direitos de populações vulneráveis e marginalizadas, a fim de celebrar e lutar pela dignidade da pessoa humana.

O projeto está vinculado à Convenção Batista Brasileira e à Junta de Missões Nacionais. Com metodologia de tratamento com viés pedagógico, o Projeto pretende se apoiar em certos princípios bíblicos para tratar da saúde física, espiritual e psíquica. Intui-se que, por meio das ações de acolhimento proporcionadas pelas Igrejas Batistas, os indivíduos atendidos dão o primeiro passo para dirimir eventuais dificuldades decorrentes da situação de vulnerabilidade na qual se encontram, uma vez que lhes são ofertados instrumentos que lhes dão acesso à inclusão na sociedade, principalmente por meio do resgate da cidadania. Partindo da premissa de que o resgate da dignidade de pessoa e cidadão são elementos-chave das ações do projeto, a

---

<sup>6</sup> Apesar de não respeitar limites espaciais demasiado rígidos e bem delimitados, a Cracolândia paulistana está localizada na região dos bairros Luz e Campos Elísios em São Paulo, geralmente em um conjunto de ruas como a Rua Helvétia, Dino Bueno, Rua Vitória, Av. Rio Branco. Nos últimos anos, devido a uma série de operações policiais, a Cracolândia encontra-se mais dispersa, em pequenos focos por toda cidade, mas ainda assim há uma aglomeração maior na esquina da Alameda Cleveland, Rua Helvétia e Alameda Dino Bueno. GALVÃO, César. Coronavírus não muda rotina de usuários de droga na Cracolândia em SP. G1. *G1 São Paulo*. 31 mar. 2020. [online]

<sup>7</sup> MOVIMENTO DE LAUSANNE. *Pacto de Lausanne*, Suíça: Lausanne, 1974. [n. p.]. [online].

pergunta que move esta pesquisa é: de que modo o programa de tratamento da Cracolândia aborda a readaptação social e a reinserção do dependente químico visando a recuperação dos dependentes químicos?

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as ações desenvolvidas pelo projeto Cracolândia como estratégias de resgate da cidadania e de valorização humana, aspectos importantes do tratamento dos dependentes químicos em situação de rua no centro da cidade de São Paulo, bem como comparar a prática com o discurso da instituição. Os objetivos específicos são: analisar o projeto em termos de seu programa, objetivos, valores, métodos e discursos através do estudo de documentos oficiais da instituição; traçar panorama histórico do tratamento dispensado aos usuários de drogas da Cracolândia paulistana tanto por parte das políticas públicas no decorrer do tempo quanto de algumas Organizações Não-Governamentais de natureza religiosa; e investigar as ações empreendidas pela Cracolândia a partir da literatura acadêmica disponível acerca do projeto.

Serão tomados como referência teórica para as análises os conceitos sociológicos que permitem descrever a situação social da Cracolândia paulistana e de seus frequentadores, em especial os conceitos de estigma, segundo a conceituação de Erving Goffman, vulnerabilidade, segundo a perspectiva de Robert Castel, e cidadania, segundo as definições de T.H. Marshall e as considerações de Roberto Dutra e Brand Arenari a respeito da noção de “pessoa social”.

É preciso apontar também que, devido à natureza das fontes, especialmente no caso das pesquisas de campo conduzidas em diferentes anos pelos pesquisadores consultados, alguns procedimentos que são aqui atribuídos ao funcionamento da unidade sede da Cracolândia em São Paulo podem ter se alterado hoje em dia. Devido a uma série de fatores, incluso o distanciamento social imposto pelo contexto de pandemia mundial de COVID-19 em 2020, esta pesquisa não pôde se valer de métodos de investigação *in loco*, pesquisas de campo, originalmente planejadas no projeto, motivo pelo qual optou-se exclusivamente pela pesquisa bibliográfica. Todavia, a pesquisa se pauta também pelo “Manual Operacional” do Ministério Cracolândia, documento que, em tese, padroniza os procedimentos do projeto para todas as unidades, e pelos documentos oficiais da CBB disponíveis *online*, e assim também se caracteriza como uma pesquisa documental.

A metodologia a ser empregada neste trabalho será a pesquisa bibliográfica e documental, composta por dois momentos: no primeiro, far-se-á uma pesquisa concentrada especialmente no campo da Sociologia, do Direito e das Políticas Públicas, a fim de traçar um panorama conceitual em torno da Cracolândia e do contexto institucional construído ao seu redor, no qual se insere a Cracolândia. No segundo momento será feita uma revisão

bibliográfica sobre produções feitas nos últimos dez anos a respeito do Projeto Cristolândia. Será realizada uma análise do discurso oficial da Cristolândia, tendo por repertório documental tanto a bibliografia acadêmica acerca do Projeto quanto os textos e produções disponibilizadas pela própria instituição em seus canais oficiais de comunicação.

No primeiro capítulo deste trabalho o contexto social no qual a Cristolândia tem origem, isto é, a Cracolândia paulistana, é apresentado a partir da delimitação de seu percurso histórico de formação e caracterizado segundo a mais recente pesquisa sociodemográfica acerca da região, o “Levantamento das Cenas de Uso de Capitais” (LECUCA), publicado em 2020, tendo também por referências centrais as análises de sociólogos(as) antropólogos(as) sociais, em especial de Taniele Rui. Neste capítulo é apresentado ainda o pano de fundo conceitual no qual se inserem as análises a serem desenvolvidas e a chave de interpretação proposta pela dissertação, na medida em que são definidos os conceitos que serão mobilizados para a compreensão da população da Cracolândia paulistana, isto é, estigma e vulnerabilidade, bem como os dois principais conceitos que são articulados em nesta análise das ações promovidas pela Cristolândia, a saber, cidadania e pessoa social.

O segundo capítulo consiste na caracterização do contexto de políticas públicas e iniciativas de Terceiro Setor atuantes na região da Cracolândia paulistana, desde os programas e políticas desenvolvidas antes do momento em que a Cristolândia é fundada na capital paulista, até os mais recentes desdobramentos das políticas públicas sobre aquela territorialidade. Assim, o capítulo inicia-se com uma análise das principais perspectivas de abordagem do “problema Cracolândia” que surgem no histórico de políticas públicas promovidas pelo Estado na região, em nível Federal, Estadual e Municipal, tendo por referência principal o trabalho de Letícia Menezes<sup>8</sup>. Com isso, segue-se, a partir da definição de Terceiro Setor segundo Rubem César Fernandes, com uma breve apresentação do setor social no qual se pode localizar a instituição da Cristolândia, isto é, o de organizações não-governamentais de cunho religioso que atuam com assistência social na região. Por meio dessa contextualização é feita a apresentação da dupla dimensão de abordagem do problema do *crack* e da dependência química, enquanto questão de saúde e enquanto questão social, ao passo que será analisado o modo como tais dimensões se colocaram historicamente nas políticas dedicadas à Cracolândia.

No capítulo três será apresentado o contexto religioso ao qual está vinculado o Projeto Cristolândia, perfazendo-se uma caracterização histórica e doutrinária da denominação Batista, da Convenção Batista Brasileira (CBB) e da Junta de Missões Nacionais (JMN), tendo por

---

<sup>8</sup> MENEZES, Letícia Ferreira. *Entre a saúde e a repressão* - políticas públicas na região da Cracolândia. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

referência principalmente documentos oficiais da CBB disponíveis *online*. Quanto a Cristolândia, será feita uma exposição detalhada da história do projeto, da estrutura de seu programa de tratamento, bem como dos valores e objetivos da instituição por meio da qual serão analisadas as ações empreendidas pela Cristolândia segundo os referenciais teóricos discutidos na primeira parte da dissertação, particularmente segundo a noção de *pessoa social*. As principais referências teóricas para tais análises são o Manual Operacional do Ministério Cristolândia e trabalhos acadêmicos dedicados à Cristolândia, em particular os trabalhos de Deborah Fromm e Ana Trigo<sup>9</sup>.



---

<sup>9</sup> Foram consultados também os seguintes trabalhos: a) GREGO NETO, Lidenilson Marcos da Rocha. *Drogadição e espaços religiosos: uma missão chamada Cristolândia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio grande do Norte, Natal, 2016. b) TAVARES, Felipe Rangel. *Cristolândia: representações e utopias na (re)produção e (re)apropriação do espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

# 1 A CRACOLÂNDIA PAULISTANA: ESPAÇO CONDENSADOR DE VULNERABILIDADES

Neste capítulo procura-se oferecer uma breve leitura da “cracolândia” como um problema complexo que gera um fenômeno pelo qual os valores, direitos e deveres da cidadania, que seriam em tese universais, deixam de valer para certa população organizada em torno das práticas ilegais do tráfico e abuso do *crack*, entre outras ilegalidades associadas.

Neste trabalho, a Cracolândia paulistana será compreendida enquanto uma territorialidade de exceção, na qual a venda e uso de drogas a céu aberto constitui apenas uma das camadas de excepcionalidade, sendo a invisibilidade da cidadania dos indivíduos ali presentes outra camada importante a ser considerada, além do conjunto de fatores sociais que corroboram seus destinos singulares.

Ao pesquisar sobre a problemática da Cracolândia, emergem outras questões que se vinculam ao modo como esses sujeitos são vistos pela sociedade. Tais pessoas, deterioradas pelo vício, portadoras de diversos estigmas e alvos de diversos preconceitos, fatores que os empurram para a invisibilidade social. Nesse sentido, elegeu-se para essa discussão, a produção de reflexões a partir de três categorias de análise: o estigma, a vulnerabilidade social e cidadania.

## 1.1 Breve caracterização da Cracolândia Paulistana

Neste tópico tratar-se-á da entrada do *crack* em São Paulo e das primícias da formação da Cracolândia paulistana, bem como as características principais que definem tal territorialidade e seus integrantes. Para tanto, serão utilizadas especialmente referências das áreas de antropologia social e levantamentos oficiais a respeito da população que frequenta tal localidade. Atenção particular será dada para a história da região da Cracolândia e dos fluxos territoriais pelos quais ela passou nas últimas décadas, para os dados sociodemográficos de sua população, para os atributos físicos, sociais e comportamentais de seus integrantes, e também para as características que definem o cotidiano e a organização da Cracolândia Paulistana hoje em dia.

Segundo Rui não há um consenso acerca do momento e do local exatos em que o *crack*<sup>10</sup> surge pela primeira vez no Brasil, sabe-se apenas que isso teria ocorrido provavelmente ao final

<sup>10</sup> O crack é um composto sólido derivado da cocaína. A cocaína é um alcalóide extraído das folhas da coca (*Erythroxylon coca*). Genericamente, a obtenção da cocaína origina diversos subprodutos, sendo o crack um deles.

de 1980<sup>11</sup>. O pesquisador Ednan Santos aponta que São Paulo não foi a pioneira no uso do *crack*, pois a primeira menção ao *crack* no território brasileiro ocorre ainda em 1986, em reportagem da Folha de S. Paulo do dia 07 de novembro, a qual cita o uso da droga por garimpeiros no Amazonas<sup>12</sup>. A reportagem, intitulada “Droga Antiga”, mostra que nesse momento o *crack* foi compreendido em sua forma misturada com maconha, chamada “mesclado”. Segue abaixo a íntegra da matéria:

José Altino Machado, presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia, mostra-se surpreso com as notícias de que o mercado mundial das drogas está sendo invadido pelo ‘*crack*’ – uma mistura de pasta de cocaína com maconha e bicarbonato de sódio. Segundo ele, essa droga já é consumida há tempos no interior da Amazônia, inclusive nas áreas de garimpo, onde atende pelo nome de ‘mesclado’.<sup>13</sup>

Ainda segundo Santos, nos anos 90, o *crack* começou a ser reportado em diversas matérias de jornal em diferentes Estados brasileiros, como em Minas Gerais no ano de 1990, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo e São Paulo em 1991, o que demonstraria que “o *crack* foi um produto comercializado de maneira autônoma em lugares e mercados de drogas diferentes e que a experiência paulistana não foi a única nesse período”<sup>14</sup>.

Segundo Rui, logo nos primeiros anos de 1990 já há registro de que o centro de São Paulo, especialmente as rua do bairro Luz, atraía e concentrava usuários de *crack*<sup>15</sup>. É importante lembrar que este é um momento em que o país passa por sua redemocratização e abertura econômica, após o período de Regime Militar (1964-1985), processos marcados por um contexto de alta inflação, desvalorização da moeda, desemprego e acirramento da

---

A maceração das folhas, misturada a determinados produtos químicos, produz a pasta base de cocaína, da qual é extraído o crack. A cocaína e o crack são estimulantes do Sistema Nervoso Central. Seu consumo provoca inquietação, aumento do estado de alerta, inibição do apetite, sensação de euforia, grandeza e energia. Ao final do efeito há a sensação de tristeza, melancolia profunda e desesperança, o que estimula o uso obsessivo em um curto espaço de tempo. No caso do crack, também são bastante comuns delírios paranoides persecutórios. Segundo o manual de formação de profissionais de saúde para tratamentos contra o crack e outras drogas, feito pelo SENAD, “a desintegração pessoal gerada pelo consumo do crack é evidente, sendo frequente a falta de cuidados pessoais, de higiene, má alimentação e condições precárias de moradia”. BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. *Tratamento da dependência de crack, álcool e outras drogas*: aperfeiçoamento para profissionais de saúde e assistência social. Brasília: SENAD, 2012. p. 56-58.

<sup>11</sup> RUI, Taniele. Por entre territórios visíveis e territórios invisibilizados: mercados ilícitos e cracolândias de São Paulo e Rio de Janeiro. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, vol. 38, nº 03, set.– dez. p. 573-588. 2019. p. 573.

<sup>12</sup> SANTOS, Ednan Silva. *Metamorfoseando o ‘nóia’*: formas de poder-saber, controle e sujeição em torno da figura do ‘usuário de crack’ em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2019. p. 23.

<sup>13</sup> FOLHA DE S. PAULO. *Acervo Folha*. Jornal Folha de S. Paulo de 07 nov. 1986: Droga Antiga. 07 nov. 1986. p. 4. [Online].

<sup>14</sup> SANTOS, 2019, p. 23.

<sup>15</sup> RUI, Taniele. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. *Saúde Sociedade*. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 91-104, 2014. p. 95.

desigualdade socioeconômica no Brasil<sup>16</sup>. Em função desse contexto os mercados ilegais e os índices de crime violento na cidade de São Paulo cresceram, especialmente nas periferias da capital. Segundo Feltran:

O desemprego estrutural que chegou a 22% na Região Metropolitana de São Paulo no final dos anos 1990, a informalização dos mercados e as altíssimas taxas de lucro das atividades ilegais elevaram os índices de criminalidade violenta. O controle desses mercados emergentes gerava corrida armamentista e uma guerra aberta nas periferias da cidade. Muita mãe chorou nas madrugadas de saguões de hospitais, Institutos Médico-Legais e cemitérios. Uma geração traz ainda hoje as marcas desse período, talvez por ainda muito tempo. [...] Nas periferias é comum que os anos 1990 [...] sejam lembrados como a época das guerras.<sup>17</sup>

É possível compreender parte da origem da Cracolândia Paulista a partir dessa conjunção de fatores socioeconômicos do contexto brasileiro e paulistano dos anos 1990. Tais processos se passaram, segundo Rui, em um momento em que os mercados do tráfico de drogas ainda não sofriam o domínio pleno do PCC (Primeiro Comando da Capital), facção criminosa surgida em 1993, e, portanto, estavam tomados por diversas disputas armadas entre rivais e confrontos com a polícia. Todo esse contexto gerou uma evasão dos usuários e traficantes de drogas das periferias de São Paulo em direção às regiões centrais, em um movimento de “fuga da possibilidade concreta de assassinatos e retaliações”<sup>18</sup>. Tal fuga se deu especialmente em direção ao entorno da Estação da Luz, que ao final dos anos 1990, início dos 2000, sofria um processo de desvalorização imobiliária que, associado ao início de uma série de obras de demolição e desapropriação de imóveis da região, geraram um local propício para que se instalasse uma zona de comércio e consumo de *crack* a céu aberto, dada a baixa circulação de pessoas, o abandono da vigilância policial, a diminuição drástica de imóveis residenciais e o grande número de ruas vazias, especialmente durante a noite<sup>19</sup>.

Em 1991 é noticiada a primeira apreensão de *crack* na cidade de São Paulo. Logo surgem as primeiras aparições do termo Cracolândia nos jornais, o qual ainda não era sinônimo de cena de uso e tráfico do *crack*, mas apenas pontos de venda e preparação<sup>20</sup>. Em São Paulo,

<sup>16</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 208-210. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 467-560.

<sup>17</sup> FELTRAN, Gabriel. Crime que produz governo, governo que produz crime. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, p. 238-239, 2012. *apud* RUI, 2019, p. 577.

<sup>18</sup> RUI, 2019, p. 578.

<sup>19</sup> ROLNIK, Raquel. Cracolândia é fruto da degradação do centro da cidade: as intervenções do poder público descaracterizaram a região central da cidade e abriram caminho para a Cracolândia. [Entrevista concedida à Rádio USP]. *Jornal USP*. São Paulo. [n. p.]. 09 jun. 2017. [online]

<sup>20</sup> Publicação do acervo do jornal “O Globo” aponta que a primeira reportagem do jornal a citar o crack no Brasil ocorre em 1991. LIMARQUE, Hugo. Crack surge nos EUA em 1981 e entra no Brasil nos anos 90, alimentando

o bairro de São Mateus, na periferia da Zona Leste da cidade, foi o principal território associado a venda e consumo de *crack* no início dos anos noventa, como demonstram reportagens da época, coletadas por Marcos Uchoa e comentadas por Taniele Rui em artigo acerca do tema<sup>21</sup>. A principal fonte de conflitos nessa época estava mais atrelada ao tráfico da droga do que ao seu consumo e não se podiam ainda constatar zonas de alta aglomeração de usuários em vias públicas na forma das atuais Cracolândias. Segundo Rui: “embora tendo chegado ao Brasil no final da década de 1980, é possível datar apenas a partir dos anos 2000 o processo de visibilidade urbana de aglomerados de consumidores da droga estigmatizados pelo neologismo ‘cracolândia’ e a consequente transformação destes em problemas públicos de grande proporção”.<sup>22</sup>

Apesar de certa variabilidade nos índices sociodemográficos que caracterizam tal população, é possível traçar algumas tendências gerais que caracterizam a maior parte dos usuários da Cracolândia. No ano de 2020 uma pesquisa comparou uma série histórica de dados acerca do perfil dos usuários da Cracolândia de 2016 até 2019. O estudo, chamado “Levantamento das Cenas de Uso de Capitais” (LECUCA), averiguou que mais de 35% dos frequentadores da Cracolândia possuem Ensino Fundamental incompleto e 15.7% Ensino Médio incompleto, enquanto apenas 23.3% possuem E.M. completo e 14.5% possuem E.F. completo. A maior parte da população é composta homens, cerca de 70%, com idade média de 36 anos, mais da metade dos frequentadores (51%) vem de fora de São Paulo, com 34,5% vindo de outros estados. Quanto ao recorte racial, o estudo mostra que 45.8% são pardos, enquanto 30.8% são pretos<sup>23</sup>.

A prevalência de usuários em situação de rua se repete ao longo da série histórica, sendo que 62% dos participantes da pesquisa de 2019 relatam dormir nas ruas. Há também a indicação de um alto índice de usuários vivendo nestas condições há 5 anos ou mais (42%). Mais da

---

tráfico. In: O GLOBO. *Acervo O Globo*. 02 jun. 2017. [n. p.]. [online]. Marcos Uchoa data o aparecimento da droga na cidade de São Paulo entre os anos de 1987 e 1990. UCHOA, 1996, p. 73.

<sup>21</sup> Trata-se do “livro-reportagem” *Crack: o caminho das pedras*, de Marcos Uchoa, lançado em 1996, que segundo Rui é a primeira obra sobre o assunto. Rui afirma que o primeiro registro da droga no DENARC-SP (Departamento de Investigações sobre Narcóticos de São Paulo), data de julho de 1990. RUI, 2012, p. 2. Juca Guimarães, no entanto, cita que a primeira apreensão de crack na cidade aconteceu em 22 de junho de 1990. GUIMARÃES, Juca. Onda de devastação pelo crack começou há 27 anos em São Paulo. In: R7, *R7 Notícias São Paulo*. 25 mai. 2017. [n. p.] [online]

<sup>22</sup> RUI, 2019, p. 573.

<sup>23</sup> MADRUGA, Clarice S; LARANJEIRA, Ronaldo R. *LECUCA (Levantamento das Cenas de Uso de Capitais) – São Paulo: Perfil dos frequentadores da Cena de Uso da Região da Luz (Cracolândia), Monitoramento populacional, Resultados da Série Histórica - maio 2016, maio 2017, junho 2017 e outubro 2019*. [s.l.]. UNIAD, 2020. p. 22-24. [online]. O Levantamento do perfil dos usuários contou, em 2016, com 122 participantes, em 2017 com 139 participantes, novamente em junho de 2017 com 71 participantes, e em outubro de 2019 com 240 participantes.



metade dos usuários (65,3%) relatou viver e dormir todos os dias nas ruas da Cracolândia, com 17% dizendo passar apenas os dias na região e menos de 10% referindo apenas ir para comprar a droga e deixar o local.

É importante ressaltar que o usuário de *crack* não é visto como um usuário de drogas qualquer. Devido ao aspecto dos efeitos colaterais, tanto físicos quanto comportamentais, além de certa imagem construída socialmente por meio da mídia e do discurso popular, que frequentemente associam o usuário de *crack* à figura do morto-vivo ou do “zumbi”<sup>24</sup>, esse indivíduo é menosprezado até mesmo por usuários de outras drogas, como aponta Letícia Menezes<sup>25</sup>. Ele se constitui como um produto do ápice da drogadição e da degradação, uma exceção mesmo entre outros usuários, e assim é alvo de uma estigmatização intensa por parte de outros tipos de adictos<sup>26</sup>.

Frequentemente os usuários da Cracolândia são reduzidos a uma categoria comum que expressa pejorativamente sua situação de degrado social e seu aspecto “abjeto”, a categoria de “nóia”<sup>27</sup>. O termo tem origem na palavra “paranóia”, a qual expressa uma das sensações mais comumente relatadas por usuários de drogas como a cocaína e o *crack*, um misto de euforia com angústia e sensação de estar sendo perseguido. O termo designa a pessoa acometida por um uso extremo do *crack*, possui carga negativa mesmo entre os próprios frequentadores da Cracolândia, motivo pelo qual alguns pesquisadores não o consideram como uma “categoria nativa”, no sentido de uma positiva autodenominação própria de uma dada população<sup>28</sup>. Nesta dissertação o termo é utilizado na acepção de Rui, para quem os “nóias” são: “aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação

<sup>24</sup> ALVES, Ygor Diego Delgado. *Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 193. Alves trabalha longamente com o estigma do “zumbi” associado ao usuário de crack, e chega a concluir que “atribuir ao usuário de crack a alcunha de zumbi é tomar um estado particular de sua existência cotidiana e tê-lo por totalidade”.

<sup>25</sup> MENEZES, 2016, p. 42.

<sup>26</sup> BARD, Nathália Duarte *et al.* Estigma e preconceito: vivência dos usuários de crack. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. Ribeirão Preto: v. 24, n. 2680, p. 1-7, 2016. p. 04. Os pesquisadores no referido artigo coletaram uma entrevista com trabalhador de um CAPS AD da região metropolitana de Porto Alegre (RS) que corrobora com a afirmação de que há, de fato, essa estigmatização especial dos adictos de crack mesmo entre outros dependentes químicos. Tal fato parece se confirmar mesmo em outros contextos, segundo uma pesquisa americana na qual usuários relatam uma menor incidência de preconceito com relação à usuários de cocaína por vias respiratórias do que com relação à usuários de crack.

<sup>27</sup> FRUGOLI JUNIOR, Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, v. 1, n. 30, p. 119-136, 2009. p. 133.

<sup>28</sup> FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009, p. 133. No entanto, há casos em que alguns usuários, a despeito do termo pejorativo, conseguem construir uma autoimagem positiva de si próprios, em uma estratégia de quebra do estigma negativo através da apropriação e da ressignificação (ALVES, 2015, p. 8).

extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção”<sup>29</sup>.

Levando-se em conta as diversas variantes em função das diferentes trajetórias de rua, durações e padrões de uso da droga, podemos ainda assim dizer que a figura do usuário de *crack* é marcada inicialmente pela sujeira e pelo mau odor, advindos da situação de miséria vivenciada pelos que vivem nas ruas da Cracolândia. Conforme relata Rui:

Em suma, como um primeiro processo, a construção de uma corporalidade ignóbil ocorre gradualmente, por meio da perda de vínculos com as instâncias sociais e familiares que proporcionam as condições de limpeza, asseio e saúde, bem como da consequente exposição às intempéries do clima, à aspereza da rua, aos conflitos corporais, ao uso crescente de drogas e, por fim, à adesão à rua.<sup>30</sup>

No entanto, há certas marcas corporais que denotam a especificidade da degradação sofrida pelo usuário de *crack*, as quais o destaca de outros usuários de drogas e moradores de rua, e às quais se vinculam muitos dos estigmas associados ao “nóia”. Rui enumera quatro: dentes e dedos das mãos marcados, lábios machucados, perda de peso, voz rouca. As marcas e machucados nos dentes e lábios são provenientes do manuseio do cachimbo aquecido pelo fogo no momento do fumo, o qual gera pequenas queimaduras e lesões que se acumulam, formando feridas maiores. O calor associado a falta de hidratação produz um ressecamento da pele e das mucosas, o que contribui para o agravamento das feridas. As marcas nos dedos são geradas de modo similar, isto é, no manuseio do cachimbo, mas também são formadas pelo esforço na quebra das pedras de *crack* e no contato contínuo com cinzas de cigarro, sob as quais se costuma fumar o *crack*. A voz rouca é decorrente do contato intenso e contínuo da fumaça em alta temperatura gerada pelo fumo da droga com os tecidos das vias respiratórias, e pode até mesmo gerar episódios de afonia, como relata Rui<sup>31</sup>.

Segundo a pesquisa de doutorado de Rui, o emagrecimento dos usuários, por sua vez, não seria produto do simples consumo diário da droga, mas sim de um consumo particularmente intenso que gera um movimento cíclico que vai do uso compulsivo da droga ao que alguns usuários chamam de “hibernação”. Segundo Rui, tal movimento consiste na alternância entre períodos de consumo intenso, os quais podem durar dias ininterruptos, sem alimentação, hidratação ou sono, com períodos de resguardo, após a completa exaustão do corpo. Segundo Rui, alguns usuários conseguem voltar para lugares de descanso ou procurar instituições a fim

<sup>29</sup> RUI, 2012, p. 9.

<sup>30</sup> RUI, 2012, p. 270.

<sup>31</sup> RUI, 2012, p. 271-272.

de adormecer, se alimentar e se hidratar, mas muitos outros acabam se ajeitando nas ruas ou mesmo desmaiando nelas. O período pós-hibernação é um dos momentos críticos do ciclo de uso do *crack*, pois é comum que ocorra tentativas de recomposição da saúde, seja pela abstinência abrupta, seja pela substituição por drogas “mais leves”. No entanto, como afirma Rui:

O constante movimento de recomposição não dura muito; é só até o desejo de consumir a droga retornar de novo com grande força. É nesse momento que, segundo dizem, a situação se torna mais crítica. Contam que nessa hora de vontade incontrolável, mas sem a droga, ‘perdem a noção’ e fazem de ‘tudo para consegui-la’. É nesse momento que aparecem as narrativas de roubo a parentes, conhecidos, vizinhos, seguidas de eventuais agressões.<sup>32</sup>

O comportamento compulsivo e o descontrole são típicas consequências do abuso de drogas, as quais são frequentemente causa de conflitos familiares para o dependente químico. Diversas situações de fragilização dos vínculos familiares podem advir dessas características comportamentais. Por exemplo, o usuário quando se torna um dependente químico passa a considerar uma situação habitual o consumo de drogas, e pode começar a realizá-lo na presença de familiares, mas “a situação é geradora de vergonha e revolta, pois o uso de drogas dentro de casa pode influenciar negativamente as crianças e adolescentes, além de ser motivo de conflitos”.<sup>33</sup>

Relatos de dependentes apontam como um dos principais motivos para o afastamento do âmbito familiar a desconfiança dos familiares, produzida sob a força das diversas frustrações que advêm da lida diária dos codependentes<sup>34</sup> com mentiras e manipulações às quais o adicto muitas vezes recorre para manter o uso de drogas<sup>35</sup>. Conforme considera Alvarez: “Tendo em vista o perfil manipulador do usuário de drogas, é comum a mentira fazer parte do seu cotidiano, ocasionando a perda de confiança de todos no dependente”<sup>36</sup>. Todavia, o afastamento do seio da família, sendo parcial ou completo, não alivia as agruras pelas quais passa a família do dependente, já que ele faz com que os familiares sofram com o fato de não receber notícias do usuário, pois conhecem todos os riscos que ele está enfrentando para se manter drogado.

<sup>32</sup> RUI, 2012, p. 276.

<sup>33</sup> RUI, 2012, p. 276.

<sup>34</sup> Codependência é um termo da área da saúde utilizado para se referir às pessoas diretamente ligadas emocionalmente a uma pessoa com séria dependência química, ou com um comportamento problemático e destrutivo.

<sup>35</sup> ALVAREZ, Simone Quadros; GOMES, Giovana Calcagno; XAVIER, Daiani Modernel. Causas da dependência química e suas consequências para o usuário e a família. *Revista Enfermagem UFPE On Line*, v. 8, n. 3, p. 641-648, 2014. p. 645.

<sup>36</sup> ALVAREZ; GOMES; XAVIER; 2014, p. 645.

Apesar de todas essas marcas e estigmas, ao partir da ideia de que tais indivíduos precisam ser tratados e ressocializados, faz-se necessário um esforço por compreender o usuário de *crack* além de sua figura degradada e de seus comportamentos impulsivos e descontrolados. Conforme afirma Santos, o “nóia” pode ser entendido enquanto uma categoria discursiva que “legitima abusos e condições nos quais esses sujeitos estão submetidos inviabiliza a sociedade de entender que o ‘nóia’ é fruto de várias violações de direitos que antecedem o uso da droga.”<sup>37</sup> Como se percebe pelos dados obtidos na pesquisa publicada em 2020 sobre os usuários da Cracolândia Paulistana, a maior parte desses “nóias” realmente vem de trajetórias de vida marcadas por privações, especialmente do direito à educação de qualidade e ao trabalho, pois quase 80% dos entrevistados de 2019 afirmam estar sem qualquer renda há pelo menos um ano, e mais da metade há cinco anos ou mais<sup>38</sup>.

No entanto, boa parte das privações sofridas por tal população parece se iniciar após o agravo do uso de drogas, uma vez que, segundo a mesma pesquisa, 61,8% dos usuários estão em situação de rua, sendo que 40% está assim há mais de 5 anos. No estudo, 78,2% afirma que estava em casa própria ou de familiares antes de morar na rua e 61% nunca retornou à casa desde então, o que indica que o vício no *crack* é um grande fator de risco para a situação de rua, e não o inverso, como se poderia supor<sup>39</sup>.

A Cracolândia pode ser compreendida enquanto uma “territorialidade itinerante”<sup>40</sup>. Trata-se de compreender aquele ponto de consumo e tráfico de *crack* a céu aberto não como um perímetro espacial fixo, bem determinado, mas como a territorialização daquelas práticas, uma forma de aglomeração de usuários e traficantes que pode se mover, se dispersar e se reconfigurar, a depender das circunstâncias externas. Tais características são bastante evidentes na Cracolândia Paulistana, uma vez que ao longo de mais de duas décadas de existência ela já se estabeleceu em diversos logradouros<sup>41</sup>, tomando proporções ora maiores, ora menores, variando a região de maior adensamento, mesmo que, de modo geral, nunca tenha saído

<sup>37</sup> SANTOS, 2019, p. 5.

<sup>38</sup> MADRUGA; LARANJEIRA, 2020, p. 25.

<sup>39</sup> MADRUGA; LARANJEIRA; 2020, p. 25; p. 28; p. 31. É interessante apontar que existe até mesmo certa resistência de algumas pessoas em situação de rua com a ideia de que as figuras do morador de rua e do usuário de *crack* possam se confundir, isto é, há a defesa de que “*quem é da rua mesmo não fuma pedra*”, como podemos entrever em algumas entrevistas coletadas por Melo em uma recente artigo acerca das reconfigurações no perfil social da população de rua no Brasil nas últimas décadas. MELO, Tomás. Mundos que refugam, ruas como refúgio: reconfigurações no perfil social da população em situação de rua. *Revista Florestan*, São Carlos, ano 3, n. 1, p. 10-31, 2016. p. 13-14.

<sup>40</sup> FRÚGOLI, Jr.; SKLAIR, 2009, p. 123.

<sup>41</sup> Rui contabiliza vinte endereços que já fizeram parte do perímetro da Cracolândia ou já estiveram em suas adjacências, contando com a presença de alguns focos do fluxo de usuários. RUI, 2012, p. 190.

propriamente da região central de São Paulo, por entre os bairros Luz, Santa Efigênia e Campos Elísios.

No entanto, a dispersão das cenas abertas de uso de *crack* ocorridas nesses pontos da cidade está historicamente ligada às dinâmicas de repressão policial, e mesmo às intervenções ligadas ao campo da saúde e da assistência social. Quando tais ações diminuem, os usuários da região tendem a se aglomerar em pontos razoavelmente fixos, o que permite mapear certos perímetros espaciais aos quais é associado o termo Cracolândia, mesmo que os limites dessas regiões mudem de tempos em tempos. Portanto, Cracolândia pode ser caracterizada pela ambiguidade entre mobilidade e fixação espacial, pois mesmo que sua constituição se estabeleça a partir dos movimentos e assentamentos de seus usuários e de suas práticas, há pontos mais ou menos delimitados em que o fenômeno territorial Cracolândia pode ser verificado e mapeado ao longo das últimas décadas do centro de São Paulo. Sua territorialização, inclusive, é importante elemento constitutivo de sua relevância política, algo que define seu status de exceção. Conforme lembra Rui, referindo-se ao sociólogo Michel Misse, as redes sociais que interligam mercados ilegais nem sempre traçam contornos espaciais bem definidos, mas, “quando algum contorno espacial se desenha, quando uma territorialização pode ser identificada, a questão parece ganhar uma dimensão política completamente diferente daquela que existe de forma pulverizada”<sup>42</sup>.

Desse modo, por um lado não se pode pensar a Cracolândia somente como um espaço físico específico no qual se concentram o abuso e a venda de *crack*, mas, por outro, não podemos ignorar as características trazidas pela territorialização dessas práticas. A definição territorial deste fenômeno é o que permite que toda uma rede de instituições estatais e do Terceiro Setor se construa em seu entorno, articulando diferentes abordagens e estratégias de tratamento das questões médicas e sociais que ali se afluam, as quais também são amplificadas pela cobertura midiática, que também se torna mais fácil uma vez que as práticas em questão se concentrem em pontos mais ou menos fixos da cidade. Segundo Frúgoli e Cavalcanti:

[...] a ideia de *cracolândia* implica o estabelecimento de uma série de relações com diferentes agentes (tanto do Estado – polícia, assistentes sociais e assim por diante – quanto da dita sociedade civil – ONGs, redes de pesquisadores em saúde pública, psicologia social e ciências humanas). Ou seja, as *cracolândias* não são meramente sinônimos de locais em que se vende e consome *crack*; elas se produzem justamente em seu reconhecimento como territorialidades específicas por diferentes atores, que a elas dirigem uma série de práticas – repressivas ou de assistência (ou até uma combinação de ambas) – ou então táticas cotidianas para lidar com elas, no caso do

<sup>42</sup> RUI, 2012, p. 115.

tráfico de drogas ou dos moradores mais antigos de regiões em que as *cracolândias* se instalam.<sup>43</sup>

Fato é que a Cracolândia é uma das poucas zonas de São Paulo em que o consumo e tráfico de *crack* ocorre publicamente, a todo momento, mesmo com infindáveis investidas policiais e vigilância constante por parte da mídia e do poder público, isto é, sem que precise ocorrer em segredo. Tal formatação coletiva e pública do uso de *crack* é uma modalidade minoritária das cenas de uso de *crack* pelo país, uma exceção, como ressalta o estudo nacional sobre o *crack* publicado pela Fiocruz em 2013<sup>44</sup>. Justamente em função desta singularidade é que tanta atenção é dedicada ao fenômeno paulistano, o primeiro a receber o nome de Cracolândia. Ainda assim, mesmo sendo pauta frequente em jornais e debates políticos, o “fluxo” de usuários e traficantes que frequentam a região não cessa, chegando por vezes a marca dos milhares, contabilizando aqueles que ali residem e os usuários que frequentam temporariamente o espaço<sup>45</sup>.

Tal espaço varia suas delimitações de tempos em tempos. Em 2017 o espaço identificado como Cracolândia no levantamento oficial acerca do *crack* na cidade de São Paulo era o quadrante formado entre as ruas Helvétia e Largo Coração de Jesus, incluindo a Alameda Barão de Piracicaba e Alameda Dino Bueno. No levantamento de 2019 o perímetro estava formado por trechos da Alameda Cleveland, Alameda Barão de Piracicaba e Alameda Dino Bueno, Rua Helvétia. Nos últimos anos, devido a uma série de operações policiais, que remontam à Operação Sufoco de 2012 e vão até as operações policiais de 2017<sup>46</sup>, a Cracolândia encontra-se mais dispersa, em pequenos focos por toda cidade, mas ainda assim há uma aglomeração maior na esquina da Alameda Cleveland, Rua Helvétia e Alameda Dino Bueno<sup>47</sup>.

Mesmo que outras localidades por vezes recebam esse nome, a paisagem configurada pela alta densidade de usuários e por sua fácil visibilidade em meio ao centro de uma das maiores cidades da América Latina, ao lado de diversos equipamentos culturais, como a Sala

<sup>43</sup> FRÚGOLI Jr., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Da “cracolândia” aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*, São Paulo, ano 4, n. 6, p. 1-25, 2010. p. 07.

<sup>44</sup> BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: ICICT, 2014. p. 18.

<sup>45</sup> MENDES, Gio. 2 mil usuários de droga frequentam a cracolândia. *In: ESTADÃO. Estadão São Paulo*. 23 jul. 2011, [n. p.]. [online]. Segundo o último levantamento oficial feito, a cidade de São Paulo contabiliza 1680 frequentadores da Cracolândia. É importante ressaltar que tais números não correspondem ao número de moradores, mas sim ao número de indivíduos que participam do fluxo da Cracolândia, sendo que alguns permanecem ali por pouco tempo ou somente para comprar ou enquanto usam a droga. MADRUGA; LARANJEIRA, 2020, p. 50.

<sup>46</sup> PAGNAN, Rogério; VERPA, Danilo. Polícia faz megaoperação de combate ao tráfico na cracolândia. *In: FOLHA DE S. PAULO. Cotidiano*. 21 mai. 2017, [n. p.]. [online].

<sup>47</sup> GALVÃO, 2020, [n. p.].

São Paulo, traz uma carga simbólica ímpar para a Cracolândia Paulistana. É interessante apontar que a região central da cidade de São Paulo nem sempre abrigou populações pobres e ou marginalizadas como as da Cracolândia, pois, como apontam Raupp e Adorno, o centro integrava os circuitos de lazer, negócios e compras das elites paulistanas nas primeiras décadas do século passado. Contudo, isso começou a mudar quando se inicia o processo de desvalorização e popularização das regiões centrais, com o deslocamento de grandes empresas, bancos, lojas de artigos de luxo, grandes hotéis e atividades imobiliárias para outras áreas da cidade na segunda metade do XX.

Concomitante a tais processos está o aumento de prédios ociosos no centro, hoje muitos dos quais se tornaram moradias de invasão por parte de moradores de extrema baixa renda, a proliferação de cortiços e a popularização dos automóveis e construção de novas vias de interligação entre as diversas áreas da cidade, para as quais o centro passou a funcionar apenas como “nó de ligação e de passagem”<sup>48</sup> entre as diferentes regiões da capital. Segundo Raupp e Adorno:

Como consequência do processo de esvaziamento imobiliário, muitas ruas onde tradicionalmente havia uma ocupação mesclada entre comércio e uso residencial encontram-se hoje inteiramente vazias depois do horário comercial e nos fins de semana, o que constitui um sério agravante às condições locais de segurança. Em algumas ruas houve uma apropriação do espaço público por vendedores e usuários de drogas, constituindo o que é considerado hoje um dos maiores problemas do Centro de São Paulo.<sup>49</sup>

Quanto a região mais frequentemente ocupada pela Cracolândia, e em particular quanto ao bairro Luz, é importante destacar, conforme aponta Rui, que ela foi importante polo econômico na primeira expansão do centro da cidade,<sup>50</sup> mas, na metade do século XX, em meio ao contexto de popularização e desvalorização dos centros, passa a ser marcada por zonas de prostituição barata e venda de drogas, momento no qual ganha a alcunha de “*boca do lixo*”<sup>51</sup>. Hoje, como dito anteriormente, o bairro comporta vários equipamentos culturais e é uma área de grande visibilidade e importância na cidade. Desde a década de 1980 existem programas municipais e estaduais dedicados à “transformação”, “requalificação” e “revitalização” do bairro da Luz e arredores, a fim de produzir uma área cultural e economicamente rica. Essa questão será discutida com mais detalhes no capítulo dois desta dissertação. No entanto, é importante já destacar que em função desses planos, entre os quais o Projeto Nova Luz é o mais

<sup>48</sup> RAUPP; ADORNO, 2011, p. 2615.

<sup>49</sup> RAUPP; ADORNO, 2011, p. 2615.

<sup>50</sup> RUI, 2014, p. 97.

<sup>51</sup> RUI, 2014, p. 97.

emblemático, e principalmente por conta da má execução de suas obras, muitas das quais foram interrompidas logo após as fases de desapropriação e demolição de imóveis, a região se viu esvaziada de novos moradores e comércios, gerando um conjunto de ruas esvaziadas e abandonadas, localidades propícias para o uso e a venda de drogas ilícitas. Segundo a professora Raquel Rolnik, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), em entrevista à Radio USP, devido às obras do Projeto Nova Luz, a região em torno da qual hoje se instala a Cracolândia foi semidemolida:

[...] permanecendo no mais completo abandono e com uma manutenção cada vez mais precária por parte da própria prefeitura. A degradação resultante serviu como um chamariz para os dependentes químicos do *crack* e do álcool, que já existiam na região, embora ainda em pequena escala, e cujo número só fez aumentar à medida em que o abandono do bairro se acentuava. Em certo momento, e devido à concentração dos dependentes em determinados locais, o lugar passou a ser chamado de Cracolândia, estigma que carrega desde então.<sup>52</sup>

Pode-se compreender a rotina da Cracolândia como ritmada por séries de eventos de duas naturezas: a) os eventos endógenos, os quais compõem os rituais de uso do *crack*, como a limpeza do cachimbo, as rodas de uso, a procura por “pedras” perdidas e a experiência da “paranoia”; nos quais se insere também a dinâmica de venda da droga por parte do PCC (Primeiro Comando da Capital) e seus integrantes, as ações dos “disciplinas” e os eventuais “debates” de resolução de conflitos feitos pelos “irmãos” do Comando<sup>53</sup>; b) os eventos exógenos, isto é, que partem de indivíduos e instituições externas às práticas, limites territoriais e regramentos da Cracolândia, como as ações de assistência social e oferta de tratamento feitas por diversas instituições do Terceiro Setor, religiosas e não religiosas, bem como as intervenções estatais, tanto por meio de operações policiais e sanitárias, quanto pela atuação dos diversos programas ali instalados.

Dentre as operações sanitárias cotidianas está o processo de limpeza das ruas ocupadas pela Cracolândia, que ao menos desde 2015, segundo Fromm, ocorre três vezes ao dia, todas as manhãs, durante a tarde e no início da noite. Todas as limpezas são acompanhadas pelos policiais da GCM (Guarda Civil Metropolitana) e são conduzidas com um caminhão pipa para a lavagem e outro para recolher tudo o que é abandonado pelos usuários, desde o lixo até seus

<sup>52</sup> ROLNIK, 2017, [n. p.].

<sup>53</sup> Analisar detidamente as dinâmicas internas da Cracolândia foge aos limites deste trabalho. Os processos e práticas internas ao fluxo da Cracolândia, especialmente da parte dos usuários, são detalhadamente analisados por ALVES, 2015.



pertences eventualmente esquecidos nos locais a serem limpos<sup>54</sup>. Tal tipo de intervenção, ainda que parte do protocolo normal de limpeza urbana, ganha contornos algo higienistas e repressivos na medida em que se repetem diariamente com todo o aparato policial adicional.

Outra característica importante da Cracolândia Paulistana é o domínio do PCC na região, impondo as regras do ambiente por meio de seus “disciplinas”. Esses são integrantes do “Partido”, como é conhecido o PCC, escolhidos para garantir a “ordem” e mediar os conflitos entre usuários<sup>55</sup>, além de confrontar a polícia e impedir que se grave as imediações por filmagem. Conforme consta de uma entrevista feita por Fromm com uma disciplina local da Cracolândia, sua função é regular as condutas da área e administrar a “justiça” do comando:

Então, tudo tem uma regra, uma disciplina né [...] tem alguém do Comando aí que chamam de disciplina para quando tem um assunto grave, alguma coisa... Tem o disciplina e tem o irmão da região mesmo. O disciplina é que toma conta do lugar. Acontece alguma situação é levada para ele. [Eu pergunto: Ele fica ali pelo ‘fluxo’?] Não necessariamente. Ele vai de vez em quando, mas aí acontece alguma situação grave, é levada para ele e aí chama umas idéia aí. [...] É pro resumo. Então, assim, ele chama em algum lugar e aí vai as duas partes. Quem fez e quem não fez, enfim... Se tiver testemunha, leva. E aí tem o julgamento.<sup>56</sup>

O PCC ainda controla o tráfico da região, pois os pontos de venda de *crack* são todos ou de posse da facção ou “alugados” por ela, em uma espécie de sistema de franquias, no qual traficantes não integrantes do coletivo criminal precisam do aval da organização para praticar suas atividades na região, firmando um acordo de fidelidade com o PCC para comprar a droga somente com eles. Em troca a organização oferece a segurança do local de vendas. Em torno dos perímetros da Cracolândia estão colocados diversos “soldados” armados para evitar a entrada da polícia e garantir a manutenção das atividades<sup>57</sup>.

A questão do uso de drogas no espaço público urbano relaciona-se a complexas questões sociais, como a pobreza, o aumento da população em situação de rua, a vulnerabilidade social e o preconceito. Todas essas questões convergem e se afloram na territorialidade Cracolândia, o que a constitui enquanto uma espécie de “fratura exposta” da estrutura social. A seguir será

<sup>54</sup> FROMM, Deborah. *O "fim da Cracolândia": etnografia de uma aporia urbana*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017. p. 34.

<sup>55</sup> De certo modo, pode-se dizer que os “disciplinas” mediam até mesmo as relações entre o Estado e a população da Cracolândia, como mostra Fromm em sua pesquisa de campo feita em 2015 na região, durante mais uma operação de “remoção da Cracolândia”, ocorrida ao final de abril. (FROMM, 2017, p. 14-29). Trata-se da retirada dos barracos da “favelinha da Cracolândia” requerida pelo município em função do Programa de Braços Abertos.

<sup>56</sup> FROMM, 2017, p. 114-115, trecho de entrevista feita pela autora, março de 2015.

<sup>57</sup> RIBEIRO, Aline. A cruzada para tirar o PCC da Cracolândia. In: ÉPOCA. *Época Brasil*. 22 mai. 2017. [n. p.]. [online]. ESTADÃO CONTEÚDO. PCC domina Cracolândia, vende 19 kg de droga por dia e cobra R\$ 80 mil por ponto. In: REVISTA ISTOÉ [Site institucional]. 12 mai. 17. [n. p.]. [online].

apresentada a questão da situação de rua, característica majoritária dentro da população da Cracolândia.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo lançou em 2019 o mais recente “Censo da População em Situação de Rua”, no qual se constata 24.344 pessoas em situação de rua em São Paulo, um aumento de 53% em relação ao censo de 2015. Com esse levantamento poder-se-ia aferir que o *crack* não é a droga mais utilizada por moradores de rua<sup>58</sup>, pois apenas 23,9% dos entrevistados declaram fazer uso de *crack* antes de morar nas ruas, enquanto 18,9% declararam fazer uso de *crack*, após estarem em situação de rua. No entanto, de acordo com o “Levantamento do Perfil de Usuários de Drogas na região da Cracolândia”, feito em 2017, encomendado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, o uso de drogas é a principal razão para o início da trajetória de rua dos frequentadores do espaço. No estudo, 66,42% dos entrevistados afirmam que só entraram em situação de rua após o abuso de drogas, uma diminuição em relação aos 76% que fizeram a mesma afirmação em 2016<sup>59</sup>. Com isso, torna-se relevante a relação entre o uso intensivo de drogas e a perda da moradia ou antes, a associação entre as vulnerabilidades do adicto com o indivíduo em situação de rua. Conforme ressalta Marcus Vinícius Oliveira:

O *crack* tem uma característica interessante entre todas as drogas porque dada a efemeridade do uso, ele exige uma comunidade de usuários para manter alguma pedra acesa. Esse *ethos* do consumo do *crack* ajuda a produzir novas populações de rua. O laço social em torno do *crack* passa a ter mais valência e mais poder do que os vínculos sociais que o sujeito eventualmente tinha estabelecido.<sup>60</sup>

Somadas às vulnerabilidades sociais que impulsionam os indivíduos ao abuso de drogas, e particularmente ao *crack* e à Cracolândia, levando em consideração também as vulnerabilidades às quais tais pessoas estão expostas uma vez inseridas nesses círculos, deve-se levar em conta ainda o preconceito e o estigma, os quais dificultam grandemente os processos de recuperação.

<sup>58</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo*. 2020. [online].

<sup>59</sup> MADRUGA, Clarice Sandi. *Levantamento do perfil de usuários de drogas na Região da Cracolândia*. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, 2017, [n. p.]. [online].

<sup>60</sup> Psicólogo, coordenador do Laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). OLIVEIRA, Marcus Vinícius. *População de Rua e Consumo de Drogas: Vulnerabilidades Associadas*. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Drogas, Direitos Humanos e Laço Social*. Brasília: CFP, 2013. p. 84-98, 91-92.

Todos os danos à saúde física e mental causados pelo uso do *crack*, corroboram para a ruptura dos laços afetivos e das redes de apoio previamente constituídas em torno do adicto, especialmente quanto ao círculo familiar, o que acaba por firmá-lo cada vez mais no abandono social e na marginalização. No entanto, um aspecto importante dessa exclusão é o estigma que se anexa às características físicas e comportamentais dos usuários, o qual também é motivado em grande parte pela negativa imagem social construída em torno deles, a qual torna sua condição cidadã invisível aos olhos da sociedade. Adiante serão discutidos os conceitos de estigma, vulnerabilidade e cidadania, a fim de refinar as categorias de análise em torno do problema da drogadição, da figura dos indivíduos que frequentam a Cracolândia e, conseqüentemente, do público atendido pelas ações do projeto Cristolândia. Com isso pretende-se construir o arcabouço teórico que permite analisar a situação dos adictos em dupla perspectiva, sob a ótica da perda da saúde e da perda da cidadania, e também analisar as ações da “Cristolândia” como direcionadas à essa dupla dimensão do problema.

## 1.2 Estigma, vulnerabilidade e desfiliação nos dependentes químicos da Cracolândia

Segundo o sociólogo Erving Goffman, o termo *estigma* advém do grego e se referia, em seu sentido literal original, a certas marcas corporais através das quais se identificava algo de extraordinário ou ruim sobre a constituição moral daquele que as portava. Segundo o autor, os sinais poderiam ser produzidos no corpo por cortes ou fogo, sendo que muitas vezes eram usados como marcas que avisavam que o portador era um escravo, um criminoso, um traidor, ou, em suma, “uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada, especialmente em lugares públicos”.<sup>61</sup>

Contemporaneamente, o termo passa a ser usado nas ciências sociais a fim de apontar para algum estereótipo social negativo, fundado no descrédito e no preconceito, associado a uma classe de indivíduos, geralmente vinculado a alguma característica visual comum aos integrantes dessa classe. No entanto, Goffmann propõe uma reformulação deste conceito, a fim de compreender o estigmatizado em dupla perspectiva: enquanto indivíduo socialmente desacreditado e desacreditável. Para os fins desta pesquisa, interessa sobretudo a primeira dimensão<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. p. 11.

<sup>62</sup> Sobre a noção do estigmatizado como “desacreditável”: GOFFMAN, 1988, p. 51-61.

Na primeira dimensão do estigma, a do descrédito, a identidade social real do indivíduo, isto é, os atributos e categorias que ele comprova ter com sua mera presença imediata diante da sociedade, são descolados de sua identidade virtual, ou seja, das exigências e atribuições de caráter socialmente impostas a tal indivíduo como aquilo que ele “deveria ser”<sup>63</sup>. A discrepância entre a identidade real e a virtual, nesse caso, é tornada evidente pelo estigma corporal ou comportamental do indivíduo, de modo que o estigma enquanto descrédito ocorre no plano dos preconceitos e exerce seus efeitos de segregação e exclusão social sem que o estigmatizado precise comprovar ou desbancar a pertinência de seus estigmas diante dos considerados “normais”<sup>64</sup>. Para Goffman há três tipos básicos de estigma:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade [...]. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião [...]. Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.<sup>65</sup>

Se observada a condição física, psicológica e sociodemográfica da população de usuários de drogas da Cracolândia percebe-se que ela se encaixa na maior parte dos casos de exemplo dados por Goffman para cada um dos tipos de estigma, o que aponta teoricamente para seu alto grau de estigmatização. São pessoas que visivelmente estão sujas, debilitadas, mal trajadas, dormem na rua, em sua maioria não possuem fonte lícita ou regular de renda, praticam atos ilegais como pequenos roubos ou envolvimento com tráfico de drogas, e então, por tudo isso, designadas como um todo enquanto marginais perigosos, vistos uniformemente como desprezíveis. Devido aos efeitos colaterais do uso intensivo do *crack*, seus corpos são feridos e apresentam um aspecto de abjeção marcado pela sujeira e pelo mau odor, o que os coloca na primeira dimensão do estigma. Devido aos efeitos psicológicos da droga e as características da dependência química, seu comportamento é frequentemente compulsivo e descontrolado, de modo que suas relações sociais são fragilizadas pela falta de confiança e credibilidade por ele geradas, o que caracteriza parte do segundo tipo de estigma elencado por Goffman. Por fim, há um componente racial bastante presente na caracterização da população da Cracolândia,

<sup>63</sup> GOFFMAN, 1998, p. 12.

<sup>64</sup> GOFFMAN, 1998, p. 15-24.

<sup>65</sup> GOFFMAN, 1998, p. 14.

majoritariamente negra ou parda, o que os insere no terceiro tipo de estigma, na medida em que consideremos o contexto do racismo brasileiro<sup>66</sup>.

A identidade real dos usuários de *crack* é aterrada sob o peso da imagem virtual de uma identidade deteriorada, que representa a sujeira física e moral, a indisciplina, a falta de controle, de confiabilidade, irresponsabilidade, delinquência. As singularidades da história de cada indivíduo em particular não são consideradas pelos que se defrontam com essa população desde a perspectiva do preconceito. Não se vê a história de vida particular, os desejos individuais frustrados e ou que ainda são nutridos. O resultante desse olhar discriminatório é a resistência de diversas instituições do meio social, em particular aquelas ligadas ao trabalho e ao estudo, mas também as familiares e afetivas, em se abrir para o acolhimento dessas pessoas.

Com esse trânsito bloqueado, os dependentes químicos são colocados, ou antes, reafirmados em uma situação de extrema “pobreza social”. De acordo com a acepção de Brand Arenari e Roberto Dutra, a pobreza social se refere ao acesso bloqueado ou apenas precariamente permitido a fontes institucionais de enriquecimento da subjetividade individual<sup>67</sup>. Os autores utilizam tal conceituação para englobar um conjunto de fatores de *exclusão social*, como baixa escolaridade, má inserção no mercado de trabalho, infância e estrutura familiar precárias, que fazem das pessoas mais suscetíveis a desenvolver um uso problemático de drogas, particularmente do *crack*. Eles defendem que:

[...] os problemas sociais mais frequentes (e em certa medida, mais frequentemente destacados pela mídia) associados ao uso do *crack*, tanto no Brasil como em outros países, são problemas de exclusão social que, em geral, levam à formação de um tipo de identidade marcada pela participação precária na maioria das esferas sociais e, no limite, à negação do *status* de pessoa aos indivíduos.<sup>68</sup>

Sem necessariamente nos posicionar contra tal tese, mas a colocando sob uma outra perspectiva, em nossa concepção, mesmo que tais fatores não sejam estritamente tidos como causas suficientes pelas quais se explica de modo absoluto a chegada de um indivíduo à Cracolândia, uma vez que existem diversas exceções à ideia de que somente pobres e pessoas socialmente excluídas vivam naquela territorialidade, eles certamente são *efeitos* produzidos a

<sup>66</sup> SIMÕES, Nataly. Cracolândia: maioria dos frequentadores são negros e moram na rua há mais de cinco anos. ALMA PRETA. *Realidade*. 04 fev. 2020. [n. p.]. [online].

<sup>67</sup> ARENARI, Brand; DUTRA, Roberto. A construção social da condição de pessoa: premissas para romper o círculo vicioso de exclusão e uso problemático do crack. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016, p. 191-208. p. 201.

<sup>68</sup> ARENARI; DUTRA; 2016, p. 191.

partir do momento em que o indivíduo se encontra naquela situação<sup>69</sup>. A forte perda de vínculos sociais gerada pela dependência química empobrece a dignidade física, psicológica e social do indivíduo, que é visto cada vez menos como digno de afeto, credibilidade ou confiabilidade, e assim é alijado da possibilidade de pensar a si mesmo enquanto cidadão, partícipe de uma coletividade social que lhe pode agenciar futuros diversos. Tal fenômeno pode ser verificado em muitas histórias pessoais e testemunhos de ex-usuários de *crack*, como o de “Renato”, ex-usuário de *crack*, ex-morador de rua, posteriormente missionário e coordenador em uma instituição de recuperação, entrevistado por Arenari e Dutra. Nesta entrevista ele relata, em um modo de discurso também recorrente nas etnografias acerca desse grupo social<sup>70</sup>, a vergonha em ser visto por outrem naquela situação, mesmo por seus familiares mais próximos. Segundo a análise dos autores:

O processo de desvinculação gradativa e crescente com os laços sociais em virtude do desmoronamento da possibilidade de relações face a face de confiança, ou o que poderíamos chamar de ‘contratualidade’, afastou Renato da possibilidade de acesso a qualquer forma de reconhecimento social como pessoa, seja ela nas relações face a face ou institucionais (formais), excetuando a religião [...].<sup>71</sup>

A estigmatização em relação ao usuário de *crack* escamoteia não só a identidade real, singular, do indivíduo subsumido aos estereótipos abstratos do preconceito, como o estereótipo do “nóia”, mas também esconde a real situação de vulnerabilidade social em que esse usuário se encontra quando está preso na relação de dependência com a droga. Pensar na cidadania de pessoas vulneráveis, para muitos pode parecer uma utopia, principalmente quando se trata de dependentes químicos, moradores de rua, sem família, sem trabalho, sem perspectiva de futuro. Conforme nos lembra Bard:

A sociedade diagnosticou e generalizou os usuários de *crack* como sujeitos marginais e criminosos. No entanto, sabe-se que o diagnóstico produz uma identificação que reúne um conjunto de sujeitos sob um significado, abolindo sua particularidade,

<sup>69</sup> Arenari e Dutra também chegam a tal dimensão da questão, na medida em que compreendem a problemática do abuso de crack, e por conseguinte, de cenas de uso tais como a Cracolândia, como um círculo vicioso entre exclusão social e uso problemático de crack. Aqui apenas optamos por focalizar o momento deste “círculo” que vai da dependência química à exclusão, sem tratar específica e longamente do movimento que vai dessa àquela. ARENARI; DUTRA; 2016, p. 191-208.

<sup>70</sup> Um bom conjunto de exemplos pode ser verificado na etnografia desenvolvida por Taniele Rui em sua tese de doutoramento, “Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack”, acerca da corporalidade dos usuários de *crack* e das forças e simbologias que a transpassam. Rui observa que a recusa em ser visto “nessa situação”, como dizem os usuários, referindo-se a degradação física e mental produzida pelo abuso da droga, é bastante recorrente, especialmente quando o indivíduo está perante pessoas de fora dos círculos sociais criados dentro das cenas de uso, como pesquisadores, agentes de saúde ou mesmo seus próprios familiares. RUI, 2012, p. 249-261.

<sup>71</sup> ARENARI; DUTRA; 2016, p. 203.

podendo, assim, chegar a produzir marcas decisivas na vida do indivíduo, pois todo diagnóstico implica juízo de valor e, em decorrência, a segregação.<sup>72</sup>

A segregação e a marginalização são processos que percorrem um caminho de acumulação em direção à exclusão social que, conforme teoriza Robert Castel, vai de zonas de vulnerabilidade, integradas tanto por indivíduos já marginalizados quanto por indivíduos que correm o risco de serem marginalizados, até zonas de desfiliação, isto é, o fim do percurso de exclusão. Partindo da premissa de que os indivíduos se inscrevem na estrutura social de que fazem parte por meio de sua inserção no campo do trabalho e no campo das relações filiais de proximidade, isto é, nos vínculos familiares, amorosos, afetivos e comunitários, Castel estipula três zonas sociais nas quais os indivíduos se encontram a depender da qualidade de sua inserção naqueles dois campos primordiais. A situação dos marginalizados, na dinâmica dessas “zonas”, se dá a partir do desligamento desses indivíduos em relação aos campos do trabalho e das relações de proximidade. Explica o autor:

As situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquematizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional.<sup>73</sup>

Como visto no tópico anterior, os frequentadores da Cracolândia são majoritariamente marcados pela falta de trabalho, ou pelo trabalho extremamente precário e pelo isolamento social, excetuando-se as frágeis relações estabelecidas dentro das cenas de uso e comércio do *crack*, de modo que pode-se categorizá-los como uma população entre a zona de vulnerabilidade e a zona de desfiliação, conforme a conceituação de Castel. Assim, tal população recebe frequentemente o estigma do “vagabundo”, isto é, daquele que é o “errante, o estrangeiro que não pode ser reconhecido por ninguém e se encontra rejeitado, de fato, por toda parte. Conseqüentemente (*sic*) sobre ele recaem medidas repressivas cruéis, do rechaçamento à exposição à morte, em casos extremos”<sup>74</sup>.

<sup>72</sup> BARD *et al.*, 2016, p. 04.

<sup>73</sup> CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. p. 23.

<sup>74</sup> CASTEL, 1997, p. 24.

Não se pode situar de modo absoluto a Cracolândia na zona de completa exclusão e isolamento social, marginalidade ou “desfiliação”, porque nem todos os seus frequentadores moram na rua ou já se encontram em uma situação de completa exclusão social, sem qualquer contato com relações de trabalho, familiares ou com instituições de assistência social. Deve-se considerar que, apesar de toda a miséria, há uma identidade social naquela territorialidade, alguma espécie de senso de comunidade. Conforme discutem os autores do “Levantamento de Cenas de Uso das Capitais” de 2020:

[...] existe uma identidade social dos usuários das cenas de uso, onde a vida comunitária, a sobrevivência e a necessidade do consumo da droga, permitem que estas pessoas criem neste contexto, uma cadeia de suporte social e comunitário. Partindo da quebra de todos vínculos familiares e da situação de rua em que a maior parte deles se encontra, esta nova rede de suporte se dá em questões como ter onde se alimentar, trocar de roupa, tomar banho, descansar, até o exercício da mendicância, envolvimento em pequenos delitos para o consumo e na convivência entre os pares de forma geral. Sendo assim, esta cena de uso não é um espaço limitado para ou de uso exclusivo para o consumo abusivo do *crack*, lá também se criaram laços de cooperação entre os pares, espaço de troca de produtos (lícitos ou ilícitos), mobilidade urbana em todo seu entorno e rearranjos familiares com laços afetivos entre os pares.<sup>75</sup>

No entanto, a zona de vulnerabilidade definida por Castel se adequa muito bem para a caracterização da Cracolândia, e, ademais, a separação dessas zonas sociais proposta pelo autor não deve ser tomada de modo estanque. É justamente a oscilação entre a vulnerabilidade e a desfiliação o movimento mais comum nas trajetórias de vida de vida dos usuários da Cracolândia, ritmado pelas sucessivas recuperações e recaídas, tentativas frustradas de recuperação. No censo e perfil da população da Cracolândia de 2019 os pesquisadores apontam que 80% dos entrevistados relatam já terem conseguido diminuir ou para o uso da droga alguma vez no passado, e mais de 50% já realizou tratamentos para a dependência química<sup>76</sup>. Além disso, pode-se pensar vulnerabilidade, de modo geral, como um dos maiores contextos de origem desses indivíduos, enquanto a desfiliação se coloca como o “destino” imposto pelo acúmulo das condições de exclusão social e pelo seu agravamento intenso devido à vida na Cracolândia. Castel assim define a zona de vulnerabilidade:

As ‘zonas’ que distingi não são dadas em definitivo, suas fronteiras são móveis, operando-se passagens incessantes de uma a outra. A zona de vulnerabilidade, em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona,

<sup>75</sup> MADRUGA; LARANJEIRA; 2020, p. 60. Deve-se considerar também que, apesar de hoje, segundo tal pesquisa, mais da metade (65%) dos frequentadores lá residem, alguns ainda vão até lá apenas para comprar ou consumir a droga e logo se retiram (8,2%).

<sup>76</sup> CASTEL, 1997, p. 41.



que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação.<sup>77</sup>

Especialmente em função da baixa escolaridade e precária estrutura econômica e familiar de apoio, os indivíduos da Cracolândia são extremamente pobres em recursos culturais, comportamentais, afetivo-morais e institucionais para se desvencilhar da falta de perspectiva que lhes aprisiona no abuso de drogas. À privação de recursos da qual se origina tal população, adiciona-se o agravamento da vulnerabilidade e o início da desfiliação social produzida pela situação de rua associada à dependência química do *crack*. Faltam sobretudo dispositivos sociais que possam fornecer proteção não só contra os efeitos provocados pela droga, mas contra as situações de vulnerabilidade, isto é, a falta de emprego, renda e má inserção em relações amistosas e familiares, que constituem fatores de risco para o abuso de entorpecentes. Mesmo que não se queira discutir aqui as soluções possíveis para o problema da inclusão social em perspectiva macroscópica, como faz Robert Castel ao longo de sua obra, é interessante citar um dos princípios fundamentais da inclusão segundo o autor: o esforço em não deixar que os marginalizados se aprofundem nas tramas da desfiliação social, isto é, “não deixar o indivíduo marginal se enquistar numa situação de dessocialização, quaisquer que sejam as razões que o tenham conduzido a esta exclusão e a distância de onde ele se encontra, em relação às condições de uma existência ‘normal’”<sup>78</sup>. Em outras palavras, para incluir é necessário acolher o indivíduo em suas necessidades enquanto *pessoa social*, a qual precisa se inserir no mundo do trabalho e no campo das relações de proximidade, conforme a categorização de Castel.

O estigma e a oscilação entre vulnerabilidade e desfiliação são fatores que colocam os usuários da Cracolândia em um *status* social extremamente baixo, na categoria dos excluídos dentre os excluídos. A falta de perspectiva produzida por tal situação, no entanto, não é irreversível, contanto que instituições de apoio e recuperação saibam acolher tal população sem adicionar ao acúmulo de descrédito e estigmatização social no qual eles já estão imersos, tentando articular ações que resgatem a condição de pessoa desses indivíduos, fazendo-lhes um voto de confiança que permita que uma nova subjetividade possa ser produzida com o auxílio da instituição, retomando assim a perspectiva de futuro e o *status* cidadão do usuário.

---

<sup>77</sup> CASTEL, 1997, p. 26.

<sup>78</sup> CASTEL, 1997, p. 38.

### 1.3 Cidadania da “pessoa social”: o direito à esperança de futuro

Nas sociedades contemporâneas, o tema da cidadania frequentemente tem sido objeto central nas agendas intelectual e política. A despeito disto, e de ganhar cada vez mais espaço nas democracias representativas, não há uma definição consensual do que seja cidadania. De acordo ainda com André Botelho e Lilia Schwarcz:

Ainda que tenhamos uma longa tradição de pensamento a respeito dela, conceitos de cidadania não são estáveis; eles antes convivem e disputam significados e sentidos não só práticos como simbólicos [...] seus múltiplos significados gravitam, pois, em torno do universo de valores e práticas dos direitos e do reconhecimento de direitos que, por sua vez, fornecem o conteúdo e os limites da cidadania.<sup>79</sup>

Assim, segundo Botelho e Schwarcz, quando se fala em cidadania, apesar de não termos um significado estável e definitivo para tal conceito, temos um campo semântico em torno dos valores e práticas de direitos. Nesta dissertação utilizamos a acepção de “cidadania” do sociólogo britânico T. H. Marshall<sup>80</sup>, que através de extensa pesquisa histórica a respeito dos percursos do conceito e das práticas de cidadania e de seus impactos sobre a desigualdade social, conclui que a cidadania só pode ser considerada plena se dotada de três diferentes elementos, aos quais se associam conjuntos de direitos:

O elemento *civil* é composto de direitos necessários à liberdade individual: direito de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isso nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento *político* deve-se entender o direito a participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do governo local. O elemento *social* se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico, segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais.<sup>81</sup>

Com o final da ditadura militar e a retomada da supremacia civil em 1985, “a constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já

<sup>79</sup> BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Cidadania, um projeto em construção*: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 11.

<sup>80</sup> MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

<sup>81</sup> MARSHALL, 1967, p. 63-64.

teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã”<sup>82</sup>. O epíteto, cunhado pelo então deputado Ulysses Guimarães, passou a acompanhar a magna carta e se desvela logo nos princípios fundamentais do artigo primeiro: “I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político”.<sup>83</sup> A Constituição de 1988 apresenta, em seu quinto artigo, uma série de direitos e deveres individuais e coletivos, pelo que se pode compreender a definição oferecida para o termo “cidadania” pelo jurista Tercio Sampaio Ferraz Junior. Segundo este autor, a cidadania, “na Constituição brasileira, tem um sentido amplo, equivalente a todos os direitos e obrigações decorrentes da nacionalidade, bem como um sentido estrito referente à participação no governo.”<sup>84</sup>

Pensando a partir de uma perspectiva marshalliana sobre a cidadania, pode-se encontrar na letra da Constituição direitos que se alocam nas três categorias por ele delineadas como fundamentais e imprescindíveis, a saber: direitos *civis*, *políticos* e *sociais*. No entanto, deve-se considerar que cada uma das esferas ou categorias de direitos a que Marshall faz referência em sua obra possuem instituições associadas, através das quais tais direitos são consumados. No trecho supracitado o autor da como exemplo as seguintes instituições: os tribunais de justiça, para a esfera civil; o parlamento e conselhos locais de governo, para a esfera social; o sistema educacional e os serviços sociais, para a esfera dos direitos sociais.

Portanto, em termos práticos, as dimensões da cidadania distribuídas entre os diversos direitos garantidos pela Constituição somente se efetivam na medida em que o sujeito de direito possuir a oportunidade de transitar com qualidade entre as instituições sociais que se alocam em cada um dos três âmbitos, participar delas de algum modo significativo, gozando de credibilidade, respeito e da garantia de confiar e ser confiado. Do ponto de vista dos direitos sociais, por exemplo, uma cidadania plena só se alcançaria se os sujeitos puderem se inserir e transitar com qualidade por instituições como família, escola, trabalho e mercado; enquanto que no campo dos direitos políticos, a garantia da participação e de seu reconhecimento enquanto sujeito valoroso e importante para as decisões em instituições como partidos, conselhos, assembleias, e em nível municipal, federal e nacional, através também do voto ou da possibilidade de candidatar-se a cargos de natureza elegível, é fundamental para a concepção de uma cidadania plena; que, ainda, para alcançar tal integralidade deve vir associada ao direito

---

<sup>82</sup> CARVALHO, 2016, p. 201.

<sup>83</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. [online].

<sup>84</sup> FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Direito e cidadania na Constituição Federal. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. n. 47/48, p. 11–27, jan./dez. 1997.

de trânsito qualificado nas diversas instituições que compõem e configuram o que chamamos direitos civis.

Pensar em um trânsito qualificado pelas diferentes instituições sociais que um cidadão deve ter garantido pode levar a entender a formação da cidadania como uma espécie de “economia institucional” a que se reportam Brand Arenari e Roberto Dutra:

[...] uma ‘economia institucional’ relativa à construção do sujeito, em que cada contato de sucesso com determinadas instituições gera ‘passaportes’ cognitivos e simbólicos necessários para uma integração e participação mais ampla na vida social. Assim, a limitação e acesso precário, ou mesmo impedimento de acesso a certas instituições, geram os mecanismos de subintegração ou mesmo exclusão social.<sup>85</sup>

Entende-se aqui a cidadania como uma categoria que engloba as condições para a constituição e efetivação da “pessoa social”, que poder-se-ia definir, então, como o resultado do acúmulo de valor social por parte do indivíduo em sua trajetória de vida, através e ao longo de seus contatos com diferentes instituições da vida social<sup>86</sup>. Isto posto, é possível estabelecer que a cidadania atua como condição e meio para que o indivíduo se desenvolva enquanto “pessoa social”, isto é, um “ser digno de depósito de ‘bens’ caros a vida social, [...] digno de crédito no sentido social mais amplo, não redutível à variante econômica do crédito”.<sup>87</sup> É neste sentido que se pode pensar na inclusão social, enquanto oportunidade de trânsito pelas instituições sociais que gradativamente perfazem a trajetória de vida de um cidadão, como requisito para construção, preservação e reconhecimento da dignidade cidadã dos indivíduos, pois, conforme Brand Arenari e Roberto Dutra

[O] relativo sucesso nesse acúmulo e processamento intersubjetivo no contato com instituições torna os indivíduos entidades ativas na sociedade, dignos de reconhecimento social nas diversas esferas da vida. Enfim, digno de confiança para ocupar um posto no mercado de trabalho, ou ingressar em determinada atividade ou mesmo para formar uma família.<sup>88</sup>

As instituições, dentro desta ótica, são entendidas como agentes sociais dotados do “poder de construir ou reconstruir a possibilidade de trajetória de futuro”<sup>89</sup>, porque permitem ao sujeito desenvolver gradualmente um projeto de futuro pessoal, pensar em sua trajetória de futuro e se permitir tentar construí-la, sentindo-se minimamente apto para isto. Trata-se, em

<sup>85</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 200.

<sup>86</sup> ARENARI; DUTRA, 2016. p. 199.

<sup>87</sup> ARENARI; DUTRA, 2016. p. 201.

<sup>88</sup> ARENARI; DUTRA, 2016. p. 204-205.

<sup>89</sup> ARENARI; DUTRA, 2016. p. 203.

grande medida, de poder praticar a *esperança*. Segundo o filósofo argentino Santiago Kovadloff, a esperança funda-se na convicção de que “a adversidade (...) não tem de ter a última palavra”<sup>90</sup>. Porém, adverte o autor, a esperança não deve ser confundida com ilusão: ao contrário desta última, a esperança não consiste na confiança que lhe despertaria o porvir, mas sim, antes, na realidade imediata em que cada indivíduo habita. Este vislumbrar no horizonte elementos do presente que configurem perspectivas de concretizar algo melhor subsume a esperança kovadloffiana: o futuro esperançoso não aparece como mera promessa, mas sim como exploração de possibilidades para superação do sofrimento<sup>91</sup>.

A não-cidadania, desta maneira, é aqui entendida como um conjunto de exclusões em diferentes esferas institucionais, que negaram ou negam ao sujeito seu direito de trânsito qualificado pelas instituições e, portanto, a um projeto pessoal de futuro. Este acúmulo de exclusões se revela socialmente no indivíduo “que não tem à sua espera uma família, um trabalho e outras perspectivas de integração a outros sistemas sociais que possam oferecer modelos de trajetórias da ação com expectativas (prospecção) em longo prazo”.<sup>92</sup> Trata-se, em última instância, da negativa de um projeto de futuro. A maioria dos indivíduos da Cracolândia encontram-se imersos nestas condições de exclusão social, mas de modo que, sofrendo os estigmas advindos da dependência química, do *crack* e da situação de rua, bem como de origens sociais marcadas pela pobreza ou privação de direitos, estabelece-se um círculo vicioso de exclusões que se sobrepõem na vida de tais pessoas. De fato, conforme Arenari e Dutra, cada um dos subsistemas sociais, ou instituições sociais, “ao se defrontar com indivíduos excluídos ou marginalizados em outros subsistemas, adiciona mais uma experiência de exclusão e marginalização, reforçando, desse modo, o processo de acumulação de exclusões.”<sup>93</sup> Este processo leva a uma situação de extrema desvinculação social que Robert Castel<sup>94</sup> aponta como a questão social mais fundamental da contemporaneidade: a radical desfiliação social, conduzindo à formação de uma população de indivíduos tidos como “irrelevantes e descartáveis para a quase totalidade das instituições sociais (da família à política, passando pela escola, pelo mercado de trabalho e pela justiça) [...]”<sup>95</sup>

<sup>90</sup> KOVADLOFF, Santiago. O homem com esperança. In: KOVADLOFF, Santiago, *Ensayos de Intimidad*. Buenos Aires: Emecé, 2002. p. 81 *apud* ERLICH, David. A noção de progresso no pensamento de Richard Rorty, *Cultura*, v. 31, p. 1-20, 2013. p. 14.

<sup>91</sup> KOVADLOFF, 2002, p. 81-83; p. 94, *apud* ERLICH, 2013, p. 14.

<sup>92</sup> ARENARI, Brand; DUTRA, Roberto. A religião e sua vocação na recuperação de usuários do crack: os ‘longos futuros’. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016, p. 209-222. p. 216.

<sup>93</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 212.

<sup>94</sup> CASTEL, Robert. *A insegurança social: o que é ser protegido?*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 44-50.

<sup>95</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 212.

Neste primeiro capítulo foi apresentado o contexto social no qual a Cracolândia tem sua origem, isto é, a Cracolândia Paulista, através da delimitação de seu percurso histórico de formação e de caracterização segundo a mais recente pesquisa sociodemográfica acerca da região, o “Levantamento das Cenas de Uso de Capitais” (LECUCA), publicado em 2020. Foram também tomadas como referências centrais as análises de sociólogos(as) e antropólogos(as) sociais, em especial de Taniele Rui. Apresentou-se ainda o pano de fundo em que se inserem as análises que serão realizadas nesta dissertação, na medida em que foram definidos os conceitos mobilizados para a compreensão da população da Cracolândia Paulista, a saber, estigma e vulnerabilidade, bem como os dois principais conceitos que são articulados nesta análise das ações promovidas pela Cracolândia: cidadania e pessoa social. No próximo capítulo, serão focalizadas e analisadas ações e políticas realizadas pelo Estado e pelo Terceiro Setor no que tange aos usuários de drogas na territorialidade da Cracolândia, utilizando os conceitos aqui apresentados.



## 2 POLÍTICAS E AÇÕES PARA A RECUPERAÇÃO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS DA CRACOLÂNDIA PAULISTANA: RECUPERAÇÃO DA DEPENDÊNCIA E RECUPERAÇÃO DA CIDADANIA

Neste capítulo serão expostas duas linhas de força que, há décadas, convergem na região da Cracolândia e por vezes entram em conflito acerca dos modos de tratar da questão da dependência química, da vulnerabilidade social e da própria Cracolândia enquanto “problema social” urbano, quais sejam: as políticas públicas, compreendidas em nível federal, estadual e municipal; e as ações do Terceiro Setor, particularmente as encabeçadas por instituições religiosas protestantes, nas quais se insere o objeto de estudo desta pesquisa, o projeto Cristolândia.

### 2.1 As Políticas Públicas na Cracolândia: da “Operação Dignidade” ao Programa “De braços Abertos”

O território paulistano conhecido como Cracolândia pode ser compreendido enquanto um ponto de concentração e interação de diversas forças e instituições heterogêneas, um potente conector urbano, como afirmam Rui e Mallart<sup>96</sup>, atravessado por uma intrincada malha institucional, conforme entende Fromm<sup>97</sup>. Há décadas o poder público, aqui representado especialmente pelo Município e pelo Estado, mas também pelo Governo Federal, tem direcionado políticas de resolução de problemas à Cracolândia Paulistana, seja de modo direto, com programas e operações atuando imediatamente sobre aquela população, ou indiretamente, com projetos e programas que atingem a Cracolândia colateralmente, como os projetos de reforma urbanística e certas táticas de policiamento da região. Entre as operações, programas e projetos direta ou indiretamente associados àquela territorialidade em torno das últimas duas décadas pode-se contabilizar ao menos dez: Operação Dignidade (1997, em nível Municipal); Operação Limpa (2005, em nível Municipal e Estadual); Projeto Nova Luz (2006, em nível Municipal); Operação Integrada Centro Legal (2009, em nível Municipal); *Crack, é possível vencer* (2010, em nível Federal); Operação “Sufoco”, ou “Dor e Sofrimento” (2012, em nível Estadual e Municipal); Programa Recomeço (2013, em nível Estadual); Programa De Braços Abertos (2013, em nível Municipal); Programa Redenção (2017, em nível Estadual), entre diversas outras operações repentinas, não oficialmente nomeadas, como foi a recente

<sup>96</sup> RUI, Taniele; MALLART, Fábio. A cracolândia, um potente conector urbano. *In*: LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL [Site institucional]. 01 out. 2015. [n. p.]. [online].

<sup>97</sup> FROMM, 2017, p. 53.

“Megaoperação na Cracolândia”, como ficou conhecida na mídia a operação policial ostensivamente repressiva ocorrida em 2017<sup>98</sup>.

Tais medidas muitas vezes seguem modelos emergenciais de ação, executados de modo tão abrupto e violento que mais se assemelham a meios de punição aos usuários, distanciando-se de soluções mais amplas e duradouras, isto é, ações sistemáticas de longo prazo que procurem atuar na prevenção da dependência química junto às populações mais vulneráveis e na efetiva reinserção social dos dependentes. De fato, de acordo com Kessler e Pechansky, “o grande desafio é o de instituir políticas preventivas para a população sob maior risco de contato com essa droga, que deveriam incluir programas sociais e alternativas ocupacionais recompensadoras”.<sup>99</sup>

É fácil concluir, portanto, que as numerosas operações e os programas adotados, ora no Estado, ora na cidade de São Paulo, mostram que há uma evidente preocupação do poder público para com o usuário de drogas. No entanto, o que muitos estudos sugerem é que tal preocupação nem sempre implica na compreensão do usuário como cidadão de direitos, mas sim como uma espécie peça de um xadrez que precisa ser remanejada quando se torna inconveniente aos interesses políticos, sociais e econômicos dos gestores públicos e dos moradores daquele espaço<sup>100</sup>.

Há diversos fatores que contribuem para as tensões e irresoluções que permeiam as políticas públicas direcionadas à Cracolândia ao longo de sua história. Por um lado há uma questão econômica e imobiliária que se manifesta nos históricos interesses de “revitalização” do bairro Luz, pertencentes tanto ao Estado quanto a empresas do ramo imobiliário e comercial, em especial à seguradora Porto Seguro<sup>101</sup>, questão essa que traz à tona a discussão acerca da higienização dos espaços públicos, a qual busca expulsar populações estigmatizadas e socialmente indesejadas de regiões com algum prestígio social por parte das classes média e alta, e dos processos de gentrificação na cidade de São Paulo, analisados antropologicamente por Frugoli Jr. e Sklair<sup>102</sup>, pesquisadores os quais serão referenciados ao discutir as operações sobre a Cracolândia entre 2005-2006.

<sup>98</sup> SANTOS, 2019, p. 2-5.

<sup>99</sup> KESSLER, Felix; PECHANSKY, Flavio. Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade. *Revista Psiquiátrica*. Rio Grande do Sul, ano 30, n. 2, p. 96-98, 2008. p. 98.

<sup>100</sup> Referência especialmente aos seguintes trabalhos, que serão centrais para este capítulo: a) MENEZES, 2016; b) FROMM, 2017. c) RUI, Taniele. Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. *Revista Contemporânea*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 287-310, jul.–dez. 2013; d) ALVES, 2015. p. 212.

<sup>101</sup> MENEZES, 2016, p. 89-92.

<sup>102</sup> FRUGOLI JUNIOR, Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, v. 1, n. 30, p. 119-136, 2009.



De outro, temos um apelo midiático em torno da “epidemia” de *crack* no Brasil, o qual coloca a questão do *crack* na pauta do debate público e dos embates político-partidários, de modo que sempre são esperadas, a cada governo do Estado e do Município de São Paulo, ações e programas dedicados especialmente a Cracolândia. Segundo. Fromm, no período de 2005 a 2011 se espalhou pelo Brasil a ideia de que o país passava por uma “epidemia de *crack*”, mas isso teria ocorrido “a despeito da inexistência de dados estatísticos concretos, os quais só foram produzidos através da recente Pesquisa da Fiocruz realizada em 2013”<sup>103</sup>. Hoje outros levantamentos mostram que na questão das drogas no Brasil o *crack* não lidera tantos *rankings* de uso quanto se pode acreditar<sup>104</sup> pelos discursos institucionais. No entanto, a larga divulgação midiática do tema, aliada ao aspecto visualmente chocante da figura dos “*nóias*” e da Cracolândia, colocou a questão do *crack* na pauta política paulistana de tal modo que diversos conflitos e embates políticos são refletidos na natureza e no discurso dos programas e operações conduzidas na Cracolândia na última década.

É possível aventar a hipótese de que é função da dinâmica volátil e cheia de conflitos própria da opinião popular e dos debates partidários que as ações e programas dedicados a Cracolândia Paulistana, nos três níveis do poder executivo, frequentemente se contrapõem ou mesmo se contradizem, tanto em suas concepções de tratamento quanto nos modos de condução dos programas, e raramente são articuladas a longo prazo entre si, como será tratado mais adiante.

Na cidade de São Paulo, observa-se que as políticas públicas voltadas para os dependentes químicos, estavam centradas em resolver a questão dos usuários de drogas concentrados em alguns pontos da cidade. Uma das primeiras medidas tomadas para tratar especificamente do itinerante ponto de concentração chamado Cracolândia, em nível municipal, foi tomada pelo então prefeito Celso Pitta (PPB) em 1997 com a “Operação Dignidade”<sup>105</sup>. Essa ação visava a dispersão de populações indesejadas na região da Sé com o intuito de reconfigurar

<sup>103</sup> FROMM, 2017, p. 21. Outros pesquisadores concordam com a posição de que a categoria “epidemia” é inadequada para descrever o atual cenário do uso de crack no país, por exemplo: a) VOLCOV, Katerina; VASCONCELLOS, Maria da Penha. “Crack, é possível vencer” ou é preciso compreender: observações a partir de campanhas publicitárias do governo federal. *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 99-105, 2013. b) NAPPO, Solange Aparecida; SANCHEZ, Zila M.; RIBEIRO, Luciana Abeid. Is there a crack epidemic among students in Brazil?: comments on media and public health issues. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 1643-1649, 2012. c) ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. A produção das cracolândias: razões de mercado, pânico moral e elogio da violência do Estado - a epidemia de uma miséria política brasileira. In: FERNANDEZ, Osvaldo Francisco Ribas Lobos; ANDRADE, Marcelo Magalhães; NERY FILHO, Antonio (Org.). *Drogas e políticas públicas: educação, saúde e direitos humanos*. Salvador: Edufba, 2015. p. 249-264.

<sup>104</sup> Referência ao 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (Lnud). Para um breve comentário sobre o levantamento, conferir KRAPP, Juliana. Pesquisa revela dados sobre consumo de drogas no Brasil. In: FIOCRUZ. *Comunicação e Informação*. 08 ago. 2019. [n. p.]. [online].

<sup>105</sup> MENEZES, 2016, p. 34.

essa área. A operação, que foi anunciada como uma “limpeza” da praça, iniciou-se com um cerco aos comerciantes irregulares (camelôs) que atuavam na região e se estendeu para as imediações e a outros segmentos da população, com a expulsão de mendigos, camelôs e meninos moradores de rua. Segundo Pitta os comerciantes seriam transferidos para o bairro Brás e os demais seriam encaminhados para albergues e entidades assistenciais.<sup>106</sup> O intuito da ação era renovar a Praça da Sé, “revitalizá-la”, para recuperar seu *status* de “cartão postal” da cidade de São Paulo, como afirmou o prefeito em reportagem da Folha de São Paulo em 1997. Cita-se abaixo um trecho da referida reportagem:

O prefeito Celso Pitta promete fazer hoje uma megaoperação para ‘limpar’ o centro da cidade com a expulsão de cerca de 2.000 camelôs, meninos de rua, mendigos e desocupados da Praça da Sé. A intenção da prefeitura, anunciada por Pitta, seria de revitalizar a Praça da Sé. ‘Vamos recuperar esse cartão postal da cidade e combater problemas vários que tentam macular essa vocação’, afirma. Além de anunciar a remoção dos ambulantes e dos sem-teto, Pitta se comprometeu a manter limpas as ruas da região central e instalar seis cabines da GCM. O prefeito pediu ainda o aumento do policiamento ostensivo na cidade e o combate à violência e ao tráfico de drogas.<sup>107</sup>

É preciso ressaltar que à época a Cracolândia estava concentrada em bairros vizinhos da Sé, na região do bairro Luz e Santa Efigênia, principalmente na Rua dos Protestantes, Rua do Triunfo, rua Dos Gusmões, rua Couto de Magalhães e o Largo General Osório<sup>108</sup>. Segundo a pesquisadora Selma Lima, que realizou uma pesquisa de mestrado com mulheres prostitutas da região da Luz de 1996 a 2000, a região da Cracolândia, antigamente também conhecida por “boca do lixo”, recebia cerca de 100 usuários por dia em seu fluxo de pessoas, as quais eram denominadas à época como “pedreiros”<sup>109</sup>. Em função de uma operação policial, a Operação Dignidade, a qual contou com as forças da Polícia Militar (PM) e da Guarda Civil Metropolitana (GCM), os usuários se dispersaram pela região e o movimento do fluxo perdeu intensidade por algum tempo<sup>110</sup>.

Não é difícil perceber que tal ação surtiu efeito apenas momentâneo na concentração dos usuários de *crack* na Cracolândia próxima à Praça da Sé, e que, devido a seus interesses urbanísticos e métodos higienistas, sem preocupação estritamente sanitária e médica, a

<sup>106</sup> HUERTAS, Maurício Rudner. Pitta anuncia 'limpeza' no centro de São Paulo. FOLHA DE S.PAULO, *Cotidiano*. 17 out. 1997. [n. p.]. [online].

<sup>107</sup> HUERTAS, 1997, [n. p.].

<sup>108</sup> Todas relativamente próximas da Praça da Sé, cerca de 1,8 km de distância. Informação extraída através da ferramenta *Google Maps*. Consulta feita em 15 ago. 20.

<sup>109</sup> SILVA, Selma Lima da. *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 44-45.

<sup>110</sup> SILVA, 2000, p. 45; MENEZES, 2016, p. 36.

operação não se responsabilizou por um tratamento adequado dos usuários e moradores de rua por ela afetados, mas se limitou apenas a encaminhá-los para abrigos e hospitais, os quais podem oferecer somente uma ajuda emergencial a tal população. Esse tipo de ação infelizmente é uma constante verificável no histórico das políticas públicas destinadas a Cracolândia, ou de algum modo relacionadas a ela, nas últimas décadas.

Outro exemplo do mesmo feito, que pode ser compreendida no bojo das operações com métodos higienistas e motivação econômico-urbanística, foi a Operação Limpa ocorrida em 2005 sob o governo do então prefeito José Serra (PSDB). Essa operação articulou a polícia, vigilância sanitária, limpeza pública e instituições assistenciais em suas ações, mas deixou principalmente a cargo da PM o papel de agente transformador dos espaços, que mais uma vez deveriam se tornar áreas limpas da presença socialmente “abjeta”<sup>111</sup> dos usuários de *crack* e pessoas em situação de rua. A repressão foi também elemento dessa operação, a qual consistiu basicamente na expulsão, valendo-se da violência como método de dispersão, dos usuários da área em que estava concentrada a Cracolândia, naquele momento situada majoritariamente dentro do pentágono formado pelas ruas: Av. Duque de Caxias, Rio Branco, Ipiranga, Cásper Líbero e Mauá.

Frúgoli em dois artigos a respeito da Cracolândia no período de 2005-2008, comenta através dos estudos de campo com a instituição de Redução de Danos<sup>112</sup> “É de Lei” e matérias de jornal da época, as consequências práticas da Operação Limpa.<sup>113</sup> Suas considerações apontam para um fenômeno que já se repetia em pequenas operações policiais anteriores, e que continuou a se repetir como consequência de outras operações contra a Cracolândia, qual seja, o retorno da aglomeração dos usuários logo após a breve dispersão causada pela repressão<sup>114</sup>. Uma reportagem local conduzida à época nos dá uma boa dimensão da “brincadeira e gato e rato” que caracterizou a dinâmica da operação:

A polícia chega. Os nórias (nome dado aos usuários de *crack*) fogem. A polícia sai. Os nórias voltam. E seguem assim madrugada adentro, numa espécie de brincadeira de gato e rato. A Operação Limpa - ofensiva policial promovida no início de março pela

<sup>111</sup> RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014, p. 17.

<sup>112</sup> “A redução de danos se constitui como estratégia que incentiva a busca por uma saúde possível para usuários de drogas e seus familiares, servindo como instrumento de luta pela garantia de seus direitos. Por ser um conjunto de medidas para minimizar os danos decorrentes do uso/abuso de drogas, sem que haja, necessariamente, uma diminuição do consumo, tais ações possuem como princípio o respeito à “liberdade de escolha”, pois nem todos os usuários conseguem ou desejam abster-se do uso de drogas”. (NARDI, Henrique Caetano; RIGONI, Rafaela de Quadros. Mapeando programas de redução de danos da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 382-392, fev. 2009, p. 01.)

<sup>113</sup> a) FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Da “cracolândia” aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*, São Paulo, ano 4, n. 6, ago. p. 1-25, 2010. b) FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009.

<sup>114</sup> FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009, p. 134. nota 16.

administração de José Serra como instrumento de revitalização da região conhecida como ‘cracolândia’ - apenas mudou de endereço o cenário degradado que pretendia combater. A nova ‘cracolândia’ de São Paulo se encerra entre a avenida Duque de Caxias, a alameda Gleite e as ruas Cleveland e Dino Bueno. A concentração de usuários de *crack*, que deram o apelido à região, migraram da rua General Couto de Magalhães para a Praça Júlio Prestes. E ali permanecem, a menos de cem metros de uma das bases policiais instaladas na praça durante a operação.<sup>115</sup>

Pode-se afirmar que o maior “resultado” desta operação foi a reconfiguração momentânea do território da Cracolândia, com a dispersão dos usuários e a formação de outros pequenos focos, os quais aos poucos voltaram a se aglutinar. Em 2005 os novos pontos de aglomeração foram as praças Júlio Prestes e Princesa Isabel, o Parque da Luz e imediações<sup>116</sup>, com outros focos entre a avenida Duque de Caxias, a alameda Gleite e as ruas Cleveland e Dino Bueno<sup>117</sup>. Novamente verifica-se uma operação do poder público sobre a Cracolândia de caráter imediatista, sem atenção para as necessidades específicas daquela população, nem projetos de longo prazo para sanar a complexa questão social e médica da dependência química. Conforme avalia Menezes:

A expulsão dos usuários serve como forma de maquiagem urbana, se ‘limpa’ uma região, porém se ignora que as pessoas que ali estavam continuam em situação de rua e necessitam de outros suportes. Fazendo justiça ao nome dado à Operação o Estado cumpre aqui um papel claramente higienizador que, sem contar com aparatos da saúde e da assistência, se apoia no trabalho policial como forma de controle dos usuários.<sup>118</sup>

O local de atuação da Operação Limpa, isto é, o pentágono reconhecido pela prefeitura e pela mídia como o território da Cracolândia, era também a maior área de interesse do projeto urbanístico “Nova Luz”<sup>119</sup>. Após a Operação Limpa, no período entre 2005 e 2007, ganha força o interesse municipal e estadual em “revitalizar” essa área do centro de São Paulo, o qual se consubstanciou na série de demolições, desapropriações e ações policiais de expulsão dos usuários e traficantes de drogas da região, relatadas no artigo de Frúgoli Jr. e Spaggiari<sup>120</sup>. Tais ações já preparavam o terreno para o projeto Nova Luz, que já estava no horizonte da administração pública, como prova a lei promulgada no final do mesmo ano da Operação Limpa, Lei 14.096, a qual institui um Programa de Incentivos Seletivos para a região compreendida pela intersecção da Avenida Rio Branco com a Avenida Duque de Caxias,

<sup>115</sup> MENA, Fernanda. Cracolândia resiste, agora em novo endereço. *In: FOLHA DE S. PAULO. Cotidiano*. 7 abr. 2005. [n. p.]. [online].

<sup>116</sup> FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, p. 7.

<sup>117</sup> MENA, 2005, [n. p.].

<sup>118</sup> MENEZES, 2016, p. 31.

<sup>119</sup> FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, p. 3.

<sup>120</sup> FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, p. 3-7.

seguindo pela Avenida Duque de Caxias, Rua Mauá, Avenida Cásper Líbero, Avenida Ipiranga e Avenida Rio Branco até o ponto inicial, território que engloba o pentágono de ruas à época reconhecido como o território da Cracolândia. O programa funcionaria principalmente através da concessão de incentivos fiscais aos contribuintes que realizassem investimentos na região-alvo com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento “adequado” dessa área. O programa teria duração de dez anos<sup>121</sup>.

O bairro da Luz em São Paulo é reconhecido por uma imagem um tanto quanto ambígua: de uma lado, um bairro cultural, repleto de equipamentos culturais tais como o Museu da Língua Portuguesa, a Sala São Paulo, a Pinacoteca do Estado, todos locais bastante frequentados pelas classes média e alta da cidade; por outro lado, o bairro carrega o estigma de possuir a Cracolândia em seu interior, associada à criminalidade, à mendicância, ao tráfico de drogas, à prostituição. Ademais, a maior parte da população residente no bairro não faz uso de seus equipamentos culturais, pois são integrantes de classes trabalhadoras com pouco tempo livre para o lazer. Cortiços, quitinetes, ocupações e pequenas residências alugadas perfazem a maior parte do perfil de moradia da região<sup>122</sup>. É nesse contexto de tensão que se desenvolvem as ações de requalificação urbana empreendida pelo poder público na região, com claro intuito de configurar uma região com maior potencial imobiliário e econômico, além de aumentar seu prestígio social para com as classes economicamente superiores. Apesar de Frúgoli e Sklair rejeitarem a aplicação do conceito de “gentrificação” para descrever os processos pelos quais o bairro da Luz passa nas últimas décadas<sup>123</sup>, os autores reconhecem que o poder público, à época, parecia valorizar mais a atração da população de maior poder aquisitivo ao bairro, associada à expulsão de certos setores da população da região, do que tentar “enfrentar as questões de fundo sócio-econômico situadas no cerne da precariedade que caracteriza as vidas da maioria das pessoas atualmente vivendo no bairro”<sup>124</sup>.

<sup>121</sup> SÃO PAULO (Cidade). Lei Nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005. [Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, na área central do município de São Paulo, nos termos que se especifica.] São Paulo: Prefeitura Municipal. [online].

<sup>122</sup> FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009. p. 122; p. 126; p. 133. nota 9.

<sup>123</sup> De modo sumário, pode-se dizer que a “*gentrification*” seria um processo marcado pela “criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares” (FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009. p. 120). Na perspectiva dos autores o conceito é inadequado para descrever os projetos e mudanças ocorridas no bairro Luz porque, apesar de realmente ser possível verificar um afluxo cada vez maior de populações de classes econômicas superiores na região, aliada a operações de expulsão da população em situação de miséria social, a maior parte dos moradores e frequentadores assíduos do bairro ainda faziam parte, ao menos à época em que o artigo foi escrito, das camadas populares. Ademais, o afluxo das elites dentro do bairro não poderia ser compreendido como uma adição à “*vida pública*” do bairro, uma vez que o trajeto dessa população em seu território se dá quase que exclusivamente por meio de meios de transporte particulares e consiste simplesmente na visita pontual ou circunstancial dos equipamentos culturais ali presentes (FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009, p. 129).

<sup>124</sup> FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009, p. 131.

Segundo Fromm, o projeto Nova Luz se acelerou com a Lei 14.918/2009 de concessão urbanística, a qual permitia ao poder público desapropriar imóveis centrais, mas só foi oficialmente divulgado em 2011, prevendo “a criação de um complexo cultural e um polo tecnológico com a proposta de atrair empresas de grande porte”<sup>125</sup>. O projeto foi baseado em Parcerias Público-Privadas, com consórcio estabelecido entre a Concremat Engenharia, a Companhia City, a Fundação Getúlio Vargas e o escritório norte-americano AECOM Technology Corporation. Ainda segundo a referida pesquisadora, o projeto foi duramente criticado por movimentos populares de moradores da Luz, tanto em sua formulação quanto em sua aplicação, por ser considerado higienista e voltado para a especulação imobiliária<sup>126</sup>. Menezes aponta que em 2013 o projeto foi suspenso por decisão do poder judiciário, devido ao “impedimento da participação da sociedade civil no planejamento do projeto, atrasos na formação dos conselhos populares e limitações diversas no acompanhamento dos moradores nas formulações”<sup>127</sup>. O projeto foi engavetado durante a gestão municipal de Fernando Haddad (2013-2016).

Pode-se concluir que a principal característica partilhada pelos supracitados projetos e operações é o discurso da higiene e da “requalificação” de espaços urbanos. É uma tônica dessas primeiras ações do poder público o uso do aparato repressivo da polícia a fim de “limpar” as ruas da presença dos “nóias” e demais indivíduos socialmente menosprezados, marginalizados e excluídos. Esses indivíduos foram e são vistos em si como “sujeira” a ser retirada do caminho, a fim de fazer da cidade um lugar mais “adequado”, novo, limpo, digno, e desse modo, pelo discurso da limpeza, justificaram-se as ações de expulsão impostas a eles. É possível compreender esse tom higienista que permeou as ações da Operação Dignidade, Operação Limpa e Projeto Nova Luz, e se encontra presente até os dias de hoje na dinâmica cotidiana da Cracolândia, como relatado no primeiro capítulo desta dissertação, como fundado na compreensão do usuário de *crack* como uma corporificação da “sujeira”. De fato, segundo Bauman:

[...]entre as numerosas corporificações da ‘sujeira’ capaz de minar padrões, um caso – sociologicamente falando – é de importância muito especial e, na verdade, única: a saber, aquele em que são outros seres humanos que são concebidos como um obstáculo para a apropriada ‘organização do ambiente’; em que, em outras palavras, é uma outra pessoa ou, mais especificamente, uma certa categoria de outra pessoa, que se torna ‘sujeira’ e é tratada como tal.<sup>128</sup>

<sup>125</sup> FROMM, 2017, p. 40.

<sup>126</sup> FROMM, 2017, p. 41.

<sup>127</sup> MENEZES, 2016, p. 33.

<sup>128</sup> BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 17.

Cronologicamente, após a Operação Limpa de 2005 e as primeiras etapas do projeto Nova Luz entre 2005-2009, tem início a “Operação Centro Legal” em 2009. Integrando serviços de saúde e Assistência Social, Habitação, Gestão, Ministério Público e Guarda Civil Metropolitana, tal operação anuncia uma inflexão nas políticas públicas direcionadas à região da Cracolândia, pois consistiu em uma das primeiras tentativas de abordagem da questão através do enfoque da saúde, conforme ressalta Menezes<sup>129</sup>. No entanto, antes de discutir tal operação e seus importantes desdobramentos em nível Estadual e Municipal para a Cracolândia, seria necessário observar o contexto político-legal que se construía em nível Federal acerca da questão do *crack* por volta de 2009.

Neste momento, como mencionado anteriormente, popularizava-se no Brasil a noção de que o país passava por uma “epidemia de *crack*”. Segundo Menezes, desde os anos 90 acumulam-se notícias que apontam para o aumento do uso da droga no país, especialmente por meio da mídia televisiva e impressa, ao passo que poucos estudos estatísticos foram conduzidos a fim de aferir cientificamente tal aumento o que teria gerado “uma crescente pressão popular e midiática para que o governo criasse propostas de intervenção<sup>130</sup>”.

Como foi citado anteriormente, em referência ao comentário de Fromm<sup>131</sup>, somente com a pesquisa da Fiocruz realizada em 2013 é que dados robustos foram coletados e sistematizados a fim de traçar um perfil do uso de *crack* no Brasil. Intitulada “Pesquisa Nacional sobre o uso de *crack* – quem são os usuários de *crack* e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?”, esse trabalho mostra que não havia dados substanciais capazes de fundamentar o uso do conceito de “epidemia” na tão categórica afirmação que estava em voga. Citamos um trecho desta pesquisa abaixo:

Mesmo sendo os resultados obtidos com a metodologia NSUM [*Network Scale-up Method*] mais elevados do que aqueles gerados pela metodologia tradicional, não podemos afirmar se há ou não no país uma epidemia do uso de *crack* e/ou similares, uma vez que uma epidemia só pode ser caracterizada tecnicamente a partir de resultados obtidos de uma série histórica de registros de estimativas/contagens do fenômeno sob análise.<sup>132</sup>

<sup>129</sup> BAUMAN, 2007, p. 32.

<sup>130</sup> MENEZES, 2016, p. 58.

<sup>131</sup> FROMM, 2017, p. 21.

<sup>132</sup> BASTOS; BERTONI, 2014, p. 145.

Vale a pena citar a posição mais recente dos pesquisadores associados ao estudo acerca da questão da “epidemia” de *crack*, exposta no seguinte trecho de uma reportagem do jornal UOL:

Por que, para pesquisadores, não há epidemia de *crack*? Como não há dados anteriores confiáveis, não é possível fazer comparação e observar uma tendência clara de aumento no consumo - o que caracterizaria uma epidemia. Além disso, a presença da droga na população não chega a 0,5%, segundo prévia do levantamento questionado pelo governo.<sup>133</sup>

No entanto, em virtude desse contexto de pânico social diante das notícias dos efeitos assombrosos do *crack*, intensificado por extensa cobertura midiática, mas que encontrava contrapartida na formação das pequenas Cracolândias pelo país, o governo federal lança entre 2010 e 2011 uma série de planos e programas dedicados a tratar da questão das drogas. Entre eles está o programa “*Crack É possível vencer*”, lançado em dezembro de 2011, no mandato de Dilma Rousseff (PT), com gestão dos ministérios da Saúde, Justiça e Desenvolvimento Social. Com os objetivos de atuar na prevenção ao uso, no cuidado com o dependente químico e no combate ao tráfico de drogas. O programa possui três frentes: Prevenção, Cuidado e Autoridade<sup>134</sup>.

As ações preventivas do programa federal estão centradas majoritariamente em campanhas publicitárias e informativas a respeito do *crack*, ações de formação educacional e cultural para crianças e adolescentes e capacitação profissional, com oferta de cursos profissionalizantes para diversos segmentos da sociedade, especialmente para profissionais das áreas da saúde, segurança pública, educação, assistência social, justiça, operadores do direito, lideranças religiosas e comunitárias. Essa frente ainda atua na capacitação de educadores e policiais do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e por meio dele, junto das campanhas informativas, busca atuar na prevenção nos ambientes escolares<sup>135</sup>. Menezes considera que o programa inova ao propor a prevenção como um dos eixos de ação da política pública direcionada a questão das drogas, mas avalia que “o investimento real nesse eixo é o mais incipiente entre os três e as campanhas publicitárias muitas vezes não

<sup>133</sup> Afirmação de pesquisadores ligados ao Lnud. Segundo o jornal em que foi veiculada a matéria, até que o levantamento seja aceito, os autores não querem fazer declarações públicas. KRAWCZYK, Noa. Por que confiar na Fiocruz: Pesquisadora dos EUA defende metodologia da instituição, criticada por Osmar Terra por estudo sobre drogas. 10 jun. 2019. In: UOL NOTÍCIAS [Site institucional]. [online].

<sup>134</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Avaliação do Programa Crack, é possível vencer. *Estudos Técnicos/CNM*, dez. 2014. p. 132.

<sup>135</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2014, p. 07-08.



cumprem seu papel informativo e ainda reforçam os estigmas que dizem respeito aos usuários de *crack*”<sup>136</sup>.

No eixo Cuidado o programa pretendeu estruturar a rede pública de saúde e assistência oferecendo aos Estados e Municípios que compactuassem com o programa diretrizes técnicas e financiamento para os equipamentos dessas redes. A proposta do eixo foi aumentar o acesso de usuários, dependentes químicos e codependentes aos serviços de atenção básica como Consultórios de Rua, CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas 24 horas), leitos hospitalares, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Unidades de Acolhimento Adulto e Infante Juvenil, e até mesmo Comunidades Terapêuticas, as quais também receberam financiamento por meio deste programa. Até 2014 esse eixo contava com 75,5% do orçamento do programa<sup>137</sup>.

Menezes critica esse eixo especialmente por “não investir o suficiente em equipamentos públicos, priorizando não só um modelo de atenção, mas um modo de entendimento do fenômeno das drogas”<sup>138</sup>. O estudo técnico da CNM (Confederação Nacional de Municípios) aponta ainda que o eixo foi criticado por profissionais da área de Psicologia por incluir as Comunidades Terapêuticas como dispositivos do Sistema Único de Saúde, o que contraria o discurso do próprio SUS, que estaria vinculado a defesa da abordagem de “redução de danos e a integração social, tendo em vista a corresponsabilização do usuário no seu tratamento”<sup>139</sup>.

No eixo Autoridade o programa se concentrou em ações de policiamento ostensivo e de proximidade, pretendendo, no primeiro caso, diminuir a oferta de *crack* nas ruas das cidades e combater o narcotráfico, já no segundo, criar vínculos entre os agentes policiais e as comunidades locais em que o problema das drogas é mais presente. Como o policiamento de proximidade não é uma abordagem muito comum e já bem consolidada no país, o eixo teve de oferecer cursos de formação para profissionais da segurança pública<sup>140</sup>. No entanto, a ação mais visível deste eixo foi a disponibilização de equipamentos de segurança como: bases móveis de videomonitoramento, tecnologias de menor potencial ofensivo e câmera a serem fixadas em pontos estratégicos das ruas. A região da Cracolândia Paulista conta com todos esses equipamentos.

<sup>136</sup> MENEZES, 2016, p. 63. O estudo técnico da CNM acerca do programa confirma que, ao menos até 2014, a frente de prevenção recebeu a menor parte do orçamento do programa, cerca de 19%. (CNM, 2014, p. 15).

<sup>137</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2014, p. 15.

<sup>138</sup> MENEZES, 2016, p. 67.

<sup>139</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2014, p. 12.

<sup>140</sup> MENEZES, 2016, p. 68.

Apesar de o estudo técnico produzido pela CNM em 2014 apontar diversas falhas do programa, seus redatores consideram que o programa foi, de fato, uma mudança de foco importante e necessária para o tratamento da questão das drogas no país, uma vez que há anos “a população usuária de *crack* foi tratada com truculência e negligência” e, “o tema era visto como destinado unicamente à questão da segurança pública e os usuários eram encarcerados como criminosos”<sup>141</sup>. Ademais, os técnicos apontaram para a demora para que o governo federal tomasse ações sistemáticas e robustas acerca do uso problemático de drogas no país, especialmente acerca do *crack*, tema que, para eles, estava especialmente circunscrito à responsabilidade dos municípios.

A “Operação Centro Legal”, conduzida na cidade de São Paulo por uma ação integrada entre Estado e Município em 2009, insere-se nesse contexto de gradativa mudança na forma pela qual o poder estava tratando da questão das drogas e, naquele contexto paulistano, especificamente da Cracolândia e da população em situação de rua na região central da cidade. Como dito anteriormente, tal operação iniciou-se com um discurso e um projeto mais próximo da área da saúde, distanciando-se das anteriores ações de viés urbanístico. A prefeitura de São Paulo divulgou que a operação consistiria na implantação de diversos equipamentos da área de saúde e assistência social focadas nos usuários de droga e nas pessoas em situação de rua, privilegiando as instituições de pronto atendimento e encaminhamento rápido, tais como AMAS (Assistência Médica Ambulatorial), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), UBS (Unidade Básica de Saúde) e CRATOD (Centro de Referência de Álcool Tabaco e outras Drogas). A ação também contemplava o convênio com Comunidades Terapêuticas e leitos de Saúde Mental em hospitais particulares, sendo as primeiras o principal destino dado ao encaminhamento dos pacientes atendidos<sup>142</sup>.

Segundo Menezes, a operação apresentou alguns problemas com a falta de articulação entre a rede de saúde e assistência, a construção de seus respectivos equipamentos e o cumprimento das demandas necessárias de profissionais. Mas, ainda assim, a operação representou uma importante política pública para a região da Cracolândia, tendo resultado, por exemplo, na inauguração do Complexo Prates em 2012, um novo aparelho socioassistencial na região que fortaleceu ainda mais a rede de serviços públicos disponíveis para sua população<sup>143</sup>. Outro saldo positivo apontado por Rui foi a melhoria das abordagens de rua por parte das equipes de Estratégia de Saúde da Família Especial e demais agentes dos órgãos assistenciais e

---

<sup>141</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2014, p. 21.

<sup>142</sup> MENEZES, 2016, p. 32-33; FROMM, 2017, p. 42-43.

<sup>143</sup> MENEZES, 2016, p. 32-33; FROMM, 2017, p. 42-43.

de saúde, os quais receberam treinamento adequado para trabalhar na região e assim ganharam mais experiência e credibilidade junto àquela população<sup>144</sup>.

No entanto, em meio a “Operação Centro Legal”, outras operações foram deflagradas no território da Cracolândia, incluindo ações policiais bastante repressivas, as quais representaram, portanto, um retrocesso em relação aos recentes avanços ocorridos à época no campo das políticas públicas destinadas a questão do *crack* na cidade de São Paulo. No bojo dessas medidas, em 2012 é possível citar a “Operação Sufoco” e “Dor e Sofrimento”, marcada pelo excesso de força policial e a forte repressão. Apesar de estar dentro de um contexto intersetorial, com a presença dos enfoques de saúde e assistência social, a operação policial ignorou tais aspectos e ficou conhecida como uma das mais violentas operações desenvolvidas na Cracolândia até hoje. Segundo Fromm, a operação foi “acusada de ter caráter higienista por diversos médicos, agentes de saúde, religiosos, parlamentares, usuários de *crack*, jornalistas e movimentos sociais, rendendo ainda denúncias aos organismos e fóruns internacionais de direitos humanos”<sup>145</sup>.

A Operação Sufoco, ocorrida em 3 de janeiro de 2012, contou com um enorme contingente de policiais da PM dedicado a invadir sistematicamente a região da Cracolândia, ao longo de um período de cerca de um mês, a fim de expulsar os usuários e esvaziar a área. Segundo Fromm, nos dois primeiros dias de operação 196 pessoas foram presas, de acordo com dados do DENARC (Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo), e um terço desse total alegou estar em situação de rua. Em uma semana eram 250 pessoas presas e quase 200 internações<sup>146</sup>.

Em meados de 2012, os promotores do Ministério Público estadual moveram uma ação civil pública contra o Governo do Estado de São Paulo declarando a ineficiência da operação sufoco. Rui sintetiza o argumento central de tal documento:

[...] local onde hoje se encontra a ‘cracolândia’ é resultado de um de abandono longínquo. As ‘soluções’ propostas para a área estiveram sempre mais no âmbito do urbanismo que no da saúde e assistência. As poucas iniciativas de articulação, em gestação e aprimoramento, foram prejudicadas pela ‘Operação Sufoco’. Nem o objetivo declarado pela PM de ‘quebrar a logística do tráfico’, nem a premissa de impelir, por meio de ‘dor e sofrimento’, a busca por tratamento foram alcançados. Em suma, a operação gastou dinheiro, obrigou os usuários de *crack* a vagar pelas ruas do centro, atrapalhou a rotina dos moradores do entorno, usou de violência gratuita para nada. Num Estado democrático de direito, ações desse tipo e com tais consequências deveriam ser inaceitáveis.<sup>147</sup>

<sup>144</sup> RUI, 2013, p. 294-295; FROMM, 2017, p. 43.

<sup>145</sup> FROMM, 2017, p. 45.

<sup>146</sup> FROMM, 2017, p. 44.

<sup>147</sup> RUI, 2013, p. 293.

Sem propor qualquer solução consistente para o problema, a Polícia Militar deflagrou a operação<sup>148</sup> que, novamente resultaria em apenas uma dispersão momentânea dos usuários, além da prisão de pequenos traficantes, saldos que representam pouco para a estrutura maior do narcotráfico<sup>149</sup>. Pouco tempo após a operação usuários já eram vistos pelas proximidades da Cracolândia<sup>150</sup>, enquanto diversos outros pequenos focos de usuários surgiam no centro e mesmo em outras zonas da cidade<sup>151</sup>.

A “Operação Sufoco”, justamente por seus resultados desastrosos e caráter fortemente bélico, chamou a atenção da opinião pública e de diversas outras instituições para a questão da Cracolândia como poucas vezes antes na cidade de São Paulo, o que conseqüentemente motivou o poder público a voltar novas políticas públicas para a região. A Operação foi, portanto, um ponto de inflexão a partir do qual se deu a fatura de boa parte dos elementos que compõem a complexa e intrincada “trama institucional” que se instalou na última década em torno da Cracolândia. A partir do ano de 2013, três programas merecem destaque como iniciativas para resolver o fluxo dos usuários de drogas na região central de São Paulo: o Programa “Recomeço”, “De Braços Abertos” e “Redenção”. No entanto, esses projetos, com exceção do mais recente, do qual ainda pouco se pode falar, foram sustentados por relativamente pouco tempo, tendo durado à medida dos mandatos dos gestores públicos que os executaram. Veja a seguir, embora que de modo sucinto, o que pretendia cada um desses programas para os frequentadores da região da Cracolândia, e o que cabia cada instância de poder que os idealizou.

Coordenado pelas secretarias de Saúde, de Desenvolvimento Social e da Justiça e da Defesa da Cidadania, o “Programa Recomeço – Uma Vida Sem Drogas” é um braço do CRATOD (Centro de Referência de Álcool Tabaco e outras Drogas) a capital. Sua criação pode ser entendida no contexto de uma discussão a respeito das internações compulsórias<sup>152</sup> e como resultado de pressões populares para que o Governo Estadual acabasse com a “epidemia” do *crack*. De acordo com Menezes, enquanto por volta de 2010 o programa federal apontava para uma abordagem mais relacionada a Redução de Danos, prevendo também a construção de equipamentos públicos de saúde, “a estratégia escolhida pelo Recomeço foi de privilegiar o

---

<sup>148</sup> Segundo Rui, a ação movida pelo Ministério Público concluiu que a “Operação” foi exclusivamente concebida e planejada no âmbito do Governo estadual pela Polícia Militar, de modo que os “órgãos assistenciais e de saúde não foram consultados em momento algum sobre a pertinência ou a conveniência de se promover uma forte ação repressiva contra os *dependentes químicos* da região. (RUI, 2013, p. 295).

<sup>149</sup> FROMM, 2017, p. 44.

<sup>150</sup> RUI, 2013, p. 296.

<sup>151</sup> TOMAZ, Kleber; TOLEDO, Paulo. Um ano após operação no Centro de SP, cracolândia resiste e ganha filiais. In: G1. *G1 São Paulo*. 03 jan. 2013. [n. p.]. [online].

<sup>152</sup> FROMM, 2017, p. 48.

financiamento de vagas em Comunidades Terapêuticas”<sup>153</sup>, destinando uma verba de 1.350,00 R\$ por mês para custear as despesas de reabilitação dos usuários<sup>154</sup>.

Em janeiro de 2013, o Governo do Estado de São Paulo criou um plantão judiciário no CRATOD para acelerar os procedimentos legais necessários para a internação compulsória de usuários de drogas<sup>155</sup>. Os laudos psiquiátricos e as medidas judiciais necessárias eram produzidas no mesmo ambiente por uma ação articulada entre advogados, juízes, médicos e demais funcionários da máquina pública ali instalados. No portal oficial do governo do Estado encontramos a principal justificativa dada pelo poder público para tal medida:

As famílias com mais recursos econômicos já utilizam esse mecanismo (internação voluntária) para resgatar os seus parentes das drogas. O que o estado está fazendo, em parceria com o Judiciário, é aplicar a lei para salvar pessoas que não têm recursos e perderam totalmente os laços familiares. Essas pessoas estão abandonadas, e é obrigação do Estado tirá-las do abandono. A presença do Judiciário vai aumentar as garantias aos direitos dos dependentes químicos.<sup>156</sup>

Segundo Fromm, o programa Recomeço nasce desse contexto de debates acerca das internações compulsórias no Estado, tendo seu coordenador, o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, um defensor desse tipo de abordagem para tratamento da dependência química. Esse foi um dos pontos mais criticados do programa<sup>157</sup>. Outra fonte de questionamentos advém do convênio do programa estadual com as Comunidades Terapêuticas (CTs). De acordo com Menezes, de modo geral nessas instituições:

O tratamento é focado no sujeito e na sua mudança de comportamento, ou seja, o agente da mudança deve ser o usuário e parar com as drogas é uma decisão de sua responsabilidade. O discurso religioso encontra-se na grande maioria das instituições, sendo que o estudo bíblico, as orações, as missas e cultos são atividades constantes na rotina. A transformação do sujeito aqui se relaciona com uma possível conversão religiosa e o tratamento se mistura em suas finalidades.<sup>158</sup>

De acordo com Pacheco e Scisleski, o projeto terapêutico de muitas CTs é administrado única e exclusivamente pelo “saber religioso, sem vinculação a um saber médico, psicológico,

<sup>153</sup> MENEZES, 2016, p. 69.

<sup>154</sup> RIBEIRO, Marcelle. Governo de São Paulo lança bolsa para usuário de crack. *In: O GLOBO, Brasil*. 08 mai. 2013. [n. p.]. [online].

<sup>155</sup> AMORIM, Silvia. Governo paulista adota internação compulsória de usuários de crack. *In: O GLOBO [Site institucional]*. 03 jan. 2013. [n. p.]. [online].

<sup>156</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *SP Notícias Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania*. Entenda o que é a internação compulsória para dependentes químicos. 29 jan. 2013. [n. p.]. [online].

<sup>157</sup> FROMM, 2017, p. 48. Sobre tais críticas, conferir: FROM, 2017, p. 47-50. MENEZES, 2016, p. 70-72.

<sup>158</sup> MENEZES, 2016. p. 73-74.

pedagógico ou de assistência social”<sup>159</sup>. Esse foi um dos principais motivos de crítica ao programa Recomeço. Ademais, conforme demonstra Menezes, poucas CTs conseguiram se adequar aos critérios mínimos estipulados pelo edital de cadastramento no programa, lançado em 21 de maio de 2013, mesmo aquelas filiadas à FEBRACT (Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas), órgão responsável pelo repasse da verba estadual para as CTs do Programa. Isso demonstraria “que o governo estadual instituiu uma Política de saúde onde os próprios equipamentos escolhidos não estavam aptos a prestar tal serviço”<sup>160</sup>.

Outra ação criada com o intuito de combater o uso da droga no centro da cidade de São Paulo foi o programa “De Braços abertos”, idealizado durante a gestão do ex-Prefeito Fernando Haddad. O programa “De Braços Abertos” atuava por uma abordagem oposta ao do programa Recomeço, pois buscava a redução do “fluxo” de usuários de drogas por meio de ações de Redução de Danos e promoção de direitos, como a oferta de trabalho e cursos profissionalizantes. Antes da implantação do projeto, a região popularmente conhecida como Cracolândia recebia diariamente cerca de 1.500 usuários de drogas, pessoas que faziam uso do *crack* a céu aberto em diversos pontos. Em 2013, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, o fluxo, como é chamada a cena de uso de drogas, estava concentrado apenas na região da Alameda Cleveland com a Rua Helvetia e recebe em média 300 pessoas por dia - uma redução de 80% ao longo dos últimos 12 meses.<sup>161</sup>

O projeto parte para o resgate social dos usuários de *crack* por meio de intervenções não violentas que promovem trabalho remunerado, alimentação e moradia. Suas diretrizes trazem um novo olhar sobre o dependente químico, que deixou de ser tratado como um caso de polícia e passou a ser encarado como cidadão, com direitos e capacidade de discernimento. As suas ações foram coordenadas pelas Secretarias Municipais de Saúde (SMS), Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) e Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). A atuação dessas secretarias estabelece uma rede de parcerias que permite o encaminhamento dos dependentes químicos para os diferentes equipamentos sociais numa perspectiva de garantia de direitos sociais.

As equipes de assistência social acompanhavam de perto cada um dos beneficiários e famílias que integravam o programa, realizando os encaminhamentos necessários junto às áreas

<sup>159</sup> PACHECO, Alice Leonardi; SCISLESKI, Andrea. Vivências em uma comunidade terapêutica. *Revista Psicologia e Saúde*. Campo Grande, v 5, n.2, p. 165-173, 2013. p. 168.

<sup>160</sup> MENEZES, 2016, p. 75.

<sup>161</sup> MENEZES, 2016, p. 76.

parceiras. As crianças, por exemplo, eram encaminhadas para creches e escolas da rede municipal e para os Centros para Crianças e Adolescentes – CCA, para atividades no contraturno da escola regular. Outra atuação do poder público era atuar na regularização dos documentos dos participantes e na tentativa de criar ou resgatar vínculos entre os beneficiários e suas famílias. De acordo com a Secretária Municipal de Assistência Social da época, Luciana Temer:

O programa ‘De Braços Abertos’ é uma proposta nova de enfrentamento à questão da drogadição, que olha mais para o usuário do que para a droga. A Prefeitura de São Paulo trouxe aos usuários inseridos no programa uma nova perspectiva de vida, na medida em que deu-lhes condições mínimas de dignidade, como um lugar para dormir, refeições e oferta de trabalho e capacitação. Só assim eles têm possibilidades reais de mudança de vida, e os resultados deste primeiro ano de trabalho têm demonstrado isso.<sup>162</sup>

Conforme aponta Fromm, o programa “De Braços Abertos” foi estruturado em torno dos conceitos de *housing first* (primeiro moradia) e de *low threshold service* (baixa exigência), conceitos desenvolvidos em outras experiências de programas contra a dependência química no exterior<sup>163</sup>. Desse modo, a prefeitura estabeleceu convênios com hotéis nas adjacências do território, para que oferecessem quartos aos beneficiários do programa por R\$ 500,00 (quinhentos reais) per capita por mês. A abstinência total não era tida como um pré-requisito para se tornar beneficiário do programa, o que caracteriza a baixa exigência. Associada à moradia estava a promoção do trabalho, majoritariamente na área de limpeza pública, para os beneficiários, os quais recebiam remuneração de R\$15,00 (quinze reais) por dia por quatro horas de trabalho. Eram oferecidas também atividades de capacitação profissional, em áreas como jardinagem e zeladoria, além de três alimentações diárias. A presença nos cursos e nas diárias de trabalho também não era condição para que o beneficiário pudesse usufruir dos outros serviços ofertados pelo programa, o que foi motivo de numerosas críticas da mídia e da opinião pública, uma vez que a baixa exigência foi tida como promotora de certa comodidade ao usuário de drogas, a qual atrapalharia o processo de recuperação e ainda poderia fazer da remuneração diária recebida uma fonte financeira para a obtenção da droga<sup>164</sup>.

No entanto, da perspectiva do programa tal abordagem tinha o intuito de conquistar a inclusão social dos dependentes químicos paulatinamente, mediante o processo de sua reinserção no mercado de trabalho. Ainda assim, algumas críticas feitas a esse programa

<sup>162</sup> CIDADE DE SÃO PAULO. *Notícias*. Programa de braços abertos completa um ano com diminuição do fluxo de usuários e da criminalidade na região. 16 jan. 2015. [n. p.]. [online].

<sup>163</sup> FROMM, 2017, p. 64.

<sup>164</sup> MENEZES, 2016, p. 79.

apontavam justamente para uma fragilidade de seu plano de ações a curto, médio e longo prazo. De acordo com Ygor Alves:

A ausência de uma estratégia de longo prazo, ou no mínimo sua invisibilidade, é extremamente preocupante, não só pela perspectiva de êxito das intervenções, como por possíveis interesses escusos que possam estar presentes nela – para além dos nada secretos, e evidentes, interesses eleitorais. Se o programa De Braços Abertos nasce de uma demanda de contenção da população que estava montando seus barracos e criando ali uma comunidade – e não diz para onde deseja caminhar a longo prazo – ao mesmo tempo não deixa claro se o projeto se desvincula ou se faz parte do processo mais amplo de rapina pelo qual o centro da cidade tem passado nos últimos anos em prol da especulação imobiliária. Consciente ou inconscientemente, a contenção proposta pelo programa, se desvinculada de ações de médio ou longo prazo, pode representar uma forma gentil de higienização.<sup>165</sup>

Outro acontecimento que gerou críticas ao programa, desta vez por parte de instituições vinculadas à abordagem de Redução de Danos, ocorreu pouco antes de sua instituição, em janeiro de 2014, na chamada “favelinha da Cracolândia”, uma aglomeração de pequenos barracos improvisados montados sobre a calçada da rua Dino Bueno com a Rua Helvétia, próxima a um terreno baldio<sup>166</sup>. Depois de meses de diálogo contínuo com os antigos moradores dos cerca de 150 barracos que ocupavam as ruas da região, os primeiros participantes cadastrados ajudaram a desmontar suas barracas e foram para os quartos dos hotéis, dando início à primeira fase das ações. Essa estratégia foi utilizada como moeda de troca para que os barracos fossem desmontados, pois acreditava-se que eram nos barracos que aconteciam as atividades ilícitas. Desse modo, destruindo-se os barracos pretendia-se diminuir o tráfico. Segundo Alves:

Portanto a baixa exigência do ‘De Braços Abertos’ encontra um limite político: a remontagem dos barracos. Eles não são um problema de saúde, tão pouco de segurança pública, mas um objeto de exploração midiática. Ao surgirem os barracos na segunda metade do ano de 2013, a mídia explorou o fato à exaustão. Do ponto de vista da administração municipal, o barraco é local propício ao tráfico e objeto de exploração midiática/política. Ele fica fora do campo de visão das câmeras do micro-ônibus de vigilância fornecido pelo governo federal através do programa *Crack*, é possível vencer. O barraco é um ponto cego.<sup>167</sup>

O programa foi extinto em 2017, sob a alegação de que não havia contrapartida por parte dos usuários que ganhavam 15 reais por dia, de modo que a não obrigatoriedade de cumprir os combinados de varrer as ruas foi fator importante de sua dissolução. Em 2017, quando o

<sup>165</sup> ALVES, 2015, p. 212.

<sup>166</sup> FROMM, 2017, p. 51; VEJA. *Política*. 15 jan. 2014. Prefeitura começa a desmontar favela na Cracolândia. [online].

<sup>167</sup> ALVES, 2015, p. 212.



Prefeito João Dória Junior assume a Prefeitura de São Paulo, novamente a questão da Cracolândia surgiu com elevada relevância política, pois o “fim da Cracolândia” marcou presença em suas promessas para o mandato<sup>168</sup>. Seus planos de operação iam na contramão de todo o programa De Braços Abertos. Tanto que uma das primeiras ações anunciadas no início do primeiro ano de mandato foi a interdição e posterior destruição dos hotéis conveniados ao programa municipal<sup>169</sup>. Tal aspecto pode ser entendido como um reflexo da polarização político-partidária do contexto brasileiro entre 2014-2018, a qual era bastante intensa em São Paulo. Menezes considera que:

[...] criação e implantação das políticas na ‘Cracolândia’ têm um caráter político e partidário muito importante. Junto às disputas já existentes - saúde e repressão, uso e tráfico - vemos também a briga entre os gestores de São Paulo dos partidos PT (Partido dos Trabalhadores) versus PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). A cada eleição os candidatos são cobrados quanto às posturas e modelos interventivos que serão usados naquela região. Vale ressaltar a frequência de ações que acontecem no início dos anos, época onde talvez a perspectiva de um ‘novo ano’ autoriza práticas violentas e higienistas. Dito isto, são visíveis os conflitos e contradições entre as políticas estaduais e municipais, gestões dos partidos PSDB e PT respectivamente. [...] Enquanto em algumas gestões foi possível ver a formação de alianças entre Estado e Município para intervir na região da ‘Cracolândia’, no atual momento o que se torna mais evidente é a disputa e competição partidária.<sup>170</sup>

Inicialmente o Prefeito João Dória novamente deixa a cargo da Polícia Militar as principais ações de cumprimento de sua promessa de campanha. Sob forte repressão policial, inicia-se uma nova “megaoperação” contra o tráfico de drogas na região, a qual deflagra o processo de dispersão dos usuários, que sem destino certo, continuaram suas práticas em outras ruas da cidade. Assim, a Cracolândia, em meados de 2017, mudou sua localização geográfica, sem, contudo, mudar a sua prática. Seis meses após o Prefeito João Dória afirmar: “a Cracolândia acabou, não vai mais voltar”<sup>171</sup>, os usuários já estavam pelas redondezas novamente<sup>172</sup>.

Ainda no ano de 2017, sob a gestão de João Dória Junior, a prefeitura substituiu o programa “De Braços Abertos” pelo programa “Redenção”, que se articula em cinco eixos: policiamento, serviço social, saúde, urbanismo e zeladoria. Anunciado no bojo deste programa estava também um novo projeto urbanístico de “revitalização” do quadrilátero formado pela

<sup>168</sup> SANTIAGO, Tatiana. Doria quer começar a retirar usuários de drogas da Cracolândia no 1º semestre. *In*: G1. 07 fev. 2017. [n. p.]. [online].

<sup>169</sup> a) SANTIAGO, 2017. b) G1. *G1 São Paulo*. Polícia faz operação contra tráfico de drogas e Dória diz que cracolândia ‘acabou’. 21 mai. 2017a. [n. p.]. [online]

<sup>170</sup> MENEZES, 2016, p. 58.

<sup>171</sup> G1, 2017a, [n. p.].

<sup>172</sup> G1. *G1 São Paulo*. Usuários de drogas se dispersam pelo centro após ação policial na cracolândia. 22 mai. 2017b. [n. p.]. [online].

rua Helvétia, pelo Largo Coração de Jesus e as Alamedas Piracicaba e Dino Bueno, o que configurava à época o perímetro da Cracolândia. Tal projeto indicava a parceria com a iniciativa privada e com o arquiteto Jaime Lerner, que também participou do Nova Luz na gestão Serra-Kassab<sup>173</sup>.

Recentemente o programa sofreu alterações, sob a gestão do Prefeito Bruno Covas, que assumiu o governo da cidade de São Paulo dada a saída de João Dória para as eleições a governador. Hoje o programa procura articular a abordagem por abstinência com práticas de Redução de Danos, em uma tentativa de recuperar elementos do extinto Programa de Braços Abertos e atualizar o Programa Redenção. Segundo o atual coordenador do projeto, o psiquiatra Arthur Guerra: “é preciso identificar o que cada paciente precisa e, com os funcionários da saúde, construir juntos um ‘programa terapêutico singular’. A abstinência seria uma meta bacana para conseguir, mas é muito difícil, é quase um sonho. Por isso, trabalhamos também com estratégias de redução de danos, herdadas da outra gestão [Haddad]”<sup>174</sup>.

Como se pode perceber através do histórico das políticas públicas dedicadas a questão das drogas e, principalmente, à Cracolândia na cidade de São Paulo, há décadas o poder público tenta articular modos de resolver o problema da aglomeração dos dependentes químicos no Bairro da Luz. Inicialmente as operações e programas tinham caráter bastante imediatista e um viés higienista, motivado por razões econômico-urbanísticas, como foram as operações “Dignidade”, “Limpa” e “Projeto Nova Luz”. Especialmente após a instituição do projeto federal contra o *crack*, “*Crack, é possível vencer*”, o paradigma das políticas públicas começa a se direcionar a compreensão da dependência química como questão de saúde pública, privilegiando as ações de acolhimento e cuidado. No entanto, operações policiais violentas jamais deixaram a cena da Cracolândia, mesmo no bojo de programas intersetoriais mais preocupados com a saúde daqueles indivíduos, como deixou claro a desastrosa “Operação Sufoco”. Percebe-se também que o movimento de momentânea dispersão e pulverização dos usuários de *crack*, seguida de nova aglomeração em novos pontos da região, ou mesmo de um retorno às mesmas ruas, parece se repetir continuamente após cada uma dessas operações policiais repressivas.

Nos últimos dez anos a região presenciou uma rápida troca de programas e um aumento substancial do número de serviços e instituições do Estado e Município direcionadas a prestar

<sup>173</sup> EXAME [Site institucional]. Doria encomenda novo projeto urbanístico para a cracolândia. 19 jan. 2017. [n. p.]. [online].

<sup>174</sup> DOMINGUES, Felipe. Projetos Haddad, Dória e Covas para a cracolândia inspiram debate na USP sobre drogas. In: G1. *Ciência e Saúde*. 10 mai. 2019. [n. p.]. [online].

assistência e oferecer tratamento aos usuários, desde o programa de abordagem de baixa exigência do município, o “De Braços Abertos”, até o recente “Redenção”, que inicialmente se apoiou em tratamentos baseados na abstinência total, mas recentemente tem se flexibilizado e adotado outras medidas de tratamento além da internação. Ainda assim, a territorialidade Cracolândia persiste no centro de São Paulo, mesmo que mais pulverizada do que antes, e o problema parece irresoluto. A seguir, discute-se outra dimensão desta malha institucional tecida em torno da região, as ações assistenciais do Terceiro Setor, e mais particularmente as instituições religiosas atuantes na Cracolândia, dentre as quais se inserem as ações dos batistas da Cristolândia.

## 2.2 As ações do Terceiro Setor na Cracolândia Paulistana: as instituições religiosas

Após revisitar os programas que traziam propostas de diferentes olhares do poder público sobre o território da Cracolândia, cabe conhecer também como essa questão veio sendo tratada pelos agentes religiosos que desenvolvem ações junto a esse público. Não se tratará de fazer um apanhado geral das diversas instituições religiosas que ali atuam, mas apenas fundamentar o conceito de Terceiro Setor e sua aplicação no caso de tais organizações, a fim de fornecer outra dimensão do contexto geral no qual se insere a Cristolândia em seus primórdios.

O “Mapeamento das Instituições Governamentais e Não-Governamentais de Atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil 2006/2007”<sup>175</sup>, realizado, portanto, pouco tempo antes do surgimento e do início das ações da Cristolândia em São Paulo, datado de 2009, já apontava para a necessidade do fortalecimento da atenção à saúde do usuário. Este mesmo documento aponta que nos anos pesquisados, no total 67,7% das instituições que realizavam tratamento eram instituições não-governamentais, isto é, a grande maioria dos equipamentos não se configurava como parte das redes de saúde pública e assistência social. Demonstra ainda uma grande diversidade nos modos de tratamento e revela um dado bastante significativo: 92,9% das instituições não-governamentais que atuavam no tratamento de usuários abusivos de álcool e outras drogas no Brasil ofereciam como serviço a assistência religiosa. O termo “não-governamental” não é conceituado pelo “Levantamento”, entretanto, já foi objeto de análise e discussão ao longo do tempo, tanto no Brasil quanto em

<sup>175</sup> CARVALHO, Denise Bomtempo Birche. *Mapeamento das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil 2006/2007*. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007, p. 54.

outros países. De forma geral, costuma ser mobilizado dentro do âmbito de significação do termo guarda-chuva “Terceiro Setor”, no qual se localiza a Cracolândia e o qual será tratado para tentar compreendê-lo melhor.

Em artigo do ano de 1997, intitulado “O que é o terceiro setor?”, Fernandes apresentava “Terceiro Setor” como “um conceito, uma expressão ainda pouco utilizada no Brasil”<sup>176</sup>. Há pouco mais de duas décadas, conforme lemos, poucos reconheciam no país a expressão diretamente traduzida do inglês *third sector*, recortada do conjunto do ideário da economia clássica, a qual dividia a sociedade em setores, de acordo com as finalidades econômicas dos agentes sociais, entendidos aqui como agentes de dupla natureza: tanto jurídica pública como jurídica privada. Desta forma, e de acordo com esta concepção, coloca o autor, agentes de natureza privada que praticassem ações com fins privados (bens privados) poderiam ser descritos como o “Primeiro Setor”, ao qual corresponderia o mercado; enquanto agentes de natureza pública que praticassem ações que visassem a fins públicos (bens públicos) poderiam ser descritos como o “Segundo Setor”, a que corresponderia o Estado. Assim, de forma corolária, agentes de natureza privada que realizassem ações visando a fins públicos poderiam, assim, ser denominados “Terceiro Setor”.

Rubem Fernandes, na obra “Privado, porém público”, define o “Terceiro Setor” como composto por: (a) organizações estruturadas, (b) que estão localizadas fora do aparelho formal do Estado, (c) que não se destinam a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre seus diretores ou entre um conjunto de acionistas, (d) autogovernadas ou autogeridas, e (e) que envolvem indivíduos num significativo esforço voluntário<sup>177</sup>. Este conjunto de cinco elementos é utilizado por Fernandes em suas análises sobre Terceiro Setor e será mobilizado neste trabalho também para pensar a Cracolândia.

Lester Salamon, atual diretor do *John Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, em texto de 1998 intitulado “A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global”<sup>178</sup>, afirma que o crescimento do Terceiro Setor está associado a um certo declínio de formas mais tradicionais de participação política, como voto, filiação partidária e associação sindical<sup>179</sup>. Este declínio, por sua vez, seria fruto de uma crise de confiança na capacidade do Estado: “com sua pequena escala, flexibilidade e capacidade de canalizar a participação

<sup>176</sup> FERNANDES, Rubem César. O que é o Terceiro Setor? *Revista do Legislativo*, Belo Horizonte, n. 18, p. 26-30, abr./jun. 1997. p. 26.

<sup>177</sup> FERNANDES, 1997.

<sup>178</sup> SALAMON, L. A emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 5-11, jan./mar. 1998. p. 05.

<sup>179</sup> SALAMON, 1998, p. 05.

popular, as organizações privadas sem fins lucrativos estariam melhor capacitadas para preencher esse espaço.”<sup>180</sup> Esta ideia, porém, não é consensual entre os que estudam Terceiro Setor. Landim e Beres, por exemplo, criticam esta funcionalidade que é comumente atribuída ao setor: na realidade, “frequentemente a categoria Terceiro Setor é utilizada, implícita ou explicitamente, para produzir a ideia equivocada de que o universo das organizações sem fins lucrativos é espécie de panaceia que substitui o Estado no enfrentamento de questões sociais”.<sup>181</sup>

Não se trata de propor o Terceiro Setor como solução para os problemas sociais com os quais os Estados contemporâneos têm de lidar, mas sim indicar maneiras pelas quais ele pode ser um importante aliado das políticas estatais e do cumprimento de direitos civis, políticos e sociais. Diversos autores apontam para tal direção. Maria Rua<sup>182</sup> coloca que desde o advento da Constituição brasileira de 1988, o cidadão goza de legitimidade para agir em benefício da sociedade e que tanto atores privados como públicos podem agir com finalidades públicas, não sendo relevante, neste sentido, quem inicia a ação. Defende também que para o ciclo das políticas públicas se complete, é necessário que os *agentes políticos* tenham postura ativa – estes agentes tanto podem ser públicos quanto privados. Potyara Pereira-Pereira<sup>183</sup> faz uma distinção entre dois possíveis entendimentos do que possam vir a ser “políticas públicas”: de acordo com o autor, pode-se concebê-las como responsabilidade exclusiva do Estado ou também entendê-las como responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade na forma dos indivíduos organizados que a compõem, de tal maneira que estes dois agentes estariam igualmente incumbidos da promoção, execução e fiscalização das políticas públicas.

Nesse sentido, as iniciativas do Terceiro Setor que atuam no atendimento de problemáticas sociais estão também construindo políticas públicas, mesmo que não tenham vínculos estreitos com o Estado. Segundo a definição de Terceiro Setor utilizada por Rubem César Fernandes, além de “não-governamental” e “não-lucrativo”, ele também é organizado, independente e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas<sup>184</sup>, com a finalidade de “suprir necessidades coletivas”<sup>185</sup>. Tal perspectiva se adequa às

<sup>180</sup> SALAMON, 1998, p. 0 5.

<sup>181</sup> LANDIM, Leilah; BERES, Neide. *As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos*. Rio de Janeiro: Nau, 1999. p. 09.

<sup>182</sup> RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO [Site institucional]. 20 jul. 2018. [n. p.]. [online].

<sup>183</sup> PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito da cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108, 94-95.

<sup>184</sup> FERNANDES, Rubem César. *Público, porém privado: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994. p. 19-20.

<sup>185</sup> FERNANDES, 1994, p. 22.

ações de instituições religiosas que organizam esforços para atender problemas sociais, fenômeno recorrente na história no Brasil.

Até o ano de 1934, as verbas arrecadadas pelo Estado através de impostos não conheciam obrigatoriedade de serem destinadas para a área social, conforme Castro e Oliveira<sup>186</sup>, por este motivo, muitas ações neste âmbito eram levadas a cabo por instituições religiosas movidas por um sentimento de caridade. Muitas destas instituições religiosas atuavam e funcionavam como ONGs, trabalhando com educação popular<sup>187</sup>, mas não se autodenominavam assim, motivo pelo qual Gohn defende que as primeiras ONGs brasileiras só nascem na década de 1980, que é quando ocorre adoção do termo. Portanto, as ONGs pioneiras brasileiras surgem no contexto da ditadura militar contando com o apoio de “alas progressistas da Igreja Católica, que reviu suas posições quanto à organização da população para participar de movimentos e mobilizações conscientizadoras”<sup>188</sup>. Este apoio a que Gohn faz menção, se deu, principalmente, a partir do movimento inspirado pela Teologia da Libertação e da criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs<sup>189</sup>.

Assim como as ações não-governamentais no Brasil nascem muito marcadas pela atuação das instituições religiosas, não se pode dizer que suas atividades e participação haja diminuído. Pelo contrário, ao analisar especificamente o caso da Cracolândia, pode-se notar que muitas organizações religiosas atuam neste território, como *peças jurídicas de direito privado*, como estabelecido pelo Código Civil de 2002, no artigo 44, inciso IV.<sup>190</sup> A Lei 13.019/2014, em seu segundo Artigo, legitima a participação social “de organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)<sup>191</sup>”. Essas organizações religiosas mencionadas pela lei do ano de 2014, sabemos, no caso da Cracolândia, que advêm de diferentes religiões, mas são ligadas principalmente à religião católica, à religião

<sup>186</sup> CASTRO, Arthur Soares de; OLIVEIRA, João Carlos de. Direito Fundamental à Assistência Social: algumas considerações. *Revista Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 20. n. 36, abr. 2013.

<sup>187</sup> PAES, José Eduardo Sabo. Sociedade civil, Estado e o Terceiro Setor: ordem sociopolítica e campos de atuação. *Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2009. p. 15-17.

<sup>188</sup> GOHN, Maria da G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 12.

<sup>189</sup> De acordo com Frei Betto, “As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos.” (BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Brasiliense: São Paulo, 1986. p. 07.

<sup>190</sup> BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. [Institui o Código Civil]. [online].

<sup>191</sup> BRASIL. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. [Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999]. [online]

evangélica (protestante) e à religião espírita<sup>192</sup>, cada uma, pontuam Sanchez e Nappo, com suas especificidades na forma do suporte oferecido ao usuário de drogas. A partir de estudo realizado em 21 instituições religiosas da cidade de São Paulo, as autoras concluem que houve diferenças no suporte ao dependente de drogas em cada grupo:

Os evangélicos foram os que mais utilizaram a religião como forma exclusiva de tratamento, apresentando repulsa ao papel do médico e a qualquer tipo de tratamento farmacológico. Os espíritas foram os que buscaram mais apoio terapêutico à dependência de álcool, simultaneamente ao tratamento convencional, justificado pelo maior poder aquisitivo. Os católicos utilizaram mais a terapêutica religiosa exclusiva, mas relataram menos repulsa a um possível tratamento médico. A importância dada à oração como método ansiolítico era comum entre os três tratamentos. A confissão e o perdão – por meio da conversão (fé) ou das penitências, respectivamente para evangélicos e católicos – exercem apelo à reestruturação da vida e aumento da autoestima.<sup>193</sup>

Como mencionado anteriormente, não está sob o escopo desta pesquisa perfazer um apanhado de todas as organizações religiosas que atuam na região da Cracolândia, pois o foco já está estabelecido sobre uma instituição particular, a Cristolândia. No entanto, como alguns outros exemplos podem ser citados programas vinculados à igreja Católica, como a “Missão Belém”, a “Voz dos Pobres”, “Aliança de Misericórdia”, “O caminho”, “Associação Franciscana de Solidariedade” e a “Comunidade Emaús”<sup>194</sup>. Há também diferentes grupos de atuação da religião espírita atuando também na Cracolândia, vinculados à Federação Espírita de São Paulo, como voluntários para distribuição de sopa, e do Centro de Tratamento Bezerra de Menezes.<sup>195</sup>

Mas, segundo coloca Fromm, “pouco tem sido sistematicamente estudado acerca do crescente papel da igreja, mais especificamente de igrejas evangélicas, na assistência, evangelização e conversão dos chamados ‘noias’”<sup>196</sup>. Este déficit bibliográfico torna difícil estabelecer uma linha temporal relativamente organizada que revele a história da atuação das igrejas evangélicas na Cracolândia Paulistana ao longo dos anos.<sup>197</sup> Como exemplos de outras organizações religiosas evangélicas podemos citar a Missão CENA e o Projeto Ação Retorno.

<sup>192</sup> Segundo o Censo do IBGE do ano 2000, o conjunto destas três religiões perfaz o total de 95% dos brasileiros que professam alguma religião. Cf. IBGE. *Censo 2020*. [s.d.]. [online].

<sup>193</sup> SANCHEZ, Zila Van der Meer; NAPPO, Solange Aparecida. Intervenção religiosa na recuperação de dependentes de drogas. *Revista Saúde Pública*, v. 42, n. 2, p. 265-272, 2008. p. 265.

<sup>194</sup> FERNANDES, Nayá; GERONAZZO. É o fim da Cracolândia? In: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Notícias*. [n. p.]. 24 mai. 2017, [online].

<sup>195</sup> CENTRO DE TRATAMENTO BEZERRA DE MENEZES. *Missão, visão e valores*. [s.d.]. [online].

<sup>196</sup> FROMM, D. *Deus e o Diabo na terra do crack: uma etnografia da “cosmopolítica” batista*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. p. 06.

<sup>197</sup> FROMM, 2014. p. 09.

Cerca de duas décadas antes do surgimento da Cracolândia, no ano de 1897, começa a funcionar no centro da cidade São Paulo e, posteriormente, na Cracolândia Paulistana, a Missão CENA (Comunidade Evangélica Nova Aurora), uma instituição evangélica interdenominacional que realiza trabalhos sociais, por meio de doações, com objetivo de “acolher moradores de rua, usuários de drogas, crianças em situação de risco, travestis e prostitutas [...] oferecendo a todos eles resgate, recuperação e reintegração à sociedade”<sup>198</sup>. O Projeto Ação Retorno, formado por adeptos da Igreja Quadrangular, atua desde 2007 na região central de São Paulo e na Cracolândia, auxiliando dependentes de químicos em situação de rua, ofertando alimentação e higiene, e posteriormente trabalhando “na sua reinserção na sociedade e núcleo familiar, com base na assistência social, psicológica e moral, sempre alicerçadas no princípio do bom relacionamento, disciplina e confiança conquistada”.<sup>199</sup>

Percebe-se assim que a chegada do Projeto Cracolândia para atuação com dependentes químicos na região da Cracolândia Paulistana encontra uma territorialidade que já conhecia diversas religiões e projetos de suporte e tratamento para aquela população. Neste tópico definimos o conceito de Terceiro Setor, contextualizamos brevemente o quadro institucional de entidades não-governamentais atuando com problemáticas sociais, com atenção especial às instituições religiosas presentes na região da Cracolândia, fornecendo assim outra dimensão do contexto no qual se insere a Cracolândia. O Projeto Cracolândia pode ser compreendido enquanto uma organização de Terceiro Setor justamente na medida em que se mantém financeiramente a partir de doações e voluntariado, sem fins lucrativos, e tem como objetivo o atendimento de necessidades coletivas, notadamente da questão da dependência química e da vulnerabilidade social, fenômenos conjugados na territorialidade conhecida como Cracolândia, a qual foi referenciada nesta pesquisa tendo por exemplo paradigmático a Cracolândia Paulistana.

No próximo tópico o presente capítulo é concluído ao se discutir a dupla dimensão do problema da dependência química e, particularmente, da Cracolândia, isto é, enquanto questão de saúde e enquanto problemática social, tendo em visto o histórico de políticas públicas estatais dedicadas à região, exposto no primeiro tópico deste capítulo, bem como as considerações a respeito das iniciativas de Terceiro Setor feitas no presente tópico, ressaltando-se sobretudo a passagem da compreensão do problema Cracolândia como mera questão de segurança para uma perspectiva mais complexa e multifatorial acerca do tema.

---

<sup>198</sup> MISSÃO CENA. *Quem somos*. [s.d.]. [online].

<sup>199</sup> AÇÃO RETORNO. *Sobre nós*. [s.d.]. [online].



### 2.3 Ressocialização e inclusão como meios de recuperação dos dependentes químicos: medidas de resgate da saúde e da cidadania

Há anos existe um intenso movimento intersetorial em busca de alternativas de solução do “problema Cracolândia”. Tal movimento é caracterizado por uma pluralidade de perspectivas de compreensão da questão, a qual possui diversas dimensões distintas interconectadas, pois a Cracolândia é ao mesmo tempo um problema de segurança, de urbanismo, de saúde e, finalmente, um problema social.

No entanto, nem sempre tal complexidade foi levada em conta, como demonstra o histórico de políticas públicas para a região. Inicialmente os aspectos de segurança e urbanismo foram privilegiados pelo poder público, pois, então, o problema foi visto como mero caso de polícia e reorganização urbanística, e só posteriormente, particularmente nesta última década, começou a ser compreendido como questão de saúde pública e de assistência social, mesmo que as investidas policiais nunca tenham cessado de ocorrer.

Por outro lado, é possível perceber que tanto o poder público quanto o Terceiro Setor, aqui representado pelas instituições religiosas, valeram-se de uma pluralidade de abordagens distintas para o tratamento da dependência química, que ora contam com internações compulsórias, ora com internações voluntárias, mas também vão desde programas baseados na abstinência total até programas de redução de danos, os quais não necessariamente utilizam regimes de internação. Tal pluralidade de estratégias e abordagens é bastante interessante e benéfica, pois, conforme ressalta Maria Paula Gomes dos Santos:

A literatura científica internacional não é conclusiva no que diz respeito à superioridade de qualquer modelo de cuidado a usuários de drogas sobre outros. Estudos clínicos indicam que as taxas médias de recaída (interrupção da abstinência), após um ano de finalização de qualquer tipo de tratamento para o uso problemático de drogas, estão na faixa de 60% a 70%. [...] Outro ponto a ser considerado é que muitas pessoas que buscam tratamento para o uso problemático de álcool e outras drogas o fazem mais de uma vez durante a vida, dados os vários episódios de recaída que experimentam, conforme identificado pelas pesquisas. Nesse percurso, recorrem às mais diversas modalidades de atenção, sejam elas pautadas ou não pela internação, abstinência e/ou lógica da RD. Sua escolha tende a ser quase sempre condicionada pela efetiva disponibilidade dos serviços no momento da busca e por sua percepção, em cada circunstância, sobre que serviço pode melhor atender às suas demandas imediatas. Assim sendo [...] pluralidade na oferta de modelos de cuidado é essencial.<sup>200</sup>

---

<sup>200</sup> SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Comunidades terapêuticas e a disputa sobre modelos de atenção a usuários de drogas no Brasil. In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos (Org.). *Comunidades Terapêuticas: temas para reflexão*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018, p. 17-36. p. 31.

Vale apontar, não obstante, que tal pluralidade de modelos de atendimento, no âmbito das políticas públicas, infelizmente é muitas vezes tolhida pela desarticulação entre programas instituídos em mandatos de políticos distintos, especialmente quando há algum embate partidário, como foi o caso recentemente quanto ao fechamento do programa “De Braços Abertos”, programa municipal criado na gestão de Fernando Haddad (PT), substituído pelo novo programa “Redenção”, criado na gestão de João Dória (PSDB), o qual também passou por uma reformulação, embora não tão radical, no contexto da última mudança de gestão municipal, isto é, na entrada de Bruno Covas (PSDB). A pluralidade de estratégias de acolhimento e tratamento parece ser menos perpassada por esse tipo de desarticulação no âmbito das ações do Terceiro Setor, ainda que nesse campo exista uma grande prevalência das estratégias de internação em Comunidades Terapêuticas, especialmente no caso das instituições evangélicas.

Pode-se concluir, a partir da progressão do desenvolvimento das soluções dedicadas à “Cracolândia” nas últimas décadas, que a compreensão do “problema Cracolândia” enquanto uma questão de saúde parece já ter sido bem estabelecida, tanto no âmbito do poder público quanto no do Terceiro Setor, de modo que a maior parte dos programas e ações dedicadas àquela territorialidade na última década, mesmo com suas divergências e diferenças, envolvem de um modo ou de outro a questão da saúde e do tratamento da dependência química, entendida como doença.

Kessler e Pechansky, sob a perspectiva da psiquiatria, afirmam que o consenso na bibliografia especializada acerca do tratamento de dependência química é a de que o processo deve ser multidisciplinar, de longo prazo e pautado na compreensão biopsicossocial do problema, enfocando especialmente estratégias de prevenção de recaídas. Kessler e Pechansky se posicionam contra a abordagem de Redução de Danos para o tratamento de *crack*, considerando necessário estratégias de internação em ambiente psiquiátrico e articulação do tratamento com as instâncias da família dos pacientes e com iniciativas de reinserção e inclusão social. Consideram os autores:

Dessa forma, a estratégia que pareceria demonstrar maior resultado passa por uma estrutura de tratamento de longo prazo, que contempla uma internação inicial em ambiente psiquiátrico localizado em hospital geral e se estende para um modelo de atendimento baseado em comunidades terapêuticas fechadas ou com alto grau de intensidade de tratamento, também por longos períodos – frequentemente de 6 meses a 1 ano. Cabe salientar que a rede familiar e social tem um papel preponderante na aderência ao tratamento, devido à baixa motivação dos pacientes, e no monitoramento por longo prazo durante o período de manutenção da abstinência. Os casos que não

têm fácil acesso ao sistema de saúde ou não têm apoio externo costumam ter baixos índices de recuperação.<sup>201</sup>

A perspectiva que leva em conta as dimensões da inclusão e reinserção sociais no tratamento da dependência química, no entanto, é recente na cidade de São Paulo, tendo sido colocada em prática especialmente nesta última década. As ações do Terceiro Setor, especialmente por meio das Comunidades Terapêuticas, as quais, de um modo ou de outro, definem-se também por contar com ações de ressocialização em seus programas, foram pioneiras nesse tipo de abordagem do problema, ainda que sua atuação tenha aumentado sobretudo a partir dos convênios com o poder público, iniciando com o programa federal “*Crack É possível vencer*” e, no âmbito do Estado de São Paulo, com o programa “*Recomeço*”.

A pesquisa de censo e perfil da população da Cracolândia Paulistana de 2019 fornece dados que fundamentam tal importância das ações de ressocialização no processo de tratamento. Ao perguntar sobre os principais fatores que poderiam levar os usuários a sair da Cracolândia, 44% dos entrevistados apontaram para a oferta de uma vaga trabalho, 32,8% para o resgate e reforço do amparo familiar, 20% para a disponibilidade de uma residência e 18,8% para o tratamento contra a dependência<sup>202</sup>.

A rede de suporte social em torno do indivíduo que adentra um programa de tratamento para a dependência química é importante para o sucesso da recuperação, especialmente por cumprir um papel central na contenção de recaídas. Todavia, como foi discutido no primeiro capítulo desta dissertação, a população da Cracolândia se encontra imersa em zonas de vulnerabilidade e desfiliação, pois seus frequentadores, de modo geral, não possuem inserção no mercado de trabalho, e possuem uma inscrição no campo de relações familiares e de proximidade bastante frágil ou mesmo inexistente. Na referida pesquisa de 2019 foi observado que 36.7% dos entrevistados declarou não possuir nenhum vínculo social com o qual poderia contar em uma situação de emergência, enquanto 53.2% declarou não ter tido nenhum contato recente com a família e mais da metade nunca voltou para a casa da família depois de frequentar a região<sup>203</sup>.

Todavia, a família ainda foi apontada como principal suporte social por 57% dos entrevistados e apareceu em 32,8% das respostas acerca do que poderia retirá-los daquela situação<sup>204</sup>. A desagregação familiar do indivíduo acometido pela dependência química ocorre

<sup>201</sup> KESSLER; PECHANSKY, 2008, p. 97-98.

<sup>202</sup> MADRUGA; LARANJEIRA, 2020, p. 46-47.

<sup>203</sup> MADRUGA; LARANJEIRA, 2020. p. 30.

<sup>204</sup> MADRUGA; LARANJEIRA, 2020. p. 30.

através de brigas, rejeição e preconceito, as quais reforçam a sensação de marginalidade contida nos estigmas que a ele se associam. A família, todavia, também sofre muito com a situação da dependência química. É comum a família apresentar problemas econômicos provenientes de gastos efetuados pelo dependente químico, como por exemplo, dívidas adquiridas em bares, alto custo com tratamento médico, e problemas legais que são vivenciados pelas famílias, como agressões físicas, psicológicas ou morais, divórcios entre pares e roubos, tanto no contexto familiar como exterior a ele. O sofrimento no interior da família é tão presente na história pessoal de dependentes químicos que alguns autores chegam a utilizar o conceito de “codependência” para expressar os efeitos deletérios do abuso de drogas no interior da família. Segundo Maciel:

Os problemas causados pela utilização de drogas, ilícitas ou lícitas, afetam o cotidiano da família, o que lhe torna possível o surgimento de diversos sintomas, sentimentos e atitudes, característicos da codependência tais como: medo, desconfiança, culpa, excesso de cuidado/controle para com o outro, descuido para consigo, mudanças no estilo de vida. Além desses, podem surgir: sobrecarga física e emocional, baixa autoestima, sentimento de impotência, fracasso, sensação de vazio, o que leva as famílias à necessidade de suporte terapêutico.<sup>205</sup>

A atenção para com a família dos dependentes químicos e a articulação do tratamento com seus membros, todavia, não é uma prática comum nos programas propostos no âmbito das políticas públicas relacionadas à Cracolândia Paulistana, como se pode observar a partir do histórico feito no primeiro tópico deste capítulo. O acompanhamento com as famílias dos dependentes e a preocupação em auxiliar o dependente em tratamento a reconstituir seus laços familiares é bastante recente nos programas terapêuticos postos em atividade pelo poder público, tendo se tornado algo mais relevante especialmente a partir do “De Braços Abertos”, como mencionado anteriormente. Essa demora para perceber a importância da família no tratamento é negativa, pois, conforme sustentam Arenari e Dutra casos extremos de abuso de *crack* são resultado, na maioria das vezes:

[...] de um longo processo de desfiliação social, em virtude do acesso precário as instituições formadoras da ‘pessoa’, com destaque para a família. E é exatamente ao contribuir para o agravamento desse processo de desfiliação social que o consumo do *crack* reforça a reprodução da ‘ralé estrutural’, gerando um círculo vicioso entre exclusão, abuso do *crack* e exclusão difícil (mais não impossível) de ser rompido.<sup>206</sup>

<sup>205</sup> MACIEL, L. D.; ZERBETTO, S. R.; FILIZOLA, C. L. A.; DUPAS, G.; FERREIRA, N. M. L. A. Consequências e dificuldades da dependência química no âmbito familiar: uma revisão de literatura. *Revista de APS*, v. 16, n. 2, p. 187-196, 2013. p. 192.

<sup>206</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 206.

A cura plena do adicto em *crack* precisa conjugar tanto o tratamento da doença físico-psicológica pela qual ele é acometido, a dependência química, provendo-lhe saúde, como o tratamento dos laços sociais “adoecidos”, fragilizados, que tanto impulsionam o indivíduo para o uso problemático de drogas, pois são fatores de vulnerabilidade, quanto reforçam a sua exclusão social, na medida em que promovem a contínua desfiliação do dependente. Esse segundo aspecto da cura pode ser compreendido como um provimento de condições de exercício da *cidadania*, no sentido do conjunto de direitos que permitem o indivíduo transitar por instituições que lhe enriqueçam a vida social, como instituições educacionais, postos e carreiras de trabalho, relações interpessoais amistosas, relações familiares e amorosas. Isso é especialmente importante para uma população que oscila entre as zonas de vulnerabilidade e desfiliação, como a da Cracolândia, pois, conforme consideram Arenari e Dutra, em sua maioria eles: “não tem à sua espera uma família, um trabalho e outras perspectivas de integração a outros sistemas sociais que possam oferecer modelos de trajetórias da ação com expectativas (prospecção) em longo prazo, enquanto modelos dados de longos futuros”<sup>207</sup>.

O uso do *crack* vincula-se a questões sociais, e não somente a escolhas e decisões de fórum particular. Isso deve ser levado em conta em qualquer programa de recuperação para usuários de *crack* a preocupação em resolver as questões relacionadas ao uso das drogas ilícitas não é apenas do poder público, mas também de grupos religiosos que a cada dia vêm crescendo no território nacional, como os membros das Igrejas Batistas. Segundo Arenari e Dutra, tais instituições possuem algumas vocações especiais para tratar do aspecto social da recuperação de usuários de drogas. Os autores consideram que:

[...] a estrutura religiosa tem um ‘programa de cura’ para a vida inteira, que possa acompanhá-lo até a morte (ou além), a ‘terapia’ proposta vai até os ‘últimos dias’. Um segundo ponto é que a reintegração do sujeito à sociedade é sempre mediada pela igreja, com um projeto integrado. A Igreja pretende funcionar como uma organização que intervêm diretamente em todas as esferas da vida do sujeito, da família ao trabalho.<sup>208</sup>

Assim, havendo caracterizado o contexto de políticas públicas e iniciativas de Terceiro Setor atuantes na região da Cracolândia Paulistana, partindo dos programas e políticas desenvolvidas antes da fundação da Cracolândia na cidade de São Paulo e chegando até os mais recentes desdobramentos das políticas públicas sobre a territorialidade tratada, esta dissertação trará no próximo capítulo uma apresentação da instituição religiosa protestante a qual está

<sup>207</sup> ARENARI; DUTRA, 2016. p. 216.

<sup>208</sup> ARENARI; DUTRA, 2016. p. 218.

associado o projeto de recuperação de dependentes químicos que constitui aqui objeto de investigação, a Cristolândia, projeto da Convenção Batista Brasileira. Para tanto, será percorrido um breve histórico da denominação batista no mundo e no Brasil, assim como uma caracterização doutrinária, por meio do qual serão destacados os princípios de fé e os valores cristãos presentes tanto no programa da Cristolândia quanto na sua história e em seu discurso institucional. Desse modo pretende-se sustentar a posição de que as ações da Cristolândia podem ser compreendidas como ações de resgate da cidadania dos indivíduos por ela assistidos, por meio das quais a pessoa social desses indivíduos pode recobrar alguma perspectiva de futuro, isto é, recuperar a esperança de uma vida melhor.



### 3 A CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA E O PROJETO CRISTOLÂNDIA

Neste capítulo discorre-se sobre o tema central desta dissertação: o Projeto Cristolândia. Para tanto, traça-se antes um breve perfil histórico e doutrinário da denominação Batista e da Convenção Batista Brasileira, a fim de fornecer um contexto geral do objeto de estudo e angariar subsídios teóricos para perfazer uma análise conceitual e histórica do discurso institucional, do programa e das ações da Cristolândia. Desse modo, seus valores, objetivos e procedimentos serão contextualizados tendo em conta as características que definem as instituições e organizações religiosas batistas que a sustentam, em particular a Junta de Missões Nacionais e a CBB.

#### 3.1 O protestantismo e os Batistas: um breve perfil histórico e doutrinário

Antes de tudo, é necessário considerar que a história das igrejas batistas no Brasil e mesmo a história da denominação como um todo não é um tema simples ou isento de controvérsias, especialmente no que tange à gênese da denominação e dos batistas brasileiros. Conforme apresentam os professores doutores Stephannini e Brotto<sup>209</sup>, existem quatro abordagens acerca da origem da denominação batista: a teoria sucessionista orgânica estrita; a teoria do sucessionismo espiritual; a teoria do parentesco anabatista e a teoria separatista britânica. As duas primeiras abordam a história batista segundo uma perspectiva que nega o vínculo da denominação com o movimento europeu da Reforma Protestante, no século XVI. As duas últimas pautam-se pela historicidade das igrejas Batistas e buscam traçar suas origens segundo o contexto histórico de Reforma nos séculos XVI e XVII.

A tese mais aceita entre os batistas atuais e historiadores modernos seria a do separatismo britânico do século XVII. Para Stephannini e Brotto “é com o movimento separatista inglês que as igrejas batistas brasileiras melhor se identificam, sobretudo no que tange aos princípios básicos defendidos e a configuração das igrejas locais”<sup>210</sup>. O surgimento do movimento Batista está marcado pela atuação do pastor John Smyth e do advogado Thomas Helwys. Helwys, após uma fuga da perseguição anglicana aos dissidentes religiosos em 1608 e com a morte de Smyth, retorna em 1611 à Inglaterra junto de dez fiéis de sua congregação separatista e forma uma igreja no lugarejo de Stapfields. Tal igreja e as que vieram dela,

<sup>209</sup> STEPHANNINI, V.; BROTTTO, J. C. P. Podem ser considerados protestantes os Batistas. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, v. 58, n. 2, p. 423-435, jul./dez. 2018.

<sup>210</sup> STEPHANNINI; BROTTTO, 2018, p. 430.

segundo Stephannini e Brotto, “passaram a ser chamadas de Igrejas Batistas Gerais, pois admitiam a redenção geral das pessoas mediante a fé e não aceitavam a doutrina da predestinação desposada por Calvino”. No entanto, teria sido somente a partir de 1654 que o nome “batista” começou a ser usado “pública e oficialmente”<sup>211</sup>.

Apesar da forte defesa do princípio de autonomia das igrejas locais, a denominação batista surge e se fortalece a partir de seus esforços e associações de cooperação, de modo que sua gênese está marcada pelas organizações eclesiais coletivas. Vale ressaltar que as sociedades missionárias batistas desde o início valorizaram o princípio da associação voluntária, conforme os princípios batistas de liberdade individual e autonomia da igreja local<sup>212</sup>. Conforme ressaltam Stephannini e Brotto:

Desde os seus primórdios, os batistas aprenderam a cooperar uns com os outros. Em 1644, sete igrejas batistas se reuniram em Londres para publicar uma declaração doutrinária (confissão de fé). Daí em diante, as igrejas batistas fizeram causa comum e formaram associações. Essas associações marcam o início da denominação batista. Três motivos levaram as igrejas a se organizarem em associações e, mais tarde, convenções: a necessidade de relações fraternas com outras igrejas da mesma fé e ordem, necessidade de consulta sobre questões doutrinário-disciplinares e somatória de forças para a realização da obra de Deus.<sup>213</sup>

De modo geral, os integrantes das igrejas batistas partilham de um conjunto de crenças comuns, tais como: a crença no batismo por imersão, a negação do batismo infantil, a celebração das ordenanças do batismo e também da ceia memorial (não sacramental); ordenança distinta de sacramento; separação entre Estado e Igreja; liberdade de consciência do indivíduo; autonomia das igrejas locais. A maioria das Igrejas Batistas atuam e se organizam em um sistema de governo chamado congregacional, ou seja, cada igreja batista local possui autonomia administrativa, regida sob o regime de assembleia, de caráter democrático<sup>214</sup>. A Denominação Batista não se orienta sob o modelo episcopalista, modelo que se caracteriza pela organização hierárquica, com autoridade máxima local exercida por um bispo, semelhante ao encontrado na Igreja Católica, Anglicana ou Metodista.

A história da denominação no Brasil remonta às missões internacionais de evangelização dos batistas norte-americanos, possibilitadas pelos esforços de cooperação das

<sup>211</sup> STEPHANNINI; BROTTTO, 2018, p. 430-431.

<sup>212</sup> MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. Paulinas: São Paulo, 1984. p. 58.

<sup>213</sup> STEPHANNINI; BROTTTO, 2018. p. 431-432.

<sup>214</sup> PEREIRA, Reginaldo Arruda. *Igreja Batista da Lagoinha: trajetória e identidade de uma corporação religiosa em processo de pentecostalização*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011. p. 43.



diversas convenções batistas que ali se formaram a partir de 1639<sup>215</sup>. Segundo Mendonça, a empresa missionária norte-americana foi pautada por uma estratégia proselitista, educacional e por certa ideologia “civilizatória”, a qual foi uma das características marcantes da história do protestantismo americano e das missões norte-americanas na segunda metade do século XIX<sup>216</sup>. O próximo tópico desta dissertação tratará das origens da denominação batista no Brasil e dos princípios doutrinários que lhe são característicos, a fim de angariar subsídios para a análise do discurso institucional, valores, objetivos e constituição da Convenção Batista Brasileira e do Projeto Cristolândia.

Conforme demonstra Mendonça, muitos fatores históricos podem ser elencados para explicar o estabelecimento de denominações protestantes no Brasil. Entre eles são centrais o interesse do país em melhorar as relações comerciais e diplomáticas com a Inglaterra a partir da chegada família real em 1808, especialmente devido ao Tratado de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação de 1810, com o que se enfraquece a hegemonia católica no país<sup>217</sup>; o apoio do Império do Brasil à imigração de estrangeiros para o Brasil e mesmo a atmosfera de respeito, ou pelo menos tolerância, à diversidade religiosa que aos poucos ia se constituindo na medida em que mais protestantes chegavam ao país, ao longo do século XIX<sup>218</sup>. Conforme lembra Dreher:

Com a vinda do imigrante, foi importante a discussão dos direitos de cidadania. Com essa discussão, porém, fez-se discutir o lugar da Igreja Católica e de outros grupos cristãos na sociedade brasileira. [...] Os imigrantes alteraram profundamente o rosto da religião do Brasil. O século XIX traz, pela primeira vez, permanentemente, luteranos, anglicanos, batistas, presbiterianos.<sup>219</sup>

Os batistas se encontram no Brasil desde a segunda metade do século XIX. Em 1882 os casais de missionários Willian Buck Bagby (1855-1939) e Anne Luther Bagby (1859-1942), Zachary Clay Taylor (1851-1919) e Kate Stevens Crawford Taylor (1862-1892), em companhia do ex-padre Antônio Texeira de Albuquerque, batizado em Santa Bárbara D'Oeste, fundam a Primeira Igreja Batista do Brasil em Salvador (Bahia), a qual, portanto, nasce de um projeto oficial de integrantes da Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. Tal posição foi oficializada pela CBB em 1962<sup>220</sup>. Todavia, a convenção não

<sup>215</sup> STEPHANNINI; BROTTTO, 2018. p. 432.

<sup>216</sup> MENDONÇA, 1984. p. 57-59; p. 93-94; p. 96.

<sup>217</sup> MENDONÇA, 1984, p. 58.

<sup>218</sup> MENDONÇA, 1984, p. 20-22.

<sup>219</sup> DREHER, Martin N. *A Igreja Latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 256.

<sup>220</sup> PEREIRA, J.R.,1979, p. 309 *apud* YAMABUCHI, 2009. p. 77.

menospreza as igrejas de Santa Bárbara d'Oeste. De fato, as igrejas de 1871 e 1879 impulsionaram a criação da igreja de 1882, conforme destaca Mendonça.<sup>221</sup>

A partir das primeiras duas igrejas de Santa Bárbara D'Oeste e especialmente a partir da semente lançada em Salvador, a Denominação Batista espalhou-se por várias outras cidades brasileiras, várias outras Igrejas foram organizadas, como: a Primeira Igreja Batista (PIB) do Rio de Janeiro (24/08/1884); a PIB Maceió - AL (17/05/1885); a PIB Recife - PE (04/04/1886); PIB de Alagoinhas - BA (1888); PIB de Valença - BA (1889); PIB de Juiz de Fora - MG (02/1889)<sup>222</sup>. Os batistas multiplicavam-se em terras brasileiras, em função de seus esforços e estratégias missionárias no território nacional, influxos migratórios<sup>223</sup> e condições histórico-políticas. Segundo Azevedo, ao longo da expansão dos batistas foram organizando sua estrutura eclesiástica nacional, “em torno de juntas executivas setoriais, mantida a independência de cada igreja local, segundo o princípio batista”<sup>224</sup>, a fim de auxiliar as igrejas locais na captação e treinamento de novos métodos. Explica Azevedo

Este apoio se restringiu praticamente a duas estratégias: a manutenção de um programa de publicações (livros, jornais, revistas, Bíblias e hinários) e a instituição de um programa de formação de líderes (através de estabelecimentos regulares de ensino, como seminários e institutos). Cedo, porém, também se pretendeu atingir localidades, nacionais e internacionais, não alcançáveis por uma igreja local, razão pela qual surgiram duas entidades voltadas para este fim: uma para cuidar da evangelização nas áreas [...] fora do âmbito das igrejas locais e outra para remeter missionários a países estrangeiros, como forma de realizar o *slogan* ('o campo é o mundo') inspirado num mandamento bíblico ('ide por todo o mundo').<sup>225</sup>

Nesse sentido, como a atuação dos missionários protestantes batistas norte-americanos teve um traço marcadamente proselitista, tendo fixado suas bases nos motivos teológicos ligados à conversão e à piedade individual, os batistas brasileiros, os quais também entendem possuir como tarefa a “salvação” dos ‘pagãos’<sup>226</sup>, conservaram tais características missionárias e expansionistas.

De fato, segundo o último censo IBGE, datado de 2010, os batistas são hoje o grupo “evangélico de missão”, segundo a nomenclatura utilizada na referida pesquisa, mais numeroso

<sup>221</sup> MENDONÇA, 1984. p. 26.

<sup>222</sup> LEITE, Jônatas C. *A Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, sua história e intertextos*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014.

<sup>223</sup> Entre tais influxos é importante mencionar, mesmo que de passagem, as imigrações de batistas da Letônia, que chegam ao país em 1890 e já em 1892 fundam a Primeira Igreja Batista Leta em Rio Novo, Santa Catarina. CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos*. São Paulo: Vida Nova, 1990, p. 371.

<sup>224</sup> AZEVEDO, Israel Belo de. *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*. São Paulo: Vida Nova, 2004. p. 193.

<sup>225</sup> AZEVEDO, 2004, p. 193.

<sup>226</sup> MENDONÇA, 1984, p. 57.

do Brasil. No censo de 2000 o grupo contava com 3.162.691, enquanto no último são registrados 3.725.853 membros<sup>227</sup>. Os batistas são o grupo de protestantes históricos que mais cresce no Brasil. Pereira e Freire de Sá atribuem tal crescimento ao “governo congregacional, cooperação na missão, foco evangelístico, forte identidade denominacional e uso dos modernos meios de comunicação”, aos princípios e aspectos da história batista no Brasil<sup>228</sup>. Vale ressaltar, no entanto, que há uma disparidade entre tais números e os números de fiéis registrados nas duas maiores convenções batistas brasileiras, a Convenção Batista Brasileira e a Convenção Batista Nacional, que juntas representam apenas 57% dos batistas brasileiros, ao tomar por referência os números do censo 2010 e os dados oferecidos pelas convenções, conforme ressaltam Pereira e Freire de Sá<sup>229</sup>. De fato, os batistas são um grupo plural e heterogêneo de cristãos, o qual se constitui de forma tão diversa devido a muitos fatores, tanto de ordem social quanto eclesiológica e doutrinária, como ao próprio princípio batista de autonomia da igreja local, conforme ressalta Gonçalves de Alvarenga<sup>230</sup>.

Esta pesquisa tomou por referência somente a CBB, pois a Junta de Missões Nacionais e, conseqüentemente, o projeto Cristolândia estão vinculadas a ela. De fato, as missões batistas nacionais fortalecem-se especialmente com a criação da Convenção Batista Brasileira de 1907, em Salvador.

Como visto anteriormente, a formação de organizações de cooperação é uma característica histórica da denominação. Tal característica convive com o princípio de autonomia das Igrejas locais, as quais são livres para escolher participar ou não da CBB e de seus projetos. A Convenção Batista Brasileira é responsável por coordenar diversos empreendimentos que não seriam possíveis com as igrejas isoladas. As atuais Junta de Missões Nacionais (JMN) e a Junta de Missões Mundiais (JMM), criadas em 1907 junto da CBB como “Junta de Missões Domésticas” e “Junta de Missões estrangeiras”<sup>231</sup>, respectivamente, nascem para fins de evangelização e até hoje seguem com tal objetivo central como a tônica de seus discursos institucionais. Apesar dos diversos projetos sociais vinculados a JMN, a junta não surge como instituição beneficente ou de assistência social nem se compreende, em última

<sup>227</sup> PEREIRA, Adair Nelo; FREIRE DE SÁ, Maria do Socorro. Os batistas e o crescimento evangélico. *Revista Summae Sapientiae*, v. 1, n. 1, p. 140-165, 2018. p. 145-146.

<sup>228</sup> PEREIRA; FREIRE DE SÁ, 2018, p. 161.

<sup>229</sup> PEREIRA; FREIRE DE SÁ, 2018, p. 146.

<sup>230</sup> ALVARENGA, Leonardo Gonçalves de. *Os batistas em movimento: um estudo da dinâmica sociorreligiosa de batistas no Brasil: o exemplo de Macaé-RJ*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Departamento de Teologia e Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. O autor examina dentre os fatores da diversidade religiosa dos batistas os fenômenos de pentecostalização de igrejas batistas e o aumento das igrejas independentes, desvinculadas das grandes convenções nacionais.

<sup>231</sup> REDAÇÃO JMM. *Eventos*. JMM faz 113 anos. 16 jun. 2020. [n. p.]. [online].

instância, desse modo. Em seu site oficial lemos a seguinte autodescrição, a qual menciona os projetos sociais mais como meios do que como fins, na medida em que “a razão de existir” da JMN seria a evangelização, a multiplicação de fiéis:

Ligada à Convenção Batista Brasileira. Desde a sua criação, em 25 de junho de 1907, Missões Nacionais, sociedade civil de caráter religioso sem fins lucrativos, tem levado dignidade a inúmeras vidas por meio do desenvolvimento de projetos sociais. Tendo Jesus Cristo como exemplo e atenta à dinâmica das necessidades da população brasileira, a organização mantém mais de 400 projetos com 912 missionários que realizam ações evangelísticas e humanitárias, plantam igrejas e transformam vidas por todo território do Brasil. Tem a missão de multiplicar discípulos e esta é sua razão de existir.<sup>232</sup>

A Declaração da CBB está dividida em 19 temas ou doutrinas. Cada um dos tópicos é constituído por concisas exposições doutrinárias, seguidas dos trechos bíblicos que as fundamentam. Dentre as dezenove doutrinas, destaca-se aqui a décima sexta, da “Ordem Social”<sup>233</sup>, importante para a compreensão do discurso institucional das Missões Nacionais e, por conseguinte, da Cristolândia. Citamo-la integralmente a seguir:

Como o sal da terra e a luz do mundo, o cristão tem o dever de participar em todo esforço que tende ao bem comum da sociedade em que vive. 1 - Entretanto, o maior benefício que pode prestar é anunciar a mensagem do Evangelho; o bem-estar social e o estabelecimento da justiça entre os homens dependem basicamente da regeneração de cada pessoa e da prática dos princípios do Evangelho na vida individual e coletiva; 2 - Todavia, como cristãos, devemos estender a mão de ajuda aos órfãos, às viúvas, aos anciãos, aos enfermos e a outros necessitados, bem como a todos aqueles que forem vítimas de quaisquer injustiças e opressões; 3 - Isso faremos no espírito de amor, jamais apelando para quaisquer meios de violência ou discordantes das normas de vida expostas no Novo Testamento.<sup>234</sup>

Vê-se que a beneficência a favor das “vítimas de quaisquer injustiças e opressões” é uma doutrina expressa na Declaração Doutrinária da CBB. No entanto, tal noção deve ser compreendida em articulação com outros dois pontos importantes da identidade dos batistas brasileiros, isto é, a finalidade última da JMN, centralizada na evangelização antes do que nas ações beneficentes em si mesmas, e, por outro lado, a centralidade do indivíduo e de sua regeneração no aprendizado e prática dos princípios cristãos evangélicos, especialmente no que se refere a doutrina da salvação<sup>235</sup>. Na décima sexta doutrina, da Ordem Social, fica claro que, para a Declaração Doutrinária da CBB, “o maior benefício que [se] pode prestar é anunciar a

<sup>232</sup> JUNTA DE MISSÕES NACIONAIS, *Quem somos*. [s.d.]. [online].

<sup>233</sup> CONVENÇÃO BATISTA. *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasil*. [s.d.]. [online].

<sup>234</sup> CONVENÇÃO BATISTA. *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasil*. [s.d.]. [online].

<sup>235</sup> “A salvação é individual e significa a redenção do homem na inteireza do seu ser”. Cf. CONVENÇÃO BATISTA. *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasil*. [s.d.]. [online].

mensagem do Evangelho”, isto é, a ação beneficente é antes de tudo, para eles, a ação evangelizadora, de modo que o bem estar social está antes condicionado a “regeneração” espiritual dos indivíduos segundo os princípios cristãos esposados pela denominação. Conforme explica Mendonça, tal ênfase no indivíduo caracteriza o protestantismo fruto das missões norte-americanas do século XIX, como é o caso dos batistas brasileiros.

Assim, no bojo das missões protestantes e expressos na pregação religiosa e, especialmente na educação, vinham o liberalismo, o individualismo e o pragmatismo. A responsabilidade pessoal diante de Deus, implícita na ideia de salvação individual, requer liberdade individual na busca e aceitação de princípios religiosos e, no caso protestante especialmente, no livre exame e interpretação privada da Bíblia.<sup>236</sup>

Portanto, a crença dos batistas parece apontar mais para conversão e transformação do indivíduo do que para um indivíduo que possa mudar a sociedade. Não há explicitamente uma proposta direta de transformação social, e sim a proposição de que é a mudança do indivíduo em Jesus Cristo que, conseqüentemente, o faz agir de modo beneficente, embora isso não necessariamente implique em um anseio por revoluções sociais. Pode-se concluir que do mesmo modo como, segundo Azevedo, “entre os batistas, a autonomia convive com a teonomia e mesmo com a eclesionomia”<sup>237</sup>, as obras sociais da Junta de Missões Nacionais da CBB convivem com a defesa da salvação individual e com o foco no indivíduo.

### 3.2 Projeto Cristolândia: análise de sua história, programa e discurso institucional

Este tópico consiste em uma apresentação da história do projeto Cristolândia e de seu programa através de documentos oficiais e de literatura especializada sobre o tema. Em seguida faremos, com apoio de diversas produções acadêmicas desenvolvidas acerca do projeto, uma análise da história, do programa e do discurso institucional da Cristolândia, tendo como outro parâmetro de análise os aspectos históricos, institucionais e doutrinários da CBB e dos primeiros batistas brasileiros discutidos nos tópicos anteriores. A análise do discurso institucional da Cristolândia terá por base principalmente o documentário “Uma Esperança”, produzido em 2014, o qual retrata um pouco da história, dos objetivos e do funcionamento da instituição; o site oficial do projeto e seu “Manual Operacional”<sup>238</sup>. Será ressaltada, sobretudo,

<sup>236</sup> MENDONÇA, 1984. p. 105

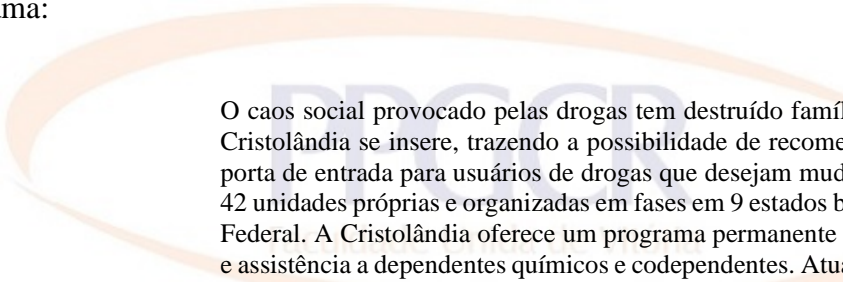
<sup>237</sup> AZEVEDO, 2004. p. 256.

<sup>238</sup> AREDE JÚNIOR, Fernando R.; AREDE, Idinalva A. R.; FELICIANO, Jaine S.; GRYCUK, Sérgio; GRYCUK, Márcia P.; GODÓI JÚNIOR, Celso B.; MACHADO, Humberto; MACHADO, Soraia M.O.; CIRINO, Alice C. B.; LAURINDO, Haniele A. *Ministério Cristolândia: manual operacional*. Rio de Janeiro: Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira. 2012.

a terminologia utilizada pela instituição na definição de seu trabalho e de seus objetivos. Com tal análise espera-se tornar possível uma articulação dos conceitos apresentados ao longo da revisão bibliográfica com aqueles apresentados na primeira parte desta dissertação, a fim de conduzir uma interpretação do trabalho da Cristolândia enquanto restituição da cidadania de indivíduos estigmatizados e socialmente excluídos. Tal articulação final será feita na conclusão.

### 3.2.1 A história do projeto Cristolândia: suas origens, constituição, abordagem e objetivos

A Cristolândia é uma Organização religiosa batista, vinculada a Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, iniciada em 2009 na cidade de São Paulo, cujo objetivo, nas palavras da organização, é o de levar “a mensagem transformadora do Evangelho de Jesus Cristo”<sup>239</sup> aos usuários da Cracolândia como forma de tratamento para a dependência química. No site oficial da ONG Cristolândia lê-se a seguinte definição e autocompreensão do programa:



O caos social provocado pelas drogas tem destruído famílias. É nesse cenário que a Cristolândia se insere, trazendo a possibilidade de recomeços. A Cristolândia é uma porta de entrada para usuários de drogas que desejam mudar de vida. Atendemos em 42 unidades próprias e organizadas em fases em 9 estados brasileiros, além do Distrito Federal. A Cristolândia oferece um programa permanente de prevenção, recuperação e assistência a dependentes químicos e codependentes. Atuamos alinhados às políticas públicas contra a dependência química, focando nossas ações na abordagem de rua, atendimentos presenciais, encaminhamentos para a rede socioassistencial, convivência em longa duração e processo de ressocialização do indivíduo. Deste modo, a proposta da Cristolândia é proporcionar o fortalecimento de vínculos e a ressocialização do indivíduo, transformando sua vida através do fortalecimento físico, emocional, intelectual e espiritual, visando sua reinserção social.<sup>240</sup>

Como se depreende do texto, a Cristolândia compreende sua razão de ser dentro de um contexto de “caos social” provocado pelas drogas, particularmente pelo *crack*, no qual a missão evangelizadora emerge como possibilidade de ofertar “recomeços” e “reinscrições” aos indivíduos excluídos da vida social devido à dependência química. No “Manual Operacional” do Ministério Cristolândia, publicado em 2012, a causa desse “caos social” é interpretada em termos de uma “epidemia”, pois a motivação da atuação da Cristolândia contra o *crack* é atribuída à “necessidade de combater a epidemia que vem se alastrando em nosso país, destruindo vidas e famílias, e aumentando a criminalidade e a violência nos grandes centros

<sup>239</sup> CRISTOLÂNDIA. *O que é a Cristolândia?*. [s.d.]. [online].

<sup>240</sup> CRISTOLÂNDIA, *O que é a Cristolândia?*. [s.d.]. [online].

urbanos”<sup>241</sup>. É interessante retomar o apontamento de Fromm, que afirma que a ideia de uma “epidemia de *crack*”, que se espalhou pelo Brasil entre 2005 a 2011, teria entrado em voga “a despeito da inexistência de dados estatísticos concretos”<sup>242</sup>, ou mesmo os levantamentos recentes que mostram que o *crack* não lidera tantos *rankings* de uso de drogas no país quanto se pode acreditar<sup>243</sup>. No entanto, isso não minimiza o problema da drogadição em *crack* e seus efeitos deletérios para a condição cidadã dos indivíduos que se encontram nessa situação. De fato, no contexto de 2009 a JMN e a CBB, por meio do projeto Cracolândia, entraram neste debate amplo sobre a propagação do *crack* nas grandes capitais e sua proliferação em meio aos moradores de rua.

Vale ressaltar que essa população é extremamente vulnerável a tal droga. Dentre as mudanças ocorridas nas últimas décadas no perfil da população em situação de rua está a inserção do *crack* dentre as drogas mais consumidas pelos jovens adultos, conforme demonstram algumas pesquisas da área<sup>244</sup>. O exposto intuito do projeto Cracolândia era o de articular uma resposta específica a questão da Cracolândia da região do bairro da Luz na capital de São Paulo que, aos seus olhos, não constituía somente um problema de saúde corporal, mas também espiritual, que deveria ser combatido através do evangelho. Tal percepção fica clara em um trecho do “Manual Operacional” do Ministério Cracolândia:

A perplexidade do cenário que se desdobra diante de nossos olhos faz-nos refletir sobre nossas ações e nossa responsabilidade, não somente social, mas também espiritual, que somos agentes de Deus, com uma tarefa bem definida por nosso Senhor Jesus Cristo: a de proclamar as Boas-Novas, de maneira integral, a todas as pessoas. O Brasil tem vivido os horrores decorrentes do consumo indevido de drogas e suas consequências. [...] É um grandioso desafio e precisamos dar as respostas com ações precisas e imediatas, combatendo o reino das trevas para apresentar a essas vidas o poder transformador de Cristo Jesus.<sup>245</sup>

<sup>241</sup> AREDE JÚNIOR; AREDE; FELICIANO; GRYCUK; GRYCUK; GODÓI JÚNIOR; MACHADO; MACHADO; CIRINO; LAURINDO, 2012, p. 11.

<sup>242</sup> FROMM, 2017, p. 21.

<sup>243</sup> Referência ao 3º *Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira* (Lnud). Para um breve comentário sobre o levantamento, conferir <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-revela-dados-sobre-o-consumo-de-drogas-no-brasil>. Acesso em: 10 ago. 2020.

<sup>244</sup> No último censo acerca da população em situação de rua de São Paulo foram aferidos os seguintes dados: 23,9% dos entrevistados declaram fazer uso de *crack* antes de morar nas ruas, enquanto 18,9% declaram fazer uso de *crack* após estarem em situação de rua. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo*. 2020. [online], p. 71-73). Sobre esse tema conferir também a) MELO, 2016. b) RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: UFSCar, 2016.

<sup>245</sup> AREDE JÚNIOR; AREDE; FELICIANO; GRYCUK; GRYCUK; GODÓI JÚNIOR; MACHADO; MACHADO; CIRINO; LAURINDO, 2012, p. 11

É certo também que tal empreitada foi vista como uma boa oportunidade para o trabalho de evangelização missionária, possibilitando a angariação de mais fiéis à fé cristã, a reconquista daqueles “irmãos afastados da igreja”, os quais compõem boa parte da população da Cracolândia Paulista<sup>246</sup>, ou mesmo o crescimento das igrejas batistas ligadas a CBB, ainda que o programa Cristolândia não exija a adesão a elas como parte do tratamento. Segundo o site da instituição o projeto surgiu em 2009 por iniciativa do diretor da JMN, o qual teria recebido um “chamado divino” quando presenciou um pouco das tristes cenas de degradação social na Cracolândia, chamado que o teria incitado a transformar as terras do *crack* nas terras de Jesus Cristo, ou, nas palavras da instituição, “transformar cracolândias em Cristolândias”:

Em 2008, o Diretor da Junta de Missões Nacionais, Pr. Fernando Brandão, perdeu-se no centro de São Paulo e acabou conhecendo a realidade da cracolândia. Deus o incomodou para que mobilizasse a Igreja para agir e transformar as cracolândias em Cristolândias. Em julho de 2009, a Cristolândia iniciou suas atividades, com abordagem pessoal, oferta de alimentação e corte de cabelo aos que estavam nas ruas, juntamente com uma palavra de esperança e fé, oferecendo encaminhamento para comunidades terapêuticas. Em março de 2010, foi inaugurada a primeira unidade da Cristolândia. Os serviços prestados expandiram-se, atendendo os usuários com café da manhã, banhos e cultos.<sup>247</sup>

Assim teria tido início as ações das Igrejas Batistas junto aos usuários de drogas na região central de São Paulo em 2009, momento em que o projeto ainda estava sob o nome de Radical Brasil Cracolândia. Seu objetivo expresso não era apenas o de ofertar alguma assistência e condições mínimas de sobrevivência aos usuários, como a alimentação, roupas e meios de higiene, mas sim o de prevenir e combater o “uso indevido”<sup>248</sup> de drogas através da evangelização dos dependentes químicos, a qual teria o potencial transformador capaz de curá-los, segundo a perspectiva do grupo religioso. Através dessa cura intencionava-se reinserir o indivíduo no seio familiar e na sociedade, restituindo a ele, inclusive, oportunidades de trabalho, estudo, lazer e convivência, elementos que interpretamos no primeiro capítulo desta dissertação enquanto condições para o exercício da cidadania.

Entre 2009 e 2010, início da implantação do projeto, um grupo de pesquisadores em etnografia urbana associados ao Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), em pesquisa coordenada por Heitor Frúgoli Jr., fez um trabalho de campo na região do bairro da Luz na capital paulistana. Oportunamente os pesquisadores presenciaram os primeiros

<sup>246</sup> “Por mais que não possua uma vida religiosa ativa, de uma maneira geral, o público-alvo é formado por pessoas que já estão familiarizadas com uma ‘cultura cristã’. Da perspectiva missionária, portanto, se trata muito mais do desenvolvimento de mecanismos de atração e retorno à vida cristã”. FROMM, 2014. p. 21.

<sup>247</sup> CRISTOLÂNDIA. *O que é a Cristolândia?*. [s.d.]. [online].

<sup>248</sup> CRISTOLÂNDIA. *O que é a Cristolândia?*. [s.d.]. [online].



momentos do projeto Cristolândia e conduziram sua análise etnográfica sobre a atuação da instituição logo em seus primórdios, a qual foi posteriormente publicada em artigo intitulado “Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz”<sup>249</sup>. Essa etnografia permite obter uma perspectiva “de fora” da instituição acerca do início de suas atividades.

Inicialmente quem abordava e oferecia ajuda aos usuários da Cracolândia eram os voluntários e missionários batistas, todos uniformizados com uma camisa amarela que estampava seu pertencimento ao grupo dos “Radicais Brasil”. A Radical Brasil é o programa de voluntariado da JMN, responsável pelo recrutamento, distribuição e manutenção dos missionários que se habilitam a prestar serviço voluntário por longos períodos, de um a dois anos, em um dos quatro campos de atuação dos radicais: Radical Sul; Radical Sertanejo; Radical Amazônia; Radical Cristolândia. A instituição fornece moradia e alimento aos seus colaboradores, os quais devem ser maiores de 18 anos, membros atuantes de uma igreja batista filiada à CBB e possuir no mínimo o Ensino Fundamental completo<sup>250</sup>. O curso dos radicais envolve um trajeto de experiências voluntárias de trabalho, aprendizado e capacitação profissional, e constitui um dos eixos pelos quais muitos “alunos” do projeto Cristolândia buscam reconstruir seus laços com o mundo do trabalho e das relações sociais. Segundo Arenari e Dutra:

O conteúdo de aprendizagem, como nos foi relatado, diz respeito majoritariamente a conselhos práticos que facilitem o convívio entre os missionários, pragmaticamente, evitando problemas de convivência; também são oferecidos treinamentos para atuar como missionários nas instituições, enfim, manuais práticos para a vida de missionário. Terminado esse curso o missionário pode ser encaminhado para as áreas de trabalho da igreja, inclusive para a Cristolândia, recebendo moradia (normalmente um apartamento ou uma casa em que morará numa ‘república’ de missionários dividida por gênero) e uma ajuda de custo para gastos pessoais. Os ‘radicais’ são a base da mão de obra das ‘missões’.<sup>251</sup>

Em setembro de 2009 os voluntários da Cristolândia estavam estabelecidos em tendas na Praça Júlio Prestes desenvolvendo atividades com os indivíduos em situação de rua da região, oferecendo conversas, aconselhamentos e serviços de higiene básica, como corte de cabelo, barba e unhas.<sup>252</sup> Segundo uma voluntária que teria atendido os pesquisadores, os trabalhos naquele ponto das ruas estavam acontecendo somente às quartas-feiras e todos os integrantes eram membros da Primeira Igreja Batista (PIB) sediada na Praça Princesa Isabel.

<sup>249</sup> SPAGGIARI, Enrico; RODRIGUES, Wesley Estradiote; Da FONSECA, Isadora Zuza. Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz. *Ponto Urbe*, vol.11, 2012, p. 1-28.

<sup>250</sup> MISSÕES NACIONAIS. *Radical Brasil*. [s.d.]. [online].

<sup>251</sup> ARENARI; DUTRA; 2016, p. 221.

<sup>252</sup> SPAGGIARI; RODRIGUES; FONSECA, 2012, p. 16.

O modo de abordar os moradores de rua e usuários de *crack* foi alterado pelo projeto logo no primeiro ano. Ao longo de 2009, sua abordagem partia dos voluntários e missionários aos usuários, quando os trabalhos eram desenvolvidos na Praça Júlio Prestes e imediações, e o oferecimento de comida ocorria em um salão da sede da PIB, na Praça Princesa Isabel. No entanto, logo os integrantes da Radical Brasil Cracolândia enfrentaram problemas com a permissão da Prefeitura para continuar com suas ações e tendas na praça pública. A partir desse fato viram a necessidade de providenciar outro espaço para atender os usuários. Em 2010, ocorre então a mudança no processo de abordagem dos usuários de *crack* e moradores de rua que perambulavam nas imediações da Estação Júlio Prestes. Um galpão na Al. Barão de Piracicaba foi reformado e destinado a ser “o quartel general dos radicais”, conforme relatou um dos voluntários à equipe de etnógrafos do GEAC-USP<sup>253</sup>. O projeto Radical Brasil Cracolândia passou então a denominar-se “Cristolândia”. Desse ponto em diante os agentes da Cristolândia não iam mais ao encontro dos usuários a serem “resgatados”, mas esperavam pela iniciativa deles em procurá-los na nova sede do Projeto<sup>254</sup>.

A sede da Cristolândia São Paulo conta com um largo galpão com um palco ao final, o qual funciona para os cultos; vestiários e banheiros para os banhos e trocas de roupa dos usuários atendidos, alojamento para a estadia dos assistidos nas primeiras fases do programa, muitas mesas e cadeiras para servir as refeições, conduzir os cultos e os trabalhos de triagem e atendimentos ao público. Sobre a fixação das atividades da instituição, é interessante o seguinte comentário dos etnógrafos que acompanharam seus primórdios em pesquisa de campo conduzida em 2009-2010.

O galpão alugado e reformado foi o passo definitivo que precisaram realizar em seu projeto de ‘transformar a cracolândia em Cristolândia’. É possível inclusive dizer que os desdobramentos da fixação de suas ações alteraram parte da dinâmica de deslocamentos dos usuários de *crack*. A fundação da Cristolândia concentrou um número considerável de usuários de *crack* nas proximidades, sobretudo pelas manhãs, no momento de distribuição de café da manhã. Começamos a observar que, conforme a repressão policial aumentava, os usuários eram obrigados a se dispersar, mas que, assim que a repressão arrefecia, a Al. Barão de Piracicaba voltava a ser um ponto de aglomeração. No entanto, existe um movimento de mão-dupla, já que os organizadores do projeto também nos afirmaram terem escolhido aquele local para fixação por ser reconhecido por eles como o de maior concentração de usuários.<sup>255</sup>

A pesquisa etnográfica sobre os primórdios da Cristolândia evidencia como a instalação da ONG na região da Cracolândia Paulistana alterou a trama institucional daquele espaço e os

<sup>253</sup> SPAGGIARI; RODRIGUES; FONSECA, 2012, p. 17.

<sup>254</sup> SPAGGIARI; RODRIGUES; FONSECA, 2012, p. 18.

<sup>255</sup> SPAGGIARI; RODRIGUES; FONSECA, 2012, p. 18.

trajetos de deslocamento dos próprios usuários de *crack*, dos quais muitos inseriram a passagem pelos galpão da Cristolândia em suas rotinas, mesmo que nem todos aderissem ao programa de recuperação oferecido pelo projeto e o utilizassem apenas como casa de assistência social.

Acerca desse aspecto é importante ressaltar que a Cristolândia tem expressa intenção em não ser compreendida como serviço assistencial, isto é, somente como um ponto de doações de comida e outros meios de vida. Segundo os etnógrafos, o Pr. Humberto teria afirmado algumas vezes que o objetivo central daquelas ações, desde o início, era a “salvação” e “conversão” dos usuários, não somente sua assistência<sup>256</sup>. Tal seria o aspecto distintivo da atuação da Cristolândia em relação a outras organizações similares. Para os etnógrafos: “para eles os banhos e refeições eram apenas ‘iscas’ para o objetivo de evangelizar. Pastor Humberto repetia sempre que o principal objetivo deles seria a criação de comunidades terapêuticas. Segundo ele, a Cristolândia seria uma ‘isca’, pois ‘dar comida todo mundo dá’.”<sup>257</sup>

Não obstante, para os integrantes da Cristolândia não há contradição entre o caráter estratégico do elemento assistencial de sua abordagem, seu intuito evangelizador, e o objetivo de recuperação dos usuários, na medida em que os integrantes do projeto compreendem a evangelização como meio de cura para a dependência química e a abordagem como estratégia de aproximação. Como é demonstrado pelo trabalho etnográfico do GEAC-USP anteriormente referido, com a aproximação possibilitada pela estratégia assistencial os agentes da Cristolândia logo passavam ao “acompanhamento psicológico”<sup>258</sup>, o elemento central de sua abordagem, que consistiria antes em um aconselhamento moral no qual o usuário era, naquela época, motivado à internação em casas de recuperação por conta da Cristolândia, pois o projeto inicialmente não contava com clínicas de recuperação ou comunidades terapêuticas próprias. O foco na recuperação não era, portanto, ofuscado pela intenção proselitista, pois mesmo por meio da abordagem evangelizadora os agentes se concentravam em ganhar a confiança do interlocutor e “trabalhar com a autoestima dos usuários, bem como tentar ficar amigos deles, para então poder intervir de alguma maneira, por exemplo, contatando a família”<sup>259</sup>, como teria dito Soraia para os pesquisadores.

O projeto Cristolândia é financiado por pessoas físicas e jurídicas, tanto através do apoio financeiro da CBB e da JMN, angariado através do Plano Cooperativo<sup>260</sup> das Igrejas batistas.

<sup>256</sup> SPAGGIARI; RODRIGUES; FONSECA, 2012, p. 18.

<sup>257</sup> SPAGGIARI; RODRIGUES; FONSECA, 2012, p. 18.

<sup>258</sup> SPAGGIARI; RODRIGUES; FONSECA, 2012, p. 17.

<sup>259</sup> SPAGGIARI; RODRIGUES; FONSECA, 2012, p. 27, nota 38.

<sup>260</sup> Segundo José Pereira, o Plano Cooperativo de manutenção do trabalho de missões da CBB foi apresentado a Convenção de 1957, aprovado em 1959, e seu objetivo era “garantir sustento das agências denominacionais

Graças a esses esforços coletivos das Igrejas é que projetos de grande porte como a missão Cristolândia podem se sustentar, ainda que as quantias advindas do Plano Cooperativo não sejam suficientes para subsidiar todo o projeto, especialmente a partir do momento em que ele se expande pelo Brasil. Assim, a Cristolândia complementa seu orçamento recebendo doações espontâneas de empresas e pessoas físicas interessadas. A instituição não recebe financiamento público.

Após a fixação da sede da Cristolândia em 2010, o projeto passa a constituir um programa mais bem estruturado e contar com uma rede própria de internação. Como dito anteriormente, no início o projeto terceirizava o tratamento, indicando outras instituições, tanto clínicas da rede pública quanto comunidades terapêuticas privadas, inclusive comunidades de cunho religioso distinto dos batistas. O projeto Cristolândia em seus primórdios verificou a necessidade não só da fixação de uma sede e da mudança de seus métodos de abordagem, mas também da construção de um programa e estrutura de internação e tratamento próprios, os quais pudessem se adequar aos seus princípios e objetivos. Uma vez elaborados o programa e a estrutura de tratamento, o projeto começou a se espalhar pelo território do país. Possui atualmente uma rede de tratamento e apoio com 42 unidades próprias em nove Estados brasileiros<sup>261</sup>. Tal expansão ocorre especialmente a partir dos incentivos da JMN, expandindo o trabalho de missões a ele associadas, mas também a partir da produção do “Manual Operacional do Ministério Cristolândia”<sup>262</sup>.

Outro momento importante para a expansão do projeto Cristolândia foram as consequências que se seguiram da chamada “Operação Sufoco”, ocorrida em 2012 na Cracolândia, que, como mencionado no segundo capítulo desta dissertação, foi uma das mais violentas e repressivas operações policiais na região. Deborah Fromm mostra que à época, no início de 2012, a sede da Cristolândia foi muito procurada como lugar de refúgio e abrigo por muitos usuários. Segundo uma missionária entrevistada pela pesquisadora, o atendimento teria triplicado, com cerca de 50 internações por semana, muito embora poucos que entraram nesse súbito pico de interesse pelo programa tenham persistido e continuado o percurso do tratamento por completo.<sup>263</sup> Tais eventos renderam ao projeto um alto ganho de notoriedade, especialmente

---

mediante contribuições regulares das igrejas, e não por contribuições esporádicas, sem base numa proposta orçamentária realista”. PEREIRA, 1979. p. 99.

<sup>261</sup> CRISTOLÂNDIA, *Quem somos*. [s.d.]. [online].

<sup>262</sup> “[...] a necessidade de expansão [da Cristolândia] deu origem ao presente manual, que se destina a orientar as ações de prevenção ao uso de drogas, acolhimento, assistência, recuperação e reinserção social de dependentes químicos”. AREDE JÚNIOR; AREDE; FELICIANO; GRYCUK; GRYCUK; GODÓI JÚNIOR; MACHADO; MACHADO; CIRINO; LAURINDO, 2012, p. 9. Inicialmente de distribuição interna, hoje o manual pode ser adquirido em lojas *online*.

<sup>263</sup> FROMM, 2017, p. 85.

quando diversos programas televisivos, em especial o *Globo Repórter* da Rede Globo<sup>264</sup>, procuraram a Cristolândia para divulgar a iniciativa. Conforme explica Fromm:

Com isso, a Cristolândia sentiu alguns efeitos positivos da realização da operação policial. Passou a ser mais conhecida em nível nacional e receber mais doações para além dos limites das igrejas batistas ou evangélicas de São Paulo. Pessoas não crentes também passaram a contribuir. O projeto expandiu muito na passagem de 2011 para 2012 e, nesse mesmo período, foram abertas novas casas de internação em Santana, Pedra Bela, Campinas e no centro do Rio de Janeiro. Com a maior divulgação do trabalho missionário batista, também políticos de diversas cidades passaram a se interessar pelo programa. Inclusive, após a operação de 2012, a coordenação da missão foi procurada pela Prefeitura para tentar estabelecer parcerias.<sup>265</sup>

Como dito anteriormente, a denominação batista tem como uma de suas características marcantes a defesa da separação estrita entre Igreja e Estado, de tal modo que a ideia de uma parceria com forças políticas, especialmente no sentido de receber financiamento público, poderia vir a romper com os princípios batistas. No entanto, tal característica da denominação não é impeditivo para a celebração de parcerias. Há registros de que os coordenadores do programa se abrem para a possibilidade de parcerias com o poder público<sup>266</sup>, mas somente na medida em que as incumbências de cada setor não se imiscuem e que a instituição religiosa permaneça independente e autônoma, com capacidade para gerir suas ações de acordo com seu programa, valores e objetivos.

Tal parece ser o caso quanto à parceria à época oferecida pela Prefeitura. Segundo uma das entrevistas realizadas pela pesquisadora com a então coordenadora da sede Cristolândia, Soraia Machado, as parcerias com o Estado oferecidas à época estavam direcionadas somente à retirada dos usuários das ruas do bairro, e não à reinserção daquelas pessoas na vida social: “Aí eles [os políticos] não querem fazer nenhuma parceria, eles só querem me ajudar a tirar. A tirar, eu não quero! Eu quero que ele me ajude na ponta”<sup>267</sup>. Como se depreende da fala da

<sup>264</sup> Um trecho do programa está hoje disponível na internet, no sítio *web Youtube*. (CRISTOLÂNDIA NO GLOBO REPÓRTER Plataforma *Youtube*. [s.d.]. [online]).

<sup>265</sup> FROMM, 2017, p. 86.

<sup>266</sup> Além desta oferta em torno de 2012, relatada por Fromm, podemos citar também as parcerias do Ministério Cristolândia com a Prefeitura de Guarulhos. Essas relações se iniciam em setembro de 2014, quando o juiz da Vara de Infância e Juventude protetiva e cível de Guarulhos, Iberê Castro, fez uma carta-ofício convocando as jurisdições nacionais da Igreja Batista para tratar de uma parceria de trabalho com os adolescentes que estavam sob o cuidado da vara e que apresentavam problemas com drogas. (MISSÕES NACIONAIS. *Crianças*. [s.d.]. [online]). A partir disso foi fundada a Cristolândia Criança, a qual hoje faz parte de um acordo de cooperação para a execução indireta do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescente (Saica) da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social da Prefeitura de Guarulhos. No acordo ficou estabelecido que não haveria contrapartida da administração municipal perante as igrejas batistas, conforme os princípios batistas. REDAÇÃO GUARULHOS HOJE. *Cidade*. Prefeitura faz parceria com instituição para acolhimento emergencial de crianças e adolescentes, 30 jan. 2020. [online].

<sup>267</sup> FROMM, 2017, p. 86.

coordenadora, o intuito das ações da Cristolândia não se resumiria simplesmente a retirar os usuários de *crack* as ruas da Cracolândia, mas sim redirecioná-los e reinseri-los na vida social garantindo-lhes o suporte para reconstruir suas vidas, recolocando-os no mercado do trabalho, oferecendo estudo e ocupações, religando-os com os laços familiares.

Tratar-se-ia, sobretudo, de fornecer aos “alunos” do projeto o direito de pensar um futuro para suas vidas, o qual lhes foi retirado devido a condição de extrema vulnerabilidade e consequente perda de vínculos sociais e afetivos na qual se encontravam. Como sustenta a presente dissertação, as ações da Cristolândia no resgate desse direito podem ser interpretadas como resgate da dignidade da pessoa social de seus alunos, o que seria feito através da oferta de cursos e trabalhos, da inserção nos círculos sociais geridos pela igreja, pelos centros de acolhimento e pelos centros de tratamento, e, principalmente, pelo programa de recuperação que procura intermediar a volta do cidadão à sociedade, acompanhando-o a longo prazo, após a saída do projeto, buscando prestar auxílio nas etapas de reconstrução de sua vida, ou concedendo credibilidade de integrar o trabalho da instituição na qualidade de missionário. Conforme comentam Arenari e Dutra acerca da vocação especial das instituições religiosas na abordagem e cuidado de indivíduos vulneráveis e vulnerabilizados, esse tipo de acompanhamento é fundamental para a reinserção efetiva na vida social: “no caso em questão, o de indivíduos com extrema desvinculação social, sua reintegração à vida social não pode obter sucesso, a despeito das crenças liberais, sem a participação intensa de uma instituição que opere como intermediária, oferecendo os ‘créditos sociais’ que o indivíduo não possui”<sup>268</sup>.

É possível notar, através do breve histórico traçado acima, que a Cristolândia surge em meio a um debate nacional acerca da expansão do uso de *crack* pelo país, contexto no qual a organização atua inicialmente com assistência social dedicada aos habitantes da Cracolândia Paulistana, mas desde logo pretendendo construir um modo de abordagem e acolhimento que pudesse ir além da assistência, e que propusesse um percurso de tratamento completo, visando tanto a retirada dos usuários e usuárias de *crack* das ruas quanto sua reinserção social, religando tais indivíduos a seus laços familiares, afetivos e sociais. Tais objetivos conjugaram desde o início as ações beneficentes com as missões de evangelização, ainda que a adesão à denominação batista nunca tenha sido um pré-requisito para a admissão dos assistidos pelo Projeto ou uma obrigação imposta após o acolhimento. Ao longo dos primeiros anos observa-se que a organização começa a se estruturar melhor física e institucionalmente, chegando a ganhar certa notoriedade na grande mídia. Dois eventos que marcam tal desenvolvimento são

---

<sup>268</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 217.

a criação da sede Cristolândia em São Paulo e o planejamento e sistematização do programa de tratamento, possibilitado por meio da redação do Manual Operacional do Ministério Cristolândia.

### 3.2.2 Análise do programa terapêutico do projeto Cristolândia: métodos, etapas e valores

No Manual Operacional do Ministério Cristolândia estão sistematizados os objetivos e regras de funcionamento do programa; métodos e modelos de abordagem, atendimento e tratamento; etapas e estratégias de implementação, orientações técnicas e jurídicas para a manutenção das unidades; e o perfil desejado para os membros da equipe de colaboradores e colaboradoras. Trata-se da “codificação” do programa por meio da qual se pode construir uma unidade da Cristolândia em qualquer lugar. Facilitar uma expansão das unidades do programa é uma das principais funções desse documento. A análise feita neste tópico se debruçará sobre o programa terapêutico proposto pela Cristolândia, as ações desenvolvidas ao longo de seu curso, nos discursos institucionais acerca dos objetivos e resultados do programa bem como nos discursos dos assistidos por ele no que tange à restituição das condições de cidadania. Outras fontes circunscrever-se-ão a publicações especializadas sobre o tema e textos, verbais e audiovisuais, produzidos pela própria instituição<sup>269</sup>.

O tratamento oferecido pela Cristolândia é gratuito, baseia-se em abordagem de abstinência total e na evangelização entendida como instrumento terapêutico<sup>270</sup>. O programa é dividido em três fases de tratamento, em regime de internato tanto nas unidades de missão próximas às Cracolândias quanto nos Centros de Formação Cristã (CFCs), as unidades de tratamento do programa, distribuídas em várias regiões do Brasil, geralmente em espaços rurais ou cidades do interior. Cada fase possui um período pré-determinado, mas pode variar dentro de certos limites, a depender de indivíduo a indivíduo. O ciclo inteiro do processo terapêutico tem duração de mais de nove meses, e é seguido de uma fase de acompanhamento pós-tratamento. Frequentemente há abertura por partes dos coordenadores para permitir que possam

<sup>269</sup> É importante ressaltar que, devido à natureza das fontes, especialmente no caso das pesquisas de campo conduzidas em diferentes anos pelos pesquisadores consultados, alguns procedimentos aqui atribuídos ao funcionamento da unidade sede da Cristolândia em São Paulo podem ter se alterado hoje em dia.

<sup>270</sup> Utilizamos o termo “terapia” e derivados em *latu sensu*, no sentido geral de cuidado com intenção de transformação ou cura. Segundo Renato Mezan, a palavra deriva do termo grego para “cuidado”, *therapeía*, que passa ao latim como “cura”. O campo semântico dessa palavra, utilizada de modo mais próximo de suas origens etimológicas, acolhe um feixe de significados que vão do “cuidado de um especialista que visa a melhoria”, “benefício ou transformação positiva de quem o recebe”, no caso da *therapeía*, ou o sentido de restabelecimento da saúde e elevação de substâncias “ao seu grau máximo de excelência”, no caso da cura latina. (MEZAN, R. Psicanálise e psicoterapias. *Estudos Avançados*, 10 (27), 1996, p. 98.)

habitar temporariamente em alguma das fases e/ou trabalhar como voluntário, havendo a possibilidade de contratação como missionário, cumpridas certas exigências formativas<sup>271</sup>.

Em entrevista de 2015 com a pesquisadora Ana Trigo para sua pesquisa de Mestrado acerca da Missão católica Belém e da Missão batista Cristolândia na cidade de São Paulo, Soraia Machado, figura relevante para a Cristolândia, resumiu da seguinte forma o programa do ministério:

Aqui [na Cristolândia] é a porta de entrada, na primeira fase nós tocamos cinco pontos: abstinência, resgate ao vínculo familiar, cidadania, raio-X clínico e levantamento das pendências judiciais. Depois de trabalhar esses cinco pontos a pessoa fica em média de seis a oito meses na primeira fase, depois ele passa por um processo avaliatório e vai pra segunda fase onde focamos capacitação e profissionalização. E essa é a fase maior até a gente trabalhar a terceira fase que é a reinserção social e a última fase, que é ele já fora, sendo assistido pela igreja mais próxima, que a gente chama da quarta fase.<sup>272</sup>

A primeira fase, denominada “Missão”, possui o foco nas ações de acolhimento, isto é, na retirada do usuário de seu contexto de rua, regularização de questões legais e de saúde mais básicas, a qual continua ocorrendo ao longo das outras fases, e aclimatação do indivíduo às regras e práticas do projeto. A segunda fase, desenvolvida no Centro de Formação Cristã 1, concentra-se na desintoxicação e na formação espiritual do “aluno” do projeto, isto é, procura-se conduzir atividades que contribuam para a manutenção e o fortalecimento da abstinência das drogas, assim como intensificam-se os estudos, práticas e treinamentos de formação e robustecimento da espiritualidade, elementos que também contribuem para o manejo das costumeiras crises de abstinência. Ao final desta fase o aluno é “graduado” e é considerado apto a encetar seu caminho de ressocialização de modo mais efetivo. A terceira fase ocorre no Centro de Formação Cristã 2 e está centrada nas ações de ressocialização, especialmente por meio de cursos profissionalizantes e estímulo aos estudos e planos para o futuro. Nessa fase, o Ministério Cristolândia busca articular com instituições intersetoriais externas a reinserção de seus alunos no mercado de trabalho, bem como fortalecer os laços familiares de seus alunos e estabelecer

<sup>271</sup> AREDE JÚNIOR; AREDE; FELICIANO; GRYCUK; GRYCUK; GODÓI JÚNIOR; MACHADO; MACHADO; CIRINO; LAURINDO, 2012, p. 30-31, 35-40.

<sup>272</sup> Entrevista de Soraia Machado concedida à Ana Trigo em 22/20/2015. Ana Trigo observa esse fenômeno em sua pesquisa na Cristolândia paulistana com ex-alunos e alunos em fase de conclusão, acerca do papel da espiritualidade no combate da dependência química e da impressão subjetiva que os indivíduos que passam pela Cristolândia, e também pelo projeto Missão Belém, vinculado à igreja católica, tem do impacto da religiosidade em seu processo de cura. TRIGO, Ana. “*Quando Deus entra, a droga sai*”: Ação da Missão Belém e Cristolândia na recuperação da dependência química na cracolândia de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Departamento de Teologia e Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 253.



vínculos com suas famílias no sentido de permanecer em contato com eles, seja por meio do próprio projeto, seja por meio das igrejas batistas.

Na primeira etapa, chamada fase “Missão”, os usuários e indivíduos em situação de rua, por iniciativa própria, acessam os pontos fixos da missão batista Cristolândia, como o galpão da Al. Barão De Limeira da cidade de São Paulo, e então fazem uso dos serviços oferecidos. No bojo da primeira etapa do programa, portanto, ocorrem as ações cotidianas da Cristolândia em seus estabelecimentos próximos às Cracolândias do país. Neles são oferecidas três refeições (café da manhã, almoço e jantar) e a possibilidade de corte de cabelo, banho e troca de roupa. Os interessados se apresentam de forma voluntária para receber os serviços assistenciais, em troca dos quais se solicita sua participação nos cultos.

Os cultos ocorrem diariamente antes de todas as atividades oferecidas pela instituição, de modo que os usuários só podem usufruir delas se assistirem aos cultos<sup>273</sup>. O estabelecimento dessa condição funciona como uma estratégia para dirimir a possibilidade de seus serviços serem utilizados em caráter meramente assistencial, uma possibilidade real, conforme mostra Fromm<sup>274</sup>, mas que preocupa muito a instituição, uma vez que ela compreende que serviços puramente assistenciais podem se tornar “muletas” para o vício, isto é, meios de ajuda que acabam por conservar os dependentes químicos em sua situação. Em sua perspectiva, a condição proporcionada por tais ações meramente assistenciais seria “cômoda” para os usuários, isto é, não importaria a necessidade de mudança radical de seus hábitos e comportamentos. Pode-se citar, a título de exemplo, as seguintes declarações de membros da equipe da Cristolândia paulistana que vão nessa linha de pensamento. A primeira citação é fruto da pesquisa de campo de Deborah Fromm.

Em conversa com duas radicais, Sílvia e Solange, sobre os aspectos apontados, a primeira afirmou em tom de brincadeira e revolta ‘dá muita raiva, são as mesmas pessoas que voltam todo dia, cê dá banho e eles voltam. Parece que a gente tá dando banho em porcos, a gente dá banho aí solta e eles voltam correndo pro celeiro. Pra eles é muito cômodo, tem comida, tem banho, moram ali na frente da missão’.<sup>275</sup>

Tal tema constitui um dos fios condutores da pesquisa de Fromm, uma vez que a pesquisadora pretende expor como ao longo dos anos, especialmente na última década, foi se constituindo uma trama institucional ao redor da região da Cracolândia Paulistana que realçou e intensificou seu caráter de “aporia urbana”, isto é, seu caráter paradoxal, notadamente por

<sup>273</sup> FROMM, 2017, p. 38.

<sup>274</sup> FROMM, 2017, p. 106-118.

<sup>275</sup> FROMM, 2014, p. 28.

concentrar ao seu redor tanto meios com o propósito de tratamento e saída das drogas quanto meios indiretamente utilizados, pelos próprios usuários da Cracolândia, como modos de manter as condições mínimas de vida sem precisar lidar diretamente com o desafio de combater a dependência química. A percepção de tal situação paradoxal do trabalho de assistência social a dependentes químicos pode também ser constatada na seguinte fala de Pr. Humberto Machado, concedida à Ana Trigo em sua pesquisa de campo feita na sede da Crisolândia em São Paulo, no ano de 2014.

As idas semanais à Crisolândia também renderam algumas confidências do pastor Humberto. Em um dia que ele pediu um mutirão de limpeza nos dormitórios e no depósito de roupas aos rapazes acolhidos, por conta de uma infestação de muquiranas, me chamou à sua sala: ‘me conta de você’. Falei rapidamente da minha formação e da minha pesquisa de mestrado. Sabe, às vezes eu fico cansado disso tudo. A gente tá sempre limpando e detetizando. Mas os irmãos acabam trazendo os bichos pra cá, coitados. [Faz uma pausa e respira fundo]. Acho que esse trabalho não dá resultado. Só tamos perpetuando o vício dessas pessoas, dando condições pra elas continuarem na droga, na rua.<sup>276</sup>

Vale mencionar que tal perspectiva não é exclusiva dos agentes da Crisolândia, ou mesmo de membros das instituições de cuidado e ajuda dedicadas aos usuários da Cracolândia Paulistana. Cleo, usuária entrevistada durante as pesquisas de mestrado de Fromm insiste no adjetivo “cômodo” para definir a situação criada pela trama institucional tecida em torno da Cracolândia<sup>277</sup>.

Segundo Fromm, no funcionamento cotidiano da Crisolândia, fichas cadastrais dos indivíduos assistidos são produzidas em diversos momentos do dia, sempre antes das refeições. Inicialmente, para as pessoas que desejam apenas receber o serviço assistencial oferecido, as perguntas são simples, requerem apenas informações sobre nome, idade, cidade de origem e moradia. Para aqueles que aceitem receber o acolhimento institucional do programa de tratamento da Crisolândia, há uma entrevista um pouco mais detalhada, na qual são angariadas informações acerca da história do indivíduo, suas experiências com as drogas, sua condição física, psíquica e espiritual, bem como seu histórico de passagens por clínicas de tratamento e comunidades terapêuticas. Nesse momento são apresentadas as regras de funcionamento dos Centros de Formação Cristã e o termo de aceitação do tratamento, a ser assinado pelo interessado<sup>278</sup>. Segundo o “Manual Operacional” do Ministério Crisolândia, ao longo desse

<sup>276</sup> Entrevista registrada no caderno de campo da pesquisadora em 19 de novembro de 2014. TRIGO, 2016, p. 51-52.

<sup>277</sup> FROMM, 2017, p. 97.

<sup>278</sup> FROMM, 2017, p. 113-144.

atendimento são traçados dois perfis gerais para categorizar os indivíduos que desejam adentrar o programa:

A partir do diagnóstico realizado nos atendimentos, duas categorias são definidas: se a pessoa é um usuário experimentador ou um dependente químico: Usuário é aquele que usa drogas esporadicamente (trabalha e tem família), mas se refugia nas drogas. Usa socialmente. Está em processo progressivo de se tornar um dependente químico. O usuário não precisa necessariamente ir para uma Comunidade Terapêutica. É necessário realizar um trabalho paralelo com a família. Dependente químico é aquele que perdeu completamente a noção de tudo, já abandonou ou perdeu a família, perdeu escola, já se entregou, perdeu o amor por si próprio (não toma banho, mora na rua e perdeu completamente os valores e a perspectiva de viver). É capaz de roubar a própria família. Somente quando está em um local para internação é que o dependente químico começa a rever os valores. Neste local, o dependente químico tem crise de abstinência e começa o processo de tentar resgatar os vínculos com a família e a sociedade.<sup>279</sup>

Conforme aponta Fromm, percebe-se que a instituição guarda uma concepção do uso de drogas que supõe um caminho progressivo, algo inexorável, do usuário esporádico ao dependente químico<sup>280</sup>, como é sugerido pela ideia de que o usuário “está em processo progressivo de se tornar um dependente químico”<sup>281</sup>. A concepção acerca do modo ideal de tratamento e da natureza da dependência química que pode ser entrevista nesse trecho do “Manual” também é interessante. A instituição entende que somente a abstinência total, possibilitada pela internação, pode pavimentar a via de tratamento para a dependência, além de parecer indicar que tal condição patológica tem uma dimensão moral em suas raízes, como se o dependente fosse, além de vítima da droga, vítima de certa distorção ou incorreção de seus

<sup>279</sup> AREDE JÚNIOR; AREDE; FELICIANO; GRYCUK; GRYCUK; GODÓI JÚNIOR; MACHADO; MACHADO; CIRINO; LAURINDO, 2012, p. 21. Vale ressaltar que, como em outros trechos do manual, há no excerto supracitado referência a comunidades terapêuticas como vias de tratamento. Isso se deve ao fato de que a Cristolândia inicialmente trabalhava em parceria com esse tipo de instituição, especialmente para tratar dos casos mais graves, categorizados como “dependência química”. No entanto, como citamos anteriormente, cerca de dois anos depois do início de suas atividades a Cristolândia já contava com seus Centros de Formação Cristã, momento a partir do qual a instituição procura se desvincular não só de comunidades terapêuticas alheias mas da própria ideia de que sua abordagem possa ser entendida como a mesma desenvolvida nesses espaços. Essa questão da autocompreensão institucional é um ponto central e recorrente no discurso institucional da Cristolândia, como veremos adiante.

<sup>280</sup> Foge à alçada desta pesquisa avaliar a pertinência de tal concepção acerca do estabelecimento da dependência química. No entanto, ainda que não possamos afirmar sua veracidade de modo universal, por falta de dados e fontes, pode-se constatar nos discursos de muitos ex-usuários e ex-dependentes químicos uma tendência que aponta para a validade, ao menos parcial, daquela asserção, no sentido de que o uso de drogas começa com substâncias mais leves, com uma regularidade mais flexível e esporádica, e tende a progredir a substâncias mais pesadas e uma frequência cada vez maior, mas não necessariamente percorre tal caminho. Muitos ex-usuários relatam esse tipo de trajeto em suas histórias individuais, como podemos observar nos seguintes trabalhos: TRIGO, 2016, p. 55-56; FROMM, 2017, p. 72-80; UMA ESPERANÇA. (*High Hopes*). Escrito, editado e dirigido por J. R. Bonavita. Streaming Vimeo. Brasil: Vimeo, 2014. [online].

<sup>281</sup> “[...] o programa de tratamento batista compartilha de uma abordagem evolucionista do consumo de drogas[...]”. (FROMM, 2017, p. 57).

“valores”, como o texto sugere ao afirmar que “somente quando está em um local para internação é que o dependente químico começa a rever os valores”.

Ao longo das atividades diárias no galpão da Cristolândia, e especialmente durante os cultos e aconselhamentos, os missionários convidam os interessados em adentrar o seu programa terapêutico a se apresentarem para o atendimento de triagem e acolhimento. O interessado passa por uma entrevista, como foi anteriormente mencionado. Nessa entrevista de acolhimento funciona também como uma triagem, onde é realizada uma avaliação médica da situação geral da saúde do indivíduo<sup>282</sup>, uma avaliação da situação jurídica e documental do interessado, pela qual a equipe de missionários e voluntários averigua se o indivíduo possui pendências legais que o impeçam de ser admitido no programa e verifica toda a documentação que ele possui, a fim de providenciar a produção dos documentos faltantes ao longo da estadia do sujeito dentro da instituição. Essa regularização cívico-legal prestada ao usuário que ingressa no programa é uma das principais ações da Cristolândia que contribuem para o resgate da cidadania dessas pessoas marginalizadas e estigmatizadas, pois assim elas podem retomar o usufruto de uma série de direitos dos quais estavam alijadas.

Caso tenha o perfil para continuar no processo, o indivíduo se torna *aluno* do projeto. Ainda na etapa “Missão”, o aluno é recebido como hóspede dentro das unidades próximas às Cracolândias, as sedes das Cristolândias. Iniciam-se o discipulado diário, os aconselhamentos individuais, os estudos bíblicos, os grupos de oração, além da participação nos cultos cotidianos. Com essas atividades, o que se busca é desenvolver a espiritualidade do indivíduo, especialmente sua “religação íntima” com o divino, algo bastante importante para as denominações protestantes, conforme discutiu-se no tópico anterior, e em especial para os batistas, uma vez que a fé e a responsabilidade individual perante ao divino são elementos centrais de sua concepção da salvação. Ao longo do processo, o usuário do programa também pode escolher livremente ser batizado como batista, mas não necessariamente precisa sê-lo. Durante essa fase de internato, o foco dos missionários é principalmente iniciar a busca pelos vínculos familiares dos recém-chegados ao programa, uma vez que os familiares assumem um papel importante no processo de recuperação. Todavia, visitas são proibidas nesse primeiro momento, uma vez que a abstinência é pré-condição para a aceitação do interessado no programa e o contato social pode ser um grande obstáculo para garanti-la. Essa fase pode durar de uma a quatro semanas.

---

<sup>282</sup> Em paralelo, e caso necessário, a pessoa é encaminhada para atendimento na rede de saúde, pois o projeto possui parcerias com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUS e a SUAS atuam disponibilizando tratamento de saúde físico e mental, como também atendimento psicossocial.

Na segunda e terceira fases, o aluno é enviado para os Centros de Formação Cristã (CFC), como são chamados os centros de recuperação da Cristolândia. A duração do tratamento dentro dos CFC's pode ter até 12 meses<sup>283</sup>. Dentro do CFC 1, o processo terapêutico está apoiado na “desintoxicação” do aluno e no aprofundamento de sua “formação cristã”. A localização dos familiares e a regularização cívico-legal dos alunos prossegue acompanhada de ofertas de acompanhamento espiritual e psicológico, desempenhados por profissionais voluntários e missionários. Segundo Lidenilson Grego Neto, ainda nesta fase:

A formação cristã é continuada através de discipulado, da participação dos alunos nos cultos, de aconselhamento, de estudos bíblicos, de devocionais, de grupos de oração e de participação em grupos de Celebrando a Recuperação. O aluno ainda é introduzido na prática de canto coral para auxiliar no processo de ressocialização do mesmo. Eles começam a fazer parte do Coral da Cristolândia.<sup>284</sup>

É importante ressaltar que durante essa formação “espiritual” e aprendizado religioso, o objetivo é que o aluno aprenda a utilizar uma série de dispositivos terapêuticos contra recaídas e demais agruras do processo de cura. Entre estes, podem ser citados sobretudo a oração, o testemunho, o perdão, e, particularmente, a rotina cotidiana bem organizada e o compartilhamento de diálogos e depoimentos. Aqui são destacados os dois últimos.

A disciplina estabelecida na organização dos horários e tarefas do dia desempenha um papel terapêutico importante. Arenari e Dutra, ao comentarem os processos e métodos de cura utilizados pelo programa de tratamento da Cristolândia, ressaltam a importância dessa estruturação da vida ordinária e da organização do tempo cotidiano para a recuperação, avaliando seus efeitos na reconstrução da categoria de “futuro” dos dependentes químicos. Para os autores, o enfraquecimento da percepção processual e organizacional do tempo, tanto no sentido de tempo de “história de vida”, quanto no de tempo cotidiano, é uma característica importante e recorrente na população usuária de *crack*, população essa já anteriormente marcada pela “subintegração” e pelo “descolamento” social<sup>285</sup>, e posteriormente reforçada em sua exclusão social, em função da dependência química e da situação de rua. As rotinas, horários e compromissos estabelecidos no interior da instituição são as técnicas mais importantes na abordagem de recuperação da capacidade de se orientar no tempo, organizar o cotidiano, pensar o passado e, fundamentalmente, ser capaz de projetar e planejar futuros:

<sup>283</sup> AREDE JÚNIOR; AREDE; FELICIANO; GRYCUK; GRYCUK; GODÓI JÚNIOR; MACHADO; MACHADO; CIRINO; LAURINDO, 2012, p. 31.

<sup>284</sup> GREGO NETO, L. 2016, p. 45. Segundo o pesquisador, a “Celebrando a Recuperação” consiste em uma metodologia de partilha de experiências similar a de Irmandades Anônimas como os Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos.

<sup>285</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 202-203.

Há aí uma revolução na vida do sujeito no que se refere à categoria tempo, essa faceta da terapia é crucial no que diz respeito à reconstrução do sujeito como pessoa. Muitos dos que estão em tratamento proveem da vida nas ruas, mais o fato do consumo do *crack*, quadro este que tende a esfacelar a relação do sujeito com o tempo, engendrando uma baixa capacidade de organização racional do tempo, condição básica para inserção na vida moderna. Sem a construção de rotinas, horários e compromissos, o sujeito é lançado em uma hipertrofia do presente em relação à categoria de ‘futuro’.<sup>286</sup>

O efeito terapêutico da partilha dos testemunhos, por sua vez, é incentivado ao longo de todo o processo, especialmente na segunda parte e quando os (as) alunos (as) retornam como voluntários. Nesse momento, o indivíduo expõe sua trajetória das drogas à Cristolândia e dessa à “vida em Cristo”, como costumam dizer. Tal exposição envolve a confissão dos erros, o arrependimento, o perdão dos outros e de si, e especialmente a partilha dos sofrimentos. Esses, uma vez expressos e compartilhados, são recebidos e compreendidos pelos que ouvem, pois as experiências frequentemente são bastante comuns. Pode-se dizer, em certo sentido, que o programa conta não só com a *Palavra* divina do Evangelho como meio de cura, como dizem seus representantes, mas também com a palavra humana, por assim dizer, como forma de tratamento, presente nas falas do testemunho. O processo pode ser entendido como semelhante à cura pela fala propugnada pela psicanálise e pela psicoterapia, isto é, como algo análogo ao método catártico. Conforme explica Roudinesco, o método catártico é o procedimento terapêutico pelo qual um sujeito consegue eliminar seus afetos patogênicos e, então, por abreação<sup>287</sup>, acaba por reviver os acontecimentos traumáticos a eles ligados em nova perspectiva, possibilitando assim a sua eliminação através da fala<sup>288</sup>. Portanto, segundo tal abordagem a rememoração de episódios traumáticos a partir da fala e sua expressão verbal compartilhada podem gerar novas compreensões acerca das memórias redescobertas, ressignificações que, no caso dos alunos e alunas do projeto, contribuem para que eles possam perdoar a si próprios e reformular suas vidas a partir do tratamento oferecido na instituição. Conforme explica Rui: “A partir dessa lembrança é que o tratamento tem êxito, que as ideias de doenças e de adicção se concretizam e que se almeja a possibilidade de viver sem drogas. De alguma maneira, a recuperação se dá através das palavras, da lembrança de determinados fatos e do comprometimento por parte dos adictos de que esses atos não mais acontecerão”.<sup>289</sup>

<sup>286</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 219-220.

<sup>287</sup> Trata-se de um termo técnico da psicanálise, definido por Roudinesco como um processo de descarga emocional que, liberando o afeto ligado à lembrança de um trauma, anula seus efeitos patogênicos. Cf. ROUDINESCO, E; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 03.

<sup>288</sup> ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 107.

<sup>289</sup> RUI, 2014, p. 101.

A desintoxicação, outra parte central do tratamento desta fase, seria conquistada através da reclusão, da abstinência, das atividades de cultos e estudos bíblicos, da laborterapia e de atividades físicas, processos pelos quais os (as) alunos (as) desenvolvem suas habilidades socioemocionais e praticam os princípios de formação aprendidos ao longo da primeira fase do tratamento. O fato de que tanto o CFC1 quanto o CFC2 geralmente são localizados em zonas interioranas, distantes de grandes capitais e centros urbanos é também parte da estratégia para impedir, tanto quanto possível e na medida do consentimento dos alunos e alunas, o contato com o mundo externo, ao menos enquanto as crises de abstinência possam se estabilizar. No entanto, na segunda e terceira fases as visitas de familiares são permitidas e mesmo encorajadas, desde que ocorram dentro dos CFCs e sejam previamente agendadas com os coordenadores e coordenadoras. Durante essas visitas, os familiares são aconselhados pelos missionários em liderança, pois compreende-se que o sofrimento do familiar o qualifica como um “codependente”.

Ainda na segunda fase do tratamento, os(as) voluntários(as) e funcionários(as) da Cristolândia procuram resolver pendências documentais e legais dos alunos e alunas, especialmente porque ao longo desta etapa deseja-se que o(a) aluno(a) descubra suas potencialidades a serem desenvolvidas pelos cursos profissionalizantes e pelos estudos desenvolvidos na última etapa do percurso, a qual pretende encaminhar o indivíduo para um retorno à sociedade civil, especialmente para o trabalho e para os estudos, munido de seus documentos e de preparo para exercer sua cidadania de modo responsável. Segundo Arenari e Dutra, a segunda etapa do programa da Cristolândia e as seguintes:

[...] apresentam diferenças ainda mais significativas com os modelos laicos, cuidando não só da vida individual do sujeito, mas também de sua vida social. Isso ocorre quando o sujeito é incorporado à rede de planejamento e inserção à vida social oferecidos pela Igreja. Nesse ponto, a constituição da família, carreira escolar-intelectual e profissional passam a também fazer parte da responsabilidade da igreja, e não simplesmente da escolha individual de um sujeito supostamente autônomo no mundo, assim a possibilidade de ‘longos futuros’ começa a se materializar.<sup>290</sup>

Ao final do percurso no CFC 1, o(a) aluno(a) é “graduado”, conforme a nomenclatura do “Manual Operacional” da Cristolândia, e então é enviado para a última fase no CFC 2. No CFC 2, o(a) aluno(a) é mais fortemente direcionado à reinserção social, fase na qual é intensificado o religamento dos vínculos familiares, e, quando possível, são iniciados ou aprofundados cursos de capacitação profissional e são estimulados os vínculos com outras

<sup>290</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 219.

instituições externas ao CFC e a Cristolândia, como as igrejas batistas, que prestam acompanhamento ao aluno em fase de conclusão de seu trajeto, ou mesmo com outras instituições de ensino ou trabalho, na medida em que o aluno é levado a pensar e buscar novos caminhos após o tratamento.

Neste momento, a intenção formativa da Cristolândia se expande para além de questões religiosas, espirituais, morais e comportamentais, direcionando-se para a educação formal e profissionalizante. O projeto oferece cursos de alfabetização, Educação de Jovens e Adultos, línguas e pré-vestibulares; cursos técnicos em panificação, corte e costura, cabeleireiro, informática, entre outras áreas, e são disponibilizados aos alunos uma biblioteca e videoteca. O objetivo comum é o de preparar o (a) aluno (a) para a reinserção social e, conseqüentemente, capacitá-lo para a independência. Configuram, assim, ações de busca pela restituição da dignidade humana que muitas vezes foi retirada pela dependência química, pobreza extrema e pelo abandono intelectual, os quais frequentemente alijam uma significativa parcela da população brasileira de certos direitos básicos de cidadania, entre eles, o direito de ler, de escrever e de concluir o Ensino Fundamental.

Estes cursos dependem das parcerias com empresas e instituições externas, bem como do voluntariado de profissionais dispostos a participar do projeto ministrando cursos em suas respectivas áreas. Por esse motivo, não é possível saber de antemão exatamente quais cursos são efetivamente oferecidos em cada um dos diversos CFCs espalhados pelo país. Ademais, também o encaminhamento dos alunos para o mercado de trabalho depende das parcerias do Ministério Cristolândia com empresas e instituições interessadas no projeto.

Após essas fases, o (a) aluno (a) não é imediatamente desligado (a) do projeto. A Cristolândia procura, então, estabelecer acompanhamento da reinserção na vida social por parte dos seus alunos e alunas, incentivando-os (as) a construir ou reconstruir suas famílias, buscar empregos e educação. Há, por exemplo, um fluxo constante dos alunos e alunas mais avançados no programa em retorno às primeiras fases, na função de voluntários. Sobre esse aspecto da dinâmica interna do programa da Cristolândia é valiosa a observação de Fromm:

Além disso, em todas as fases é trabalhada a ‘vocação’ dos que desejam seguir a carreira missionária, a qual, para além dos aspectos religiosos e espirituais, surge para muitos como uma fonte de estabilidade profissional e financeira. [...]. Há um fluxo de retorno dos alunos, após cumprir algumas fases do tratamento, à base do programa. Como consequência, cria-se um ciclo, em que muitos objetivam permanecer no projeto - seja em sua cidade de origem ou sendo encaminhado para abrir outras cristolândias em outros estados - visando uma profissionalização como missionário. A tendência do movimento é primeiro ser parte de uma turma do *radical* para,



posteriormente, talvez ser contratado como missionário da Junta de Missões Nacionais.<sup>291</sup>

De fato, faz inclusive parte da estratégia de abordagem e convencimento dos usuários da Cracolândia que o atendimento deles seja feito pelos(as) alunos(as) já “formados(as)”, ex-usuários de drogas recuperados pelas ações do projeto, pois suas trajetórias pessoais possuem o poder retórico de constituírem “exemplos vivos” dos resultados do programa<sup>292</sup>. Além disso, a partilha de trajetórias de vida similares fornece a esses voluntários importantes subsídios linguísticos, comportamentais e culturais para a articulação das ações de abordagem e convencimento dos usuários.

A presença de alunos já recuperados atuando, seja voluntariamente, seja na qualidade de missionário contratado, não só facilita o processo de identificação entre os dependentes químicos e os funcionários da Cracolândia, mas apresenta ao novo acolhido pelo programa chances de ascensão social na estrutura interna da instituição, pois constitui um exemplo real da possibilidade de saída da condição de rebaixamento social na qual se encontra quando adentra o projeto. Para Arenari e Dutra: “a subida na hierarquia institucional incute o distanciamento gradativo da dor emocional ligada à experiência traumática. Isso também tem a ver com uma reconstrução narrativa-discursiva que se refere a um ‘passado’ diretamente relacionado a uma situação presente de busca por reconstrução”<sup>293</sup>.

É importante ressaltar também que muitos dos alunos e alunas formados(as) desejam não só operar enquanto radicais, isto é, voluntários através do programa Radical Brasil, mas almejam também serem contratados como missionários, de modo a conquistar um posto fixo de trabalho que conjugue seu desejo de retribuir com sua necessidade de se reinserir profissionalmente na sociedade. Tal carreira de missionário(a), envolve uma formação intelectual específica, que envolve cursos de capacitação, e uma carreira profissional regular, com remuneração. Essa remuneração, segundo Arenari e Dutra, pode inclusive funcionar como bolsa de estudos quando o indivíduo entra em formação avançada para a carreira de missionário(a). Segundo os autores, são fornecidos para o indivíduo interessado em adentrar tal carreira: “a entrada no Centro Integrado de Educação e Missões, CIEM. Cursos, ‘graduações’ e ‘pós-graduações’ são oferecidos em ‘missiologia’ e outras atividades ‘missionárias’ ligadas

<sup>291</sup> FROMM, 2014, p. 23.

<sup>292</sup> TRIGO, 2016, p. 20.

<sup>293</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 207.

ao trabalho dentro da Igreja. [...] uma outra possibilidade é o ingresso no seminário para estudar teologia e seguir a carreira de pastor”<sup>294</sup>.

Todo o programa da Cristolândia, após a fase inicial de acolhimento, se desenvolve sob a premissa da abstinência total. Em contraposição a outras abordagens, como a da Redução de Danos, o processo de recuperação da dependência química se desenvolve a partir da completa “desintoxicação” do usuário desde o momento em que aceita adentrar o programa da Cristolândia. Vale ressaltar ainda o caráter radical de tal opção pela abstinência total, pois ao adentrar as etapas do programa o(a) aluno(a) não pode ter contato com quaisquer substâncias medicamentosas, com exceção daquelas que forem prescritas por um médico. O programa não contempla o uso de medicamentos para o tratamento das crises de abstinência comumente sofridas pelos usuários, especialmente no início dos processos de recuperação, devido a uma concepção segundo a qual utilizar fármacos contra a dependência química seria substituir uma dependência por outra.

Para a Cristolândia, os únicos “medicamentos” administrados no programa terapêutico seriam aqueles instilados pelos dispositivos de evangelização, isto é, pelo texto bíblico, discipulados e cultos. Nesta análise, todavia, ressalta-se que, para além das orientações relativas à valores e comportamentos, bem como dos tratamentos de saúde corporal e psicológica oferecidos ao longo do programa, a Cristolândia também procura desenvolver ações de resgate da cidadania de seus alunos e alunas, buscando religá-los a vínculos familiares, auxiliando-os com a recuperação de documentos, e possibilitando o estabelecimento de vínculos com instituições de ensino e trabalho durante e após o tratamento. Desse modo, pode-se concluir com apoio de Arenari e Dutra, que casos de sucesso na diminuição do uso e mesmo na suspensão completa do contato com o *crack*, ao longo desse tipo de tratamento oferecido pela Cristolândia, são possíveis mesmo sem a aplicação de medicamentos, uma vez que ocorra o enfrentamento da “patologia social”<sup>295</sup> mais importante, que é muitas vezes agravada pelo uso abusivo do *crack*, isto é, a destruição cumulativa da condição de *pessoal social*, levando os indivíduos gradativamente a uma condição de irrelevância para as principais instituições sociais.

---

<sup>294</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 221.

<sup>295</sup> ARENARI; DUTRA. 2016, p. 206.

### 3.2.3 Análise do discurso institucional da Cristolândia: a questão das Comunidades Terapêuticas

Ao longo deste capítulo a análise do discurso institucional da Cristolândia foi um dos eixos percorridos para diagnóstico dos valores, pressupostos e objetivos dessa instituição religiosa. Neste tópico será discutida especificamente uma característica peculiar que por vezes sobressai nesse discurso institucional, a saber: o afastamento com relação a identidade das “Comunidades Terapêuticas”.

O “saber dos princípios cristãos” e a “*Palavra do Evangelho*” teriam, para a instituição, um “poder de cura” suficiente para lidar com a dependência química. A esse aspecto do programa liga-se o caráter expressamente *pedagógico* do processo terapêutico proposto pela Cristolândia, o qual propõe aos alunos e alunas uma formação moral calcada em princípios cristãos, e uma reeducação de hábitos, especialmente no que tange a disciplina e as regras do cotidiano, pois durante o internato, os horários de acordar, trabalhar, estudar, orar, dormir, bem como as tarefas e demais atividades são organizados e previamente esquematizados. A então coordenadora do programa batista, Soraia Machado, deu uma declaração à pesquisadora Deborah Fromm que vai nesse sentido, ao afirmar, em nome da instituição: “nós não somos clínica, não trabalhamos com nada medicamentoso. Nós não somos casa de recuperação. Nós não trabalhamos na linha de casa de recuperação, nem comunidade terapêutica. Nós somos um programa pedagógico. É todo educacional. Todo o processo do programa é educacional.”<sup>296</sup>

É uma constante entre líderes das cristolândias afirmações como a de Soraia, segundo as quais as unidades de tratamento da Cristolândia não são centros de recuperação, nem clínicas de reabilitação, mas sim igrejas ou centro de formação cristã. Seria interessante encetar uma reflexão a respeito desse discurso institucional que deseja se afastar das “comunidades terapêuticas” e clínicas de reabilitação. De modo geral, essa estratégia parece um modo de afirmar a diferença e singularidade da proposta terapêutica<sup>297</sup> da Cristolândia. No entanto, mesmo que seja fácil compreender as razões pelas quais a instituição não reivindica o *status* de “clínica de reabilitação”, pois se o fizesse teria de se adequar a uma série de normativas técnicas do ramo da saúde que fogem à sua alçada, parece um pouco mais difícil discernir a razão da busca pelo afastamento da ideia de comunidade terapêutica, especialmente se considerada a

<sup>296</sup> ARENARI; DUTRA. 2016, p. 17.

<sup>297</sup> Como dito anteriormente, utilizamos o termo “terapia” e derivados em *latu sensu*, isto é, no sentido geral de cuidado com intenção de transformação ou cura.

legislação recente que exime tais organizações das responsabilidades e requisitos impostos ao funcionamento de instituições de saúde.

A resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015, que regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), o funcionamento das comunidades terapêuticas, compreende-as como entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa. Para a lei, tais instituições “não são estabelecimentos de saúde, mas de interesse e apoio das políticas públicas de cuidados, atenção, tratamento, proteção, promoção e reinserção social”<sup>298</sup>. Seguem citadas abaixo as características centrais elencadas pela referida resolução para definir uma comunidade terapêutica:

I - adesão e permanência voluntárias, formalizadas por escrito, entendidas como uma etapa transitória para a reinserção sócio-familiar e econômica do acolhido; II - ambiente residencial, de caráter transitório, propício à formação de vínculos, com a convivência entre os pares; III - programa de acolhimento; IV - oferta de atividades previstas no programa de acolhimento da entidade, conforme previsão contida no art. 12; V - promoção do desenvolvimento pessoal, focado no acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade com problemas associados ao abuso ou dependência de substância psicoativa.<sup>299</sup>

O legislador entende que entidades que executem serviços e procedimentos de natureza clínica, distintos dessas características acima elencadas, devem observar as diretrizes e normas sanitárias da saúde. No entanto, há certas obrigações legais que devem ser obedecidas pelas comunidades terapêuticas. Apesar da Cristolândia, na medida em que não almeja ser uma comunidade terapêutica, não estar submetida a tais obrigações, verifica-se que seu funcionamento está de acordo com boa parte das regras estabelecidas nesta legislação.<sup>300</sup> De fato, a Cristolândia poderia, sem necessidade de drásticas alterações em seu programa, adequar-se a todas as obrigações legais referentes ao funcionamento de comunidades terapêuticas se assim desejasse. A razão dessa recusa, portanto, parece residir fora do âmbito técnico legal.

<sup>298</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Conselho Nacional de Políticas sobre drogas. Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015. [Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas]. [online].

<sup>299</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Conselho Nacional de Políticas sobre drogas, Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015. [Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas]. [online].

<sup>300</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Conselho Nacional de Políticas sobre drogas, Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015. [Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas]. [online].

Não obstante, há casos pontuais em que a instituição utiliza tal nomenclatura. No início do projeto, como afirmado anteriormente, havia no horizonte da instituição a criação de “comunidades terapêuticas” próprias, como afirmou o Pr. Humberto Machado, então coordenador da sede São Paulo, aos etnógrafos que ali conduziam pesquisa de campo. Ademais, a instituição parece aceitar “comunidades terapêuticas” em meio a suas unidades de tratamento, como foi possível observar ao analisar o documentário “Uma Esperança” (*High Hopes*), recente produção audiovisual produzida oficialmente para a instituição por meio da JMN da CBB, na qual pode-se entrever o nome de uma das unidades do Rio de Janeiro: “Comunidade terapêutica Élcia Barreto Soares”<sup>301</sup>. Portanto, se for analisado o discurso institucional da Cristolândia em pontos distintos de sua história, pelas falas de seus coordenadores e responsáveis, pode-se constatar algum grau de instabilidade terminológica a respeito do modo como devem ser entendidos os centros das atividades de tratamento propostas pelo programa.

No entanto, tais casos parecem configurar exceções, pois percebe-se esforço coletivo desempenhado no discurso da instituição para afirmar sua diferença com relação às CTs, mesmo que seu funcionamento seja, de fato, bastante similar em relação a essas<sup>302</sup>. De fato, se observadas as definições acerca do modo como deve se desenvolver a convivência como via terapêutica nas CTS, de acordo com o “Manual de Orientação para Instalação e Funcionamento de Comunidades Terapêuticas no Estado de São Paulo, do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas”, percebe-se que a Cristolândia se encaixa em todas elas, inclusive no que tange ao seu caráter *pedagógico*, anteriormente mencionado.

A convivência na CT é um método para transformação dos hábitos e visão de mundo. As pessoas que se valem deste programa educam ou reeducam seu estilo de vida. [...] 3. A vida em comunidade é orientada por três princípios: Laborterapia – é a execução de trabalhos com significados terapêuticos e/ou execução de tarefas que desenvolvam autonomia, organização e responsabilidades nas atividades da vida diária e prática. Conscientização – visa despertar no residente a percepção de hábitos, comportamentos, pensamentos e sentimentos que comprometem a sua qualidade de vida, proporcionando também o desenvolvimento de habilidades para o resgate de valores e hábitos saudáveis. Espiritualidade - é a dimensão da pessoa humana que traduz a busca em alcançar a plenitude da sua relação com o seu bem estar espiritual na forma como cada um concebe.<sup>303</sup>

<sup>301</sup> UMA ESPERANÇA. (*High Hopes*). Escrito, editado e dirigido por J. R. Bonavita. Streaming Vimeo. Brasil: Vimeo, 2014. [online]. A fachada da unidade aparece em 24:27.

<sup>302</sup> Outras pesquisas acerca da Cristolândia chegam a conclusões como essa. TRIGO, 2016, p. 77; GREGO NETO, 2016, p. 43.

<sup>303</sup> SÃO PAULO. Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas. *Manual das comunidades terapêuticas 2014: orientação para instalação e funcionamento das comunidades*. [online]. p. 60-61.

É possível articular tal característica do discurso institucional da Cristolândia com um importante aspecto de sua história, particularmente de seus primórdios na cidade de São Paulo. Como dito anteriormente, no início o projeto terceirizava as fases de tratamento propriamente ditas, tanto encaminhando os indivíduos para clínicas da rede pública quanto indicando outras instituições, especialmente comunidades terapêuticas privadas de cunho religioso. Muitas delas tinham credo distinto dos batistas. Algumas eram vinculadas à Igreja Católica, outras ao Espiritismo ou mesmo a outras denominações evangélicas. Em entrevista concedida à pesquisadora Deborah Fromm em 2013, Soraia Machado explica que diversos problemas emergiram dessa terceirização, especialmente problemas ligados a desavenças de princípios religiosos e de tratamento. Citamos abaixo um trecho dessa entrevista:

Quando a gente foi percebendo que aquelas pessoas iam tendo afinidades conosco, nós íamos encaminhando pra casas de recuperação. Então, nós tínhamos esse serviço, mas era um serviço terceirizado. Aí o que aconteceu, nós percebemos que cada vez que essas pessoas iam pra casa de recuperação, pras comunidades terapêuticas, elas tinham muito conflito na parte religiosa também. Nós trabalhamos muito, acho que é imprescindível a parte de você com Deus. Cê vai ouvir sempre a gente falar isso, porque isso é o nosso foco. Até porque a gente entende que é a partir daí que vai desencadeando tudo mais, porque é um exercício de fé. Mas, nós não podemos querer impor pra essas pessoas que sejam da minha igreja. Nenhum momento nós falamos de igreja; a minha igreja. [...] Tinham conflitos nessas casas de recuperação e nessas comunidades terapêuticas, porque estavam impondo o que nós não tínhamos pretensão de impor. Eles estavam impondo uma religiosidade. E nós não temos pretensão de impor religiosidade, algo aparente, impor que eles sejam de nossas igrejas. Ele é livre. Nós estamos pregando a liberdade, em Deus. [...] E isso a gente não admite, porque a pessoa, a partir do momento que tá religada com Deus ela é livre pra ir pra onde ela quer, a igreja que ela quiser, fazer o que ela quiser. E a gente tinha essa dificuldade, porque as pessoas eram impostas e a gente estava terceirizando. [...] Pagávamos 300 reais por pessoa por mês, mais comida, mais tudo. Tinha pessoa que pagávamos mais de 500 reais. E não tinha resultado, porque a pessoa interrompia o tratamento. Aí a gente percebeu que tinha que aprimorar. A gente tava pensando ainda como um projeto, aí a gente entendeu que a gente tinha que transformar em um programa. A gente fez essa leitura que estou falando pra você e a gente resolveu nós mesmos criarmos.<sup>304</sup>

O depoimento da então coordenadora Soraia Machado aponta para a preservação do princípio batista elencado por Silva<sup>305</sup> como uma das marcas distintivas da denominação, qual seja, o princípio da liberdade religiosa e de consciência. Ademais, o discurso de Soraia transparece também algo do pensamento liberal e do foco no indivíduo e sua liberdade pessoal sustentados por Azevedo como marcas distintivas do pensamento batista, uma de suas matrizes.

<sup>304</sup> Fromm, à época, realizava pesquisa de campo na sede da Cristolândia para sua pesquisa de Iniciação Científica, que posteriormente fornece subsídios ao seu mestrado, o qual também tomamos como referência neste trabalho. FROMM, 2014, p. 21-22.

<sup>305</sup> SILVA, 2003, p. 20. Interessante apontar que o mesmo princípio consta no corolário da Declaração Doutrinária da CBB.

Segundo Azevedo, tal liberalismo deve ser entendido “na perspectiva apenas de uma afirmação da liberdade individual de consciência e de religião”<sup>306</sup>, e estaria presente desde os missionários norte-americanos até os intelectuais mais importantes da história do pensamento batista brasileiro.

Segundo a coordenadora Soraia, o ponto central do desacordo entre o projeto Cristolândia e as comunidades terapêuticas que ofereciam o tratamento por meio dele era o suposto desrespeito desse princípio de liberdade individual por parte das outras denominações e instituições, as quais imporiam suas crenças e a adesão às suas igrejas como condição obrigatória para o tratamento, ao passo que os batistas não imporiam a adesão às suas igrejas aos assistidos pela Cristolândia, mas apenas “a liberdade, em Deus”. Seria interessante, todavia, articular tal perspectiva da instituição com o caráter explícita e expressamente proselitista de suas ações, bem como a centralidade do discipulado bíblico em seus métodos de tratamento. Esta dissertação limita-se apenas a indicar uma possível direção de compreensão dessa tensão do discurso institucional. Ao que parece, a Cristolândia entende que o conteúdo religioso de sua mensagem não é restrito à estrutura eclesiológica e a especificidade doutrinária de sua denominação batista, mas possui um estatuto algo universal, que se baseia na “religação” do indivíduo com sua espiritualidade e, assim, com o divino, segundo os parâmetros evangélicos da livre interpretação, da liberdade de consciência, e do princípio de experiência religiosa centrada na relação íntima entre o fiel e Deus, o qual remonta ao pietismo, outra das matrizes do pensamento batista, segundo Azevedo<sup>307</sup>.

Além dessa questão ligada ao problema da liberdade religiosa nas Comunidades Terapêuticas, é possível aventar a hipótese de que o distanciamento discursivo aqui explorado seria uma estratégia de afirmação da diferença e singularidade da proposta terapêutica da Cristolândia. Tal proposta é baseada especialmente na ideia de *formação cristã*, no sentido de uma educação, ou antes, uma reeducação de valores, comportamentos e costume. Segundo Fromm:

O foco do tratamento está na articulação entre o físico-emocional, a ressocialização e a espiritualidade. O tratamento batista tem como pressuposto a perda de valores morais e a ‘exclusão social’ como as principais características do seu público-alvo. Por isso, propõe uma pedagogia moral cristã que remodele os comportamentos de seus alunos e alunas (como são chamadas as pessoas em internação) que possibilite uma ‘reinserção social’.<sup>308</sup>

<sup>306</sup> AZEVEDO, 1996, nota 758.

<sup>307</sup> AZEVEDO, 1996, Capítulo 8.2: “Esse liberalismo batista - Um modo de pensar”.

<sup>308</sup> FROMM, 2017, p. 59

Conforme afirmou a então coordenadora Soraia Machado à pesquisadora Fromm em 2014, em fala anteriormente citada, a Cristolândia possui “um programa pedagógico. É todo educacional. Todo o processo do programa é educacional.<sup>309</sup>”. Trata-se de construir, através dos discipulados, estudos bíblicos, grupos de oração, cultos e atividades bem delimitadas em horários fixos, certo modo de ortopedia espiritual e moral, além de uma reestruturação de hábitos.

Desse modo, é certo que o afastamento do conceito de CT do discurso institucional da Cristolândia consiste em certa postura de autoafirmação em meio ao contexto de disputa de modelos de atenção a usuários de drogas que se instalou no Brasil, especialmente a partir de 2006, como demonstra Maria Santos<sup>310</sup>. Neste ano é publicada a chamada “Lei de Drogas”, Lei 11.343/2006, pela qual as Comunidades Terapêuticas passaram a integrar oficialmente a rede pública de atenção e cuidado a usuários de drogas, e assim tornaram-se elegíveis ao financiamento público. É importante ressaltar que esse vínculo entre Estado e instituição terapêutica é bastante mal visto pela Cristolândia, uma vez que ela expressamente procura se afastar do domínio da política e de relações financeiras com o poder público, estando coadunada, inclusive, ao princípio batista de estrita separação entre Igreja e Estado.

O centro dessa disputa começa justamente no debate sobre a legitimidade da participação das CTs na rede de financiamento público de instituições de atenção a usuários, mas só se estabelece finalmente na oposição entre modelos ancorados na Redução de Danos, ligados a abordagens antimanicomiais ou psicossociais, como as do CAPSSad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas), e modelos baseados na abstinência, comumente associados às CTs<sup>311</sup>. À primeira vista, parece esperado que a Cristolândia se posicionasse nesse debate ao lado das CTs, uma vez elas também consideram a abstinência como “uma condição prévia para a realização do próprio tratamento”<sup>312</sup>. Além disso, segundo Maria Santos, as CTs também possuem uma forte intenção “pedagógica” em suas técnicas e concepções de tratamento, o que talvez coloque em cheque a hipótese de que o distanciamento discursivo da Cristolândia em relação às CTs de fato esteja fundamentado em uma “singularidade” do tratamento oferecido pela instituição.

Ao perceberem usuários de drogas como pessoas doentes, imorais e delinquentes, as CTs consideram imperativo não só colocá-los em abstinência, mas educá-los, ou reeducá-los, para uma nova inserção na vida social. Sua pedagogia se faz – como se

---

<sup>309</sup> FROMM, 2014, p. 17.

<sup>310</sup> SANTOS, 2018, p. 17-36.

<sup>311</sup> SANTOS, 2018, p. 22-23; p. 27.

<sup>312</sup> SANTOS, 2018, p. 22.



pode constatar a partir de nossas e de outras pesquisas – por esforços de convencimento dos sujeitos de que o uso de drogas é reprovável, porque são substâncias nocivas à saúde, que distorcem o discernimento dos usuários e os transformam em desviantes morais e jurídicos. As formas de convencimento adotadas nas CTs, por sua vez, dão-se pelo proselitismo antidrogas, pela emulação de condutas valorizadas pela instituição e pela tentativa de introjeção, no sujeito, de novos atos e rotinas. Essa pedagogia parece visar, principalmente, inculcar nos sujeitos um novo *habitus* (BOURDIEU, 2000) e um código moral, ambos ancorados nos valores do trabalho, da disciplina, da família e da religião.<sup>313</sup>

Percebe-se novamente significativas similaridades entre as características das Comunidades Terapêuticas e a Cristolândia. Ainda que o motivo de seu distanciamento em relação a elas possa ser motivado pelo desejo de marcar uma diferença radical de suas concepções e modos de tratamento em relação às CTs, tal desejo não parece ter uma contrapartida factual suficientemente radical, pois de fato as instituições operam e compreendem a si mesmas de modo muito parecido.

No entanto, as Comunidades Terapêuticas ao longo dos últimos anos já receberam diversas denúncias por partes de órgãos de defesa dos direitos humanos, sob força das quais sua imagem pública degradou-se demasiadamente. Além das diversas reportagens que expõem tais problemas, podem ser citados os relatórios da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos<sup>314</sup>, desenvolvido em 2011 sobre locais de internação para usuários de drogas, e da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas<sup>315</sup> realizada em 2017. A inspeção de 2011, proposta pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, debruçou-se sobre 24 estados da federação e no Distrito Federal, 68 instituições; enquanto a de 2017, coordenada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), debruçou-se sobre 28 comunidades terapêuticas de diferentes regiões do país.

O primeiro relatório produzido em 2011 verificou em diversas das unidades visitadas casos de privação de liberdade forçada (cárcere privado), uso de trabalhos forçados e sem remuneração (trabalho análogo à escravidão), violação à liberdade religiosa e à diversidade sexual, internação irregular de adolescentes e uso de castigos físicos. O relatório mais recente constatou em 16 dos 28 locais visitados práticas de castigo e punição físicas a internos, laborterapia como artifício para exploração do trabalho; supressão de alimentação, privação de

<sup>313</sup> SANTOS, 2018, p. 27-28.

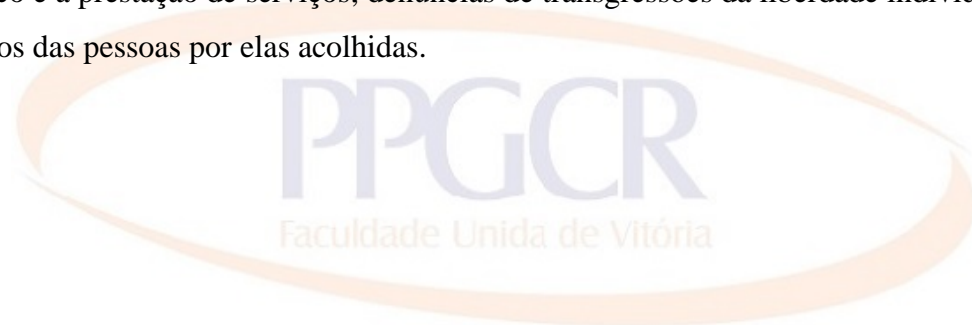
<sup>314</sup> CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. [online].

<sup>315</sup> CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017*. Brasília: CFP, 2018. [online].

sono, entre outras violações de direitos fundamentais do indivíduo<sup>316</sup>. Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão, durante o lançamento do relatório na sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília, sintetizou:

O que se identificou foi a sistemática ocorrência de um conjunto de métodos e práticas que violam frontalmente garantias estabelecidas pela legislação brasileira acerca dos direitos da pessoa com transtorno mental, bem como de prevenção e combate à tortura e dos princípios que pautam os direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.<sup>317</sup>

Em resumo, é possível defender que tal distanciamento discursivo opera pela Cristolândia em relação às Comunidades Terapêuticas está motivado principalmente pelo desejo da instituição em se desvincular da imagem pública construída em torno das Comunidades Terapêuticas, marcada negativamente, ao olhos da Cristolândia, por duas características: fortes relações com o Estado, especialmente no que se refere ao financiamento público e a prestação de serviços; denúncias de transgressões da liberdade individual e demais direitos das pessoas por elas acolhidas.



<sup>316</sup> ALBUQUERQUE, Manoela. Direitos humanos são colocados em xeque na internação de dependentes químicos. In: G1. *G1 ES*. 17 jul. 2018. [n. p.]. [online].

<sup>317</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Procuradoria Geral da República*. Inspeção nacional aponta graves violações de direitos humanos em comunidades terapêuticas. 19 jun. 2018. [online].

## CONCLUSÃO

As ações de acolhimento proporcionadas pelo Projeto Cristolândia podem ser um primeiro passo para fornecer aos indivíduos estigmatizados instrumentos para dirimir algumas das dificuldades decorrentes da situação de vulnerabilidade na qual se encontram, tanto instrumentos terapêutico-espirituais, como a oração individual e o culto coletivo, como instrumentos objetivos de acessibilidade dos seus direitos, isto é, de inclusão na sociedade e resgate da cidadania, como o trabalho de reconstituição dos vínculos familiares, o fornecimento de cursos profissionalizantes e oportunidades profissionais, dentro e fora do trabalho missionário batista, assim como o incentivo ao prosseguimento nos estudos.

Tais ações demonstram uma preocupação da instituição com a dimensão social do problema das drogas e, por conseguinte, da Cracolândia, uma perspectiva que demorou a ser admitida pelo poder público, como foi apresentado no segundo capítulo desta dissertação.

Como discutido ao final do segundo capítulo desta dissertação, a dimensão social do tratamento do abuso de drogas é imprescindível para uma recuperação eficiente e plena. Tal é o caso porque a população que se encontra imersa nesse problema, já que a Cracolândia Paulista se situa entre uma zona de vulnerabilidade e uma zona de desfiliação, que, conforme categoriza Castel, correspondem a *status* sociais marcados pela má inserção no mundo do trabalho e uma frágil rede de relações sociais de proximidade, no caso da vulnerabilidade, ou mesmo uma completa exclusão do trabalho e o isolamento social, no caso da desfiliação. Para Castel, um dos pontos centrais para a retirada de indivíduos dos processos de marginalização é a oferta de trabalho e renda, que são elementos centrais para o bem-estar social. O autor considera que: “existe uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas que cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência”.<sup>318</sup> Nesta dissertação, todavia, não foram focalizados tais aspectos econômicos da questão, mas fornecida uma perspectiva geral das ações do projeto Cristolândia enquanto iniciativas de resgate da cidadania e reconstituição da pessoa social dos indivíduos por elas assistidos.

As ações da Cristolândia, lidas sob a rubrica da restituição da cidadania de seus alunos e alunas, podem ser entendidas como iniciativas de Terceiro Setor para a reconstrução da pessoa social dos indivíduos por elas assistidos, as quais partem do contexto das doutrinas, costumes e sociabilidades religiosas. Nos termos de Arenari e Dutra, tal forma de inclusão social pode

---

<sup>318</sup> CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 24.

iniciar no âmbito restrito dos “pequenos futuros” proporcionados no ambiente mais imediato da instituição religiosa, no qual os assistidos pelo projeto se encontram inicialmente, mas pode se expandir para outras esferas do corpo social:

[...] esse processo de reconstrução da pessoa social dos indivíduos facilita sua inclusão em redes de relações pessoais (aumentando o que Bourdieu chama de ‘capital social’), as quais, por sua vez, funcionam como mediadoras de inclusão para sistemas sociais decisivos na reversão do ‘destino de ralé’: relações íntimas e trabalho. Ou seja, por meio de redes de relações e favorecimentos recíprocos, a religião se acopla de forma relativamente estável e regular a outros sistemas sociais, estruturando chances de inclusão social para seus membros que ultrapassam as fronteiras da vida religiosa e produzindo, com isso, uma perspectiva de futuro que abarca, além da carreira em instituições especificamente religiosas, vinculações com outras instituições fundamentais da vida social.<sup>319</sup>

Esta pesquisa se pautou pela definição de cidadania segundo a perspectiva de Marshall, para quem *cidadania* é composta por um elemento civil, formado pelos direitos em torno da liberdade individual e da justiça, pelo elemento político, alicerçado sobre os direitos de voto e participação no poder político, e, finalmente, o elemento social, o qual se constitui em torno de “tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico, segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”.<sup>320</sup> O elemento social da cidadania foi, no entanto, o foco neste trabalho.

A “cidadania plena” marshalliana foi compreendida aqui também em termos práticos, no sentido do direito ao trânsito qualificado, baseado na mútua credibilidade e na contratualidade, isto é, no respeito e na garantia de confiar e ser confiado, entre diversas instituições sociais centradas em cada um dos três elementos da cidadania. As instituições, por sua vez, foram compreendidas segundo as considerações de Arenari e Dutra, como agentes sociais dotados do poder de construir ou reconstruir possibilidades de futuro:

De uma maneira geral podemos dizer que as instituições operam como máquinas produtoras de futuro, enquanto projetoras e delineadoras do horizonte da ação do sujeito no que se refere à criação de trajetórias. [...] Assim, cada contato do sujeito com novas instituições em sua trajetória social, um horizonte novo para a ação aliado a promessas futuras é inaugurado.<sup>321</sup>

A falta da noção de futuro pessoal, da percepção de possibilidades de novas e outras trajetória de vida é algo que marca negativamente a experiência de dependentes químicos de

<sup>319</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 214.

<sup>320</sup> MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 63-64.

<sup>321</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 203.

*crack*. Trata-se de uma incapacidade para a prospecção, uma profunda falta de esperança, as quais são características da vulnerabilidade extrema, do processo de desvinculação social progressiva aliado ao abuso do *crack*<sup>322</sup>. Conforme concluem Arenari e Dutra, há uma inegável função social da religião na vida de indivíduos socialmente excluídos. Os autores consideram que:

[...] a prática social da religião funciona efetivamente como uma experiência de ruptura com o processo de acumulação de exclusões nos demais sistemas e instituições da sociedade. Aqui não se trata de um artifício ideológico para mascarar as mazelas sociais. Trata-se de uma ocorrência social real, por meio da qual indivíduos que nunca foram endereço de expectativas sociais positivas, e que em geral também nunca puderam incorporar um senso de autovalor, são tratados como pessoa social de valor, como endereço de expectativas sociais fundadas na capacidade de transcendência da religião em relação ao abandono social vivido pelos indivíduos na realidade social imanente. Além disso, ‘ser pessoa’ na religião, [...] pode tornar-se o ponto de partida para o aumento das chances de inclusão em outras esferas sociais, como o trabalho e a família. Dois fatores que parecem ser de especial relevância para que isso aconteça.<sup>323</sup>

A Cristolândia é uma instituição que desempenha esse papel na região da Cracolândia Paulista e demais territorialidades similares dispersas pelo país. A esperança é uma tônica do discurso da Cristolândia. Ela conjuga os valores e objetivos que a instituição coloca em suas ações, pois o programa consiste na oferta de suportes sociais, psicológicos e de saúde que façam emergir no horizonte do “aluno” do projeto perspectivas de concretizar algo melhor em suas vidas, isto é, a ideia de que a adversidade “não tem de ter a última palavra”<sup>324</sup>, como define Kovadloff acerca da “esperança”. No final do documentário “Uma esperança” (*High Hopes*), uma produção audiovisual da Cristolândia bastante representativa de seu discurso institucional, o Pr. Fernando Brandão, Diretor Executivo da Junta de Missões Nacionais, faz uma fala em que a ideia de *esperança* é central. Abaixo citamos tal fala na íntegra:

As drogas têm crescido no Brasil, se alastrou (sic) para todas as cidades de nosso país, cidades pequenas, cidades grandes, lá no interior da Amazônia o *crack* já chegou. Famílias que estão perdendo seus filhos, lares destruídos, pessoas que estão vivendo na sarjeta. Mas, há esperança. Um Brasil que tem sofrido com as drogas e que às vezes as famílias não sabem o que fazer. Mas há esperança. E nós sabemos que em Cristo Jesus há esperança. Aprendemos com Cristo Jesus a compaixão, a misericórdia e o amor. O Projeto Cristolândia é um projeto de compaixão, é um projeto de amor, é um projeto inspirado em Cristo Jesus e nos seus ensinamentos, nos ensinamentos cristãos de amar o próximo, de estender a mão e de abençoar. No outro dia eu encontrei uma pessoa, eu estava pregando num evento e a pessoa, o jovem foi ao evento para me mostrar a carteira de trabalho e o crachá da empresa em que está trabalhando. E disse: ‘Pastor, eu vim aqui só mostrar minha carteira de trabalho, meu crachá, que eu agora já estou

<sup>322</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 216.

<sup>323</sup> ARENARI; DUTRA, 2016, p. 213.

<sup>324</sup> KOVADLOFF, 2002, p. 81-83; p. 94, *apud* ERLICH, 2013, p. 14.

trabalhando e estou com a minha família, estou vivendo como um cidadão digno. Este é o objetivo da Cristolândia, restaurar vidas, cidadãos de bem, que vivam para a glória de Deus<sup>325</sup>.

A fala do Pr. Fernando Brandão traz à tona os valores do *amor* e da *esperança* como os elementos centrais embutidos nas ações do projeto Cristolândia. Tais valores são conjugados às diversas ações do projeto, tanto nos cursos de evangelização, rodas de conversa, grupos de estudo e cultos, quanto nas ações de acompanhamento da família e religamento dos laços familiares dos “alunos” do projeto, na busca por sua regularização civil-legal, isto é, no auxílio com a retirada de documentos, na oferta de cursos profissionalizantes dentro e fora da área de atuação das igrejas, no incentivo à continuidade dos estudos e no auxílio com a busca de emprego. Trata-se, sobretudo, de valorizar tais indivíduos, marcados pelo estigma, pela vulnerabilidade, pela desfiliação, pela marginalização e pela dependência química, por meio do resgate das condições de exercício da cidadania e de reestruturação da pessoa social dos dependentes químicos atendidos pela instituição. Conclui-se, a partir da pesquisa teórica, dos levantamentos de dados e análise dos documentos oficiais da Cristolândia, que as ações deste projeto podem ser lidas como busca contínua pela restituição da cidadania (como entendida por Marshall) de seus alunos e alunas e como uma iniciativa de Terceiro Setor para a reconstrução da *pessoa social* dos indivíduos por elas assistidos.

A escolha pelo tema das ações de resgate da cidadania, assistência social e recuperação dos dependentes químicos da Cracolândia Paulista, tendo como objeto central o Projeto Cristolândia associado a Convenção Batista Brasileira, advém de uma série de experiências pessoais deste pesquisador associadas a tais cenários. Os efeitos do desprezo social, da vulnerabilidade, do preconceito e do estigma, sobre o qual a presente dissertação discorreu teoricamente, foram antes sentidos na prática por este pesquisador. Ademais, a condução desta pesquisa contribuiu imensamente para o exercício da profissão de professor, a qual este pesquisador se dedica na rede pública de educação básica do Estado de São Paulo, pois todo o trabalho de pesquisa bibliográfica e sistematização de informações e conceitos acerca da temática do *crack* e da Cracolândia produziu um refinamento da reflexão sobre as experiências que motivaram a própria pesquisa, possibilitando assim uma substancial melhora do conteúdo de aulas com temas relacionados a esses. Além disso, a pesquisa acerca das ações dedicadas ao tratamento de dependentes químicos e em particular a respeito da CBB e da Cristolândia alargou o repertório deste professor-pesquisador no que se refere a modos de tratar de dois temas muito

<sup>325</sup> UMA ESPERANÇA. (*High Hopes*). Escrito, editado e dirigido por J. R. Bonavita. Streaming Vimeo. Brasil: Vimeo, 2014. [online].

importantes de serem trabalhados com jovens em idade escolar, isto é, o tema das drogas, essencial para contribuir com a prevenção do uso, e o tema da função social da religião, algo muitas vezes menosprezado ou mesmo banalizado entre a juventude.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Elias Marinato. *Cristolândia: narrativas religiosas sobre o combate às drogas*. 2017. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6729>. Acesso em: 03 ago. 2019.

AÇÃO RETORNO. *Quem somos*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.acaoretorno.net/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. A produção das cracolândias: razões de mercado, pânico moral e elogio da violência do Estado - a epidemia de uma miséria política brasileira. In: FERNANDEZ, Osvaldo Francisco Ribas Lobos; ANDRADE, Marcelo Magalhães; NERY FILHO, Antonio (Org.). *Drogas e políticas públicas: educação, saúde e direitos humanos*. Salvador: Edufba, 2015.

ALBUQUERQUE, Manoela. *Direitos humanos são colocados em xeque na internação de dependentes químicos*. *G1 ES*. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/direitos-humanos-sao-colocados-em-xeque-na-internacao-de-dependentes-quimicos-no-es.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ALVARENGA, Leonardo Gonçalves de. *Os batistas em movimento: um estudo da dinâmica sociorreligiosa de batistas no Brasil: o exemplo de Macaé-RJ*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Departamento de Teologia e Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ALVAREZ, Simone Quadros; GOMES, Giovana Calcagno; XAVIER, Daiani Modernel. Causas da dependência química e suas consequências para o usuário e a família. *Revista Enfermagem UFPE On Line*, v. 8, n. 3, p. 641-648, 2014.

ALVES, Pedro. Primórdios batistas no Brasil: abertura de igrejas e formação da equipe missionária (1881-1886). *Revista Mosaico*, vol. 12 n.18, (PPHPBC; FGV-CPDOC), 2020.

ALVES, Ygor Diego Delgado. *Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

AMORIM, Silvia. Governo paulista adota internação compulsória de usuários de crack. In: O GLOBO [Site institucional]. 03 jan. 2013. [n.p.]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-paulista-adota-internacao-compulsoria-de-usuarios-de-crack-7191565>. Acesso em: 25 mai. 2020.

AREDE JÚNIOR, Fernando Ribeiro de; AREDE, Idinalva Andrade dos Reis; FELICIANO, Jaine Siva; GRYCUK, Sérgio; GRYCUK, Márcia Pedrosa; GODÓI JÚNIOR, Celso Bueno; MACHADO, Humberto; MACHADO, Soraia Márcia de Oliveira; CIRINO, Alice Carolina Barbosa; LAURINDO, Haniele Alves. *Ministério Cristolândia: manual operacional*. Rio de Janeiro: Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, 2012.



ARENARI, Brand; DUTRA, Roberto. A construção social da condição de pessoa: premissas para romper o círculo vicioso de exclusão e uso problemático do crack. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016, p. 191-208.

ARENARI, Brand; DUTRA, Roberto. A religião e sua vocação na recuperação de usuários do crack: 'os longos futuros'. In: *Crack e exclusão social*. SOUZA, Jessé. (Org.). Brasília: Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS. *Quem somos*. [s.d.]. Disponível em: <https://abong.org.br/quem-somos/estatuto-social/>. Acesso em: 14 out. 2020.

AZEVEDO, Israel Belo de. *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*. São Paulo: Vida Nova, 2004.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 119-141, 2002.

BARD, Nathália Duarte; ANTUNES, Beatriz.; ROOS, Cristine Moraes; OLSCHOWSKY, Agnes; PINHO, Leandro Barbosa. Estigma e preconceito: vivência dos usuários de crack. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. Ribeirão Preto: v. 24, n. 2680, p. 1-7, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/0104-1169-rlae-0852-2680.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?*. Rio de Janeiro: ICICT, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciict/10019>. Acesso em: 9 ago. 2020.

BATISTA, Ierson Silva. *O discurso cristão batista: considerações nos princípios batistas à luz da análise de discurso*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2013.

BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Brasiliense: São Paulo, 1986.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. [Institui o Código Civil]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. [Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n.ºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília: Imprensa oficial, 2003.

CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche. *Mapeamento das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil 2006/2007*. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/crack/levantamento.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez 1997.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Arthur Soares de; OLIVEIRA, João Carlos de. *Direito Fundamental à Assistência Social: algumas considerações*. *Revista Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 20. n. 36, abr. 2013. Disponível em: [www.jfrj.jus.br](http://www.jfrj.jus.br). Acesso em: 14 ago. 2020.

CENTRO DE TRATAMENTO BEZERRA DE MENEZES. *Missão, visão e valores*. [s.d]. Disponível em: <https://www.ctbm.com.br/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 10 out. 2020.

CIDADE DE SÃO PAULO. *Notícias*. Programa de braços abertos completa um ano com diminuição do fluxo de usuários e da criminalidade na região. 16 jan. 2015. [n.p.]. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-de-bracos-abertos-completa-um-ano-com>. Acesso em: 25 mai. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-4a-inspecao-nacional-de-direitos-humanos-locais-de-internacao-para-usuarios-de-drogas-2a-edicao/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas* – 2017. Brasília: CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CONVENÇÃO BATISTA *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasil*. [s.d.]. Disponível em: [http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN\\_ID=22](http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=22). Acesso em: 07 jul. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM) Avaliação do Programa Crack, é possível vencer. *Estudos Técnicos/CNM*, dez. 2014. Disponível em: [http://www.crack.cnm.org.br/observatorio\\_crack/biblioteca/lista](http://www.crack.cnm.org.br/observatorio_crack/biblioteca/lista). Acesso em: 17 ago. 2020.

COSTA, Andrew Aurélio Pinto de Almeida. *O discurso hegemônico de combate ao crack na internet e a política de internação compulsória no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós Graduação em mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói, 2017.

CRABTREE, A. R., *História dos Batistas no Brasil: até o ano de 1906*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

CRISTOLÂNDIA. *O que é a Cristolândia?* [s.d.]. Disponível em: <https://www.cristolandia.org/quemsomos>. Acesso em: 06 ago. 2020.

CRISTOLÂNDIA NO GLOBO REPÓRTER Plataforma *Youtube*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CT5a5DLR0UM&t=46s>. [duração do vídeo 07:05]. Acesso em: 10 ago. 2020.

DOMINGUES, Felipe. Projetos Haddad, Dória e Covas para a cracolândia inspiram debate na USP sobre drogas. *In: G1. Ciência e Saúde*. 10 mai. 2019. [n.p.]. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/10/projetos-de-haddad-doria-e-covas-para-a-cracolandia-inspiram-debate-na-usp-sobre-o-uso-de-drogas.ghtml>. Acesso em: 22/05/2020.

DREHER, Martin N. *A Igreja Latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

ESTADÃO CONTEÚDO. PCC domina Cracolândia, vende 19 kg de droga por dia e cobra R\$ 80 mil por ponto. *In: REVISTA ISTOÉ* 12 mai. 17. [n.p.]. Disponível em: <https://istoe.com.br/pcc-domina-cracolandia-vende-19-kg-de-droga-por-dia-e-cobra-r-80-mil-por-ponto/>>. Acesso em: 18 set. 2020.

EXAME [Site institucional]. Doria encomenda novo projeto urbanístico para a cracolândia. 19 jan. 2017. [n.p.]. Disponível em: <https://exame.com/brasil/doria-encomenda-novo-projeto-urbanistico-para-a-cracolandia/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *SP Notícias Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania*. Entenda o que é a internação compulsória para dependentes químicos. 29 jan. 2013. [n.p.]. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/entenda-o-que-e-a-internacao-compulsoria-para-dependentes-quimicos/>. Acesso em: 25 mai. 2020.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERNANDES, Rubem César. O que é o Terceiro Setor?. *Revista do Legislativo*, Belo Horizonte, n. 18, p. 26-30, abr./jun. 1997. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1091/3/1091.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2019.

FERNANDES, Rubem César. *Público, porém privado: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

FERNANDES, Nayá; GERONAZZO. É o fim da Cracolândia? In: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Notícias*. [n.p.]. 24 mai. 2017 Disponível em: <http://www.arquisp.org.br/noticias/e-o-fim-da-cracolandia>. Acesso em: 01 ago. 2020.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Direito e cidadania na Constituição Federal. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. n. 47/48, p. 11–27, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista3/rev1.htm#:~:text=A%20cidadania%2C%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20brasileira,no%20campo%20econ%C3%B4mico%20e%20social>. Acesso em: 10 out. 2020.

FERREIRA, D. *Centenário da Convenção Batista do Estado de São Paulo*. São Paulo: CBESP, 2004.

FOLHA DE S. PAULO, *Acervo Folha*. Jornal Folha de S. Paulo de 07 nov. 1986: Droga Antiga. 07 nov. 1986. p. 4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9679&keyword=crack&anchor=4129189&origem=busca&pd=9e90f7a2d1cfba440a22e71bb38defe7>>. Acesso em: 19 set. 2020.

FROMM, Deborah. *O "fim da Cracolândia": etnografia de uma aporia urbana*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

FROMM, D. *Deus e o Diabo na terra do crack: uma etnografia da “cosmopolítica” batista*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

FRUGOLI JUNIOR, Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, v. 1, n. 30, p. 119-136, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1809/180913916007.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Da “cracolândia” aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*, São Paulo, ano 4, n. 6, p. 1-25, 2010.

G1. Ong de assistência a dependentes químicos pede doação de roupas. In: G1. *G1 São Paulo*. 20 jan. 2014. [n.p.] Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/ong-de-assistencia-dependentes-quimicos-pede-doacao-de-roupas.html>. Acesso em: 04 out. 2020.

G1. *G1 São Paulo*. Polícia faz operação contra tráfico de drogas e Dória diz que cracolândia 'acabou'. 21 mai. 2017a. [n.p.]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2020.

G1. *G1 São Paulo*. Usuários de drogas se dispersam pelo centro após ação policial na cracolândia. 22 mai. 2017b. [n.p.]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/usuarios-de-drogas-se-dispersam-pelo-centro-apos-acao-policial-na-cracolandia.ghtml>. Acesso em: 16 mai. 2020.

GALVÃO, César. Coronavírus não muda rotina de usuários de droga na Cracolândia em SP. *In: G1, G1 SP*, 31 mar. 2020. [n.p.]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/31/coronavirus-nao-muda-rotina-de-usuarios-de-droga-na-cracolandia-em-sp.ghtml>. Acesso em: 01 jun. 2020.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

GIANSANTE, Ana Leticia Valadão. *Internação compulsória de usuários de drogas: os reflexos dos estereótipos e discursos nos processos judiciais e na efetivação dos direitos fundamentais*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, USP de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2018.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOHN, Maria da G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

GREGO NETO, Lidenilson Marcos da Rocha. *Drogadição e espaços religiosos: uma missão chamada Cristolândia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio grande do Norte, Natal, 2016.

GUIMARÃES, Juca. Onda de devastação pelo crack começou há 27 anos em São Paulo. 25 mai. 2017. *In: R7, R7 Notícias São Paulo*. [n.p.]. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/onda-de-devastacao-pelo-crack-comecou-ha-27-anos-em-sao-paulo-19052019>. Acesso em: 15 set. 2020.

HUERTAS, Maurício Rudner. Pitta anuncia 'limpeza' no centro de São Paulo. *FOLHA DE S.PAULO, Cotidiano*. 17 out. 1997. [n.p.]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/17/cotidiano/26.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

IBGE. *CENSO 2020*. [s.d.]. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao\\_digital.shtm](https://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao_digital.shtm). Acesso em: 10 out. 2020.

JOHN HOPKINS CENTER FOR CIVIL SOCIETY. Comparative Nonprofit Sector Project. *In: JOHN HOPKINS CENTER FOR CIVIL SOCIETY*. [s.d.]. Disponível em: <https://ccss.jhu.edu/research-projects/comparative-nonprofit-sector-project/>. Acesso em: 10 out. 2020.

JUNTA DE MISSÕES NACIONAIS, *Quem somos*. [s.d.]. Disponível em: <https://missoesnacionais.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

KESSLER, Felix; PECHANASKY, Flavio. Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade. *Revista Psiquiátrica*. Rio Grande do Sul, ano 30, n. 2, p. 96-98, 2008.

KOVADLOFF, Santiago. O homem com esperança. In: KOVADLOFF, Santiago, *Ensayos de Intimidación*. Buenos Aires: Emecé, 2002, *apud* ERLICH, David. A noção de progresso no pensamento de Richard Rorty, *Cultura*, vol. 31, p. 1-20, 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cultura/1930#ftn95>. Acesso em: 02 ago. 2020.

KRAPP, Juliana. Pesquisa revela dados sobre consumo de drogas no Brasil. In: FIOCRUZ. *Comunicação e Informação*. 08 ago. 2019. [n.p.]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-revela-dados-sobre-o-consumo-de-drogas-no-brasil>. Acesso em: 10 ago. 2020.

KRAWCZYK, Noa. Por que confiar na Fiocruz: pesquisadora dos EUA defende metodologia da instituição, criticada por Osmar Terra por estudo sobre drogas. In: UOL NOTÍCIAS. [Site institucional]. 10 jun. 2019. [n.p.]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/pesquisadora-defende-pesquisa-da-fiocruz/>. Acesso em: 09 ago. 2020.

LANDIM, Leilah. “A invenção das ONGS – Do serviço invisível à profissão possível”. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/a-invencao-das-ongs-\(-\)-leilah-landim-assumpcao.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/a-invencao-das-ongs-(-)-leilah-landim-assumpcao.pdf). Acesso em: 10 ago. 2020.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado?* Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LEITE, Jônatas C. *A Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, sua história e intertextos*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014.

LEVITT, Theodor. *The Third Sector: new tactics for a responsive Society*. New York: AMACON, 1973.

LIMARQUE, Hugo. Crack surge nos EUA em 1981 e entra no Brasil nos anos 90, alimentando tráfico. In: O GLOBO, *Acervo O Globo*. 02 jun. 2017. [n.p.]. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/crack-surge-nos-eua-em-1981-entra-no-brasil-nos-anos-90-alimentando-traffic-21428588>. Acesso em: 05 set. 2020.

MACIEL, L. D.; ZERBETTO, S. R.; FILIZOLA, C. L. A.; DUPAS, G.; FERREIRA, N. M. L. A. Consequências e dificuldades da dependência química no âmbito familiar: uma revisão de literatura. *Revista de APS*, v. 16, n. 2, p. 187-196, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15155>. Acesso em: 02 ago. 2019.

MADRUGA, Clarice Sandi. Levantamento do Perfil de Usuários de Drogas na Região da Cracolândia. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, 2017, [n.p.]. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Levantamento%20Crack%20Sao%20Paulo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

MADRUGA, Clarice S; LARANJEIRA, Ronaldo R. *LECUCA (Levantamento das Cenas de Uso de Capitais) – São Paulo: Perfil dos frequentadores da Cena de Uso da Região da Luz (Cracolândia), Monitoramento populacional, Resultados da Série Histórica - maio 2016, maio 2017, junho 2017 e outubro 2019.* [s.l.]. UNIAD, 2020, p. 22-24. Disponível em: [https://www.uniad.org.br/download/relatorio-lecuca-sp\\_final-pdf/](https://www.uniad.org.br/download/relatorio-lecuca-sp_final-pdf/)> Acesso em: 10 set. 2020.

MELO, Tomás. Mundos que refugam, ruas como refúgio: reconfigurações no perfil social da população em situação de rua. *Revista Florestan*, São Carlos, ano 3, n.1, p. 10-31, 2016.

MENA, Fernanda. Cracolândia resiste, agora em novo endereço. In: FOLHA DE S. PAULO. *Cotidiano*. 7 abr. 2005. [n.p.]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0704200517.htm>. Acesso em: 16 ago. 2020.

MENDES, Gio. 2 mil usuários de droga frequentam a cracolândia. In: ESTADÃO. *Estadão São Paulo*, 23 jul. 2011, [n.p.]. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,2-mil-usuarios-de-droga-frequentam-a-cracolandia-imp-748839>.> Acesso em: 09 set. 2020.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. Edusp, 2008.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENEZES, Letícia Ferreira. *Entre a saúde e a repressão - políticas públicas na região da Cracolândia*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENEZES, Maria Cristina. Memórias, identidades, representações: a voz dos professores. *Horizontes*. Bragança Paulista: v. 19, p. 57-63, jan. - dez. 2001. Disponível em: <https://pascal-francis.inist.fr/vibad/index.php?action=getRecordDetail&idt=13462823>. Acesso em: 02 abr. 2019.

MEZAN, R. Psicanálise e psicoterapias. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 27, p. 95-108, 1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Procuradoria Geral da República*. Inspeção nacional aponta graves violações de direitos humanos em comunidades terapêuticas. 19 jun. 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/inspecao-nacional-aponta-graves-violacoes-de-direitos-humanos-em-comunidades-terapeuticas>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MISSÃO CENA. *Quem somos*. [s.d.]. Disponível em: <http://missaocena.com.br/index.php#about>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MISSÕES NACIONAIS. *Radical Brasil*. [s.d.]. Disponível em: <https://missoesnacionais.org.br/treinamento/radical-brasil/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MISSÕES NACIONAIS. *Quem somos*. [s.d.]. Disponível em: <https://missoesnacionais.org.br/quem-somos/>>. Acessado em 17 jul. 2020.

MISSÕES NACIONAIS. *Crianças*. [s.d.]. Disponível em: <https://missoesnacionais.org.br/projeto/criancas/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MOVIMENTO DE LAUSANNE. *Pacto de Lausanne*, Suíça: Lausanne, 1974. [n.p.]. Disponível em: <http://www.lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-ptbr/pacto-de-lausanne-pt-br/pacto-de-lausanne>. Acesso em: 23 dez. 2019.

NAPPO, Solange Aparecida; SANCHEZ, Zila M.; RIBEIRO, Luciana Abeid. Is there a crack epidemic among students in Brazil?: comments on media and public health issues. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 1643-1649, 2012.

NARDI, Henrique Caetano; RIGONI, Rafaela de Quadros. Mapeando programas de redução de danos da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 382-392, fev. 2009, p. 01. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2009000200017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000200017&lng=en&nrm=iso). Acesso em: em 18 set. 2020

NIELSEN, W. *The Third sector: keystone to a caring Society*. Washington: Independent Sector, 1980.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius. População de Rua e Consumo de Drogas: Vulnerabilidades Associadas. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Drogas, Direitos Humanos e Laço Social*. Brasília: CFP, 2013, p. 84-98.

PACHECO, Alice Leonardi; SCISLESKI, Andrea. Vivências em uma comunidade terapêutica. *Revista Psicologia e Saúde*. Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 165-173, 2013.

PAES, José Eduardo Sabo; SANTANA, Hadassah Laís de Sousa. O terceiro setor como elemento estratégico da sociedade civil em um estado social pós-moderno. *REPATS - Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor*. Brasília, v. 01, n. 1, jul.-dez. 2014.

PAES, José Eduardo Sabo. Sociedade civil, Estado e o Terceiro Setor: ordem sociopolítica e campos de atuação. *Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário*, Brasília, v. 4, n. 2, jul./dez., p. 1-29, 2009. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDIET/article/view/4509>. Acesso em: 01 out. 2020.

PAGNAN, Rogério; VERPA, Danilo. Polícia faz megaoperação de combate ao tráfico na cracolândia. In: FOLHA DE SÃO PAULO, *Cotidiano*. 21 mai. 2017, [n.p.]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886022-policia-faz-megaoperacao-de-combate-ao-trafico-na-cracolandia.shtml>. Acesso em: 18 set. 2020.

PEREIRA, Adair Nelo; FREIRE DE SÁ, Maria do Socorro. Os batistas e o crescimento evangélico. *Revista Summae Sapientiae*, v. 1, n. 1, p. 140-165, 2018.

PEREIRA, Reginaldo Arruda. *Igreja Batista da Lagoinha: trajetória e identidade de uma corporação religiosa em processo de pentecostalização*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.



PEREIRA, José dos Reis. *Breve história dos batistas*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1979.

PEREIRA, José dos Reis. *A data do centenário*. Rio de Janeiro: O Jornal batista, 1968.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito da cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

PIRAGINE JUNIOR, Pastor Paschoal - Presidente da PIB Curitiba. In: PARANÁ PORTAL. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/programa-cristolandia-recupera-dependentes-de-crack-no-parana>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo*. 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/OBSERVATORIO/Produto%2013%20-%20Entrega%2029042020%20corrigido.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Conselho Nacional de Políticas sobre drogas, Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015. [Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas]. Disponível em: [https://www.lex.com.br/legis\\_27017500\\_RESOLUCAO\\_N\\_1\\_DE\\_19\\_DE\\_AGOSTO\\_DE\\_2015.aspx](https://www.lex.com.br/legis_27017500_RESOLUCAO_N_1_DE_19_DE_AGOSTO_DE_2015.aspx). Acesso em: 15 ago. 2020.

PROJETO AÇÃO RETORNO. *Quem somos*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.acaoretorno.net/sobre-nos>. Acesso em: 02 jul. 2020.

RAUPP, Luciane; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. *Ciência e Saúde Coletiva*. 16(5): p. 2613-2622, 2011.

REDAÇÃO GUARULHOS HOJE. Prefeitura faz parceria com instituição para acolhimento emergencial de crianças e adolescentes, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.guarulhoshoje.com.br/2020/01/30/prefeitura-faz-parceria-com-instituicao-para-acolhimento-emergencial-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

REDAÇÃO GUARULHOS HOJE. Prefeitura faz parceria com instituição para acolhimento emergencial de crianças e adolescentes, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.guarulhoshoje.com.br/2020/01/30/prefeitura-faz-parceria-com-instituicao-para-acolhimento-emergencial-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

REDAÇÃO JMM. *Eventos*. JMM faz 113 anos. 16 jun. 2020. [n.p.]. Disponível em: <https://www.missoesmundiais.com.br/noticias/eventos/466-jmm-faz-113-anos>. Acesso em: 17 jul. 2020.

RIBEIRO, Aline. A cruzada para tirar o PCC da Cracolândia. *In: ÉPOCA. Época Brasil*. 22 mai. 2017. [n.p.]. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/05/cruzada-para-tirar-o-pcc-da-cracolandia.html>. Acesso em: 18 set. 2020.

RIBEIRO, Marcelle. Governo de São Paulo lança bolsa para usuário de crack. *In: O GLOBO, Brasil*. 08 mai. 2013. [n. p.]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-de-sp-lanca-bolsa-para-usuarios-de-crack-8327595>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RODRIGUES, Artur. Igrejas atuam onde Estado não pisa para atender usuários na cracolândia. *In: FOLHA DE SÃO PAULO*, 05 jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1890248-igrejas-atuam-onde-estado-nao-pisa-para-atender-usuarios-na-cracolandia.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2020.

RODRIGUES, Renan. Rio já tem 45 cracolândias, com mais de mil dependentes químicos. *O GLOBO, O globo Rio*. 03 out. 2017. [n.p.]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-ja-tem-45-cracolandias-com-mais-de-mil-dependentes-quimicos-21900606>. Acesso em: 09 out. 2020.

ROLNIK, Raquel. Cracolândia é fruto da degradação do centro da cidade: as intervenções do poder público descaracterizaram a região central da cidade e abriram caminho para a Cracolândia. [Entrevista concedida à Rádio USP]. *Jornal USP*. São Paulo. [n.p.]. 9 jun. 2017. Disponível em: [jornal.usp.br/?p=93245](http://jornal.usp.br/?p=93245). Acesso em: 20 set. 2020.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. *In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO [Site institucional]*. 20 jul. 2018. [n.p.]. Disponível em: [portal.mda.gov.br/o/1635738](http://portal.mda.gov.br/o/1635738). Acesso em: 02 jun. 2020.

RUI, Taniele Cristina. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RUI, Taniele. Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. *Revista Contemporânea*, São Carlos, v. 3, n. 2, jul.–dez., p. 287-310, 2013.

RUI, Taniele. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. *Saúde Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 91-104, 2014.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUI, Taniele. Por entre territórios visíveis e territórios invisibilizados: mercados ilícitos e cracolândias de São Paulo e Rio de Janeiro. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 573-588. set.–dez. 2019.

RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: UFSCar, 2016.

RUI, Taniele; MALLART, Fábio. A cracolândia, um potente conector urbano. *In: LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL [Site institucional]*. 01 out. 2015. [n.p.]. [online]. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-cracolandia-um-potente-conector-urbano/>. Acesso em: 10 out. 2020.

SALAMON, L. A emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 5-11, jan./mar. 1998.

SALAMON, L.; ANHEIER, H. In search of the nonprofit sector I: the question of definitions. *Voluntas*, v. 3, n. 2, p. 125-151, 1992.

SÃO PAULO (Cidade). Lei Nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005. [Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, na área central do município de São Paulo, nos termos que se especificam.] São Paulo: Prefeitura Municipal. [online]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2005/1409/14096/lei-ordinaria-n-14096-2005-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-de-incentivos-seletivos-para-a-regiao-adjacente-a-estacao-da-luz-na-area-central-do-municipio-de-sao-paulo-nos-termos-que-especifica>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas. *Manual das comunidades terapêuticas 2014: orientação para instalação e funcionamento das comunidades*. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/Manual%20Inteiro.pdf>. Acesso em: 03. set. 2020.

SANCHEZ, Zila van der Meer. *As práticas religiosas atuando na recuperação de Dependentes de drogas: a experiência de grupos Católicos, evangélicos e espíritas*. Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, 2006.

SANCHEZ, Zila Van der Meer; NAPPO, Solange Aparecida. Intervenção religiosa na recuperação de dependentes de drogas. *Revista Saúde Pública*, v. 42, n. 2, p. 265-272, 2008.

SANTIAGO, Tatiana. Dória quer começar a retirar usuários de drogas da Cracolândia no 1º semestre. *In: G1. G1 São Paulo*. 07 fev. 2017. [n.p.]. [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-quer-retirar-usuarios-de-drogas-da-cracolandia-no-1-semester.ghtml>. Acesso em: 16 mai./2020.

SANTOS, Ednan Silva. *Metamorfosendo o 'nóia': formas de poder-saber, controle e sujeição em torno da figura do 'usuário de crack' em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2019.

SANTOS, Edwiges Rosa. *A implantação e estratégias de expansão do protestantismo presbiteriano no Brasil império*. São Paulo: PUC, 2005.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Comunidades terapêuticas e a disputa sobre modelos de atenção a usuários de drogas no Brasil. *In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos (Org.). Comunidades Terapêuticas: temas para reflexão*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018. p. 17-36.

SILVA, Roberto do Amaral. *Princípios e doutrinas batistas*. Rio de Janeiro: JUERP, 2003.

SILVA, Selma Lima da. *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SIMÕES, Nataly. Cracolândia: maioria dos frequentadores são negros e moram na rua há mais de cinco anos. ALMA PRETA. *Realidade*. 04 fev. 2020. [n.p.]. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/cracolandia-maioria-dos-frequentadores-sao-negros-e-moram-na-rua-ha-mais-de-cinco-anos>. Acesso em: 20 set. 2020.

SMITH, David Horton. Four sectors or five? Retaining the member-benefit sector. *Nonprofit and voluntary sector Quarterly*, v. 20, n. 2, p. 137 – 150, 1991.

SPAGGIARI, Enrico; ESTRADIOTE, Weslei Rodrigues; FONSECA, Isadora Zuza. Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz. *Ponto Urbe [Online]*. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1143>. Acesso em: 11 mai. 2019.

STEPHANINI, Valdir. BROTTTO, J. C. de Paula. Podem ser considerados protestantes os Batistas. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, v. 58, n. 02, p. 423-435, jul./dez. 2018.

TAVARES, Felipe Rangel. Cristolândia: representações e utopias no espaço urbano. *Revista de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, jul.-dez. 2016. Disponível em: <http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v9n17a1.pdf>. Acesso em: em 02 set. 2020.

TAVARES, Felipe Rangel. *Cristolândia: representações e utopias na (re)produção e (re)apropriação do espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TEIXEIRA, César Pinheiro. *A construção social do “ex-bandido”*: um estudo sobre a sujeição criminal e o pentecostalismo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TOMAZ, Kleber; TOLEDO, Paulo. Um ano após operação no Centro de SP, cracolândia resiste e ganha filiais. In: G1. *G1 São Paulo*. 03 jan. 2013. [n.p.]. [online]. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/um-ano-apos-operacao-no-centro-de-sp-cracolandia-resiste-e-ganha-filiais.html>. Acesso em: 05 ago. 2020.

TOURINHO, Rita. Terceiro setor no ordenamento jurídico brasileiro: constatações e expectativas. *Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado*, Salvador – BA, n. 24, dez./jan./fev. 2011. Disponível em: [portalrevistas.ucb.br/index.php/RDIET/article/view/4509](http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDIET/article/view/4509). Acesso em: 15 out. 2020.

TRIGO, Ana. *“Quando Deus entra, a droga sai”*: Ação da Missão Belém e Cristolândia na recuperação da dependência química na cracolândia de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Departamento de Teologia e Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

UCHOA, Marco A. *Crack: o caminho das pedras*. Ática, 1996.

UMA ESPERANÇA. (*High Hopes*). Escrito, editado e dirigido por J. R. Bonavita. Streaming Vimeo. Brasil: Vimeo, 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/99194010>. Acesso em: 05 ago. 2020.

VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite de; BASTOS, Francisco I. P. M. B.; BONI, Raquel B. de; REIS, Neilane B. de; COUTINHO, Carolina F. S. *III Levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira*. ICICT/ Fiocruz, 2017. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34614/1/III%20LNUD\\_PORTUGU%c3%8aS.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34614/1/III%20LNUD_PORTUGU%c3%8aS.pdf). Acesso em: 10 ago. 2020.

VEJA. *Política*. 15 jan. 2014. Prefeitura começa a desmontar favela na Cracolândia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/prefeitura-comeca-desmontar-favela-na-cracolandia/>. Acesso em: 16 mai. 2020.

VOLCOV, Katerina; VASCONCELLOS, Maria da Penha. “Crack, é possível vencer” ou é preciso compreender: observações a partir de campanhas publicitárias do governo federal. *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 99-105, 2013.

WEAVER, Blanche Henry Clark. Confederate immigrants and evangelical churches in Brazil. *The Journal of southern history*, Houston, v. 18, n. 4, p. 446-468, 1952.

YAMABUCHI, Alberto K. *O debate sobre a história das origens do trabalho batista no Brasil: uma análise das relações e dos conflitos de gênero e poder na Convenção Batista Brasileira dos anos 1960-1980*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.